

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS  
TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO**

**ESCOLA NACIONAL PAULO FREIRE**

# **A JUVENTUDE TRABALHADORA DA EDUCAÇÃO**

## **RELATÓRIO 1**

**2024**



**CNTE**

Confederação Nacional dos  
Trabalhadores em Educação





# SUMÁRIO

|                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------|----|
| Índice de Gráficos                                                     | 4  |
| Índice de Tabelas                                                      | 6  |
| 1. Introdução                                                          | 7  |
| 2. Situação da Educação Básica no Brasil                               | 13 |
| 2.1 Distribuição de etapas de ensino, estudantes e escolas             | 15 |
| 2.1.1. Distribuição de Matrículas por Rede e Localização e das escolas | 17 |
| 2.1.2. Ensino Fundamental                                              | 21 |
| 2.1.3. Ensino Médio                                                    | 23 |
| 2.1.4 Gestão e Escolas                                                 | 26 |
| 3. Situação Geral dos Docentes                                         | 28 |
| 3.1 Panorama geral                                                     | 28 |
| 3.1.1 Análise da Evolução dos Docentes na Educação Básica              | 28 |
| 3.1.2 Análise por etapas da Educação Básica                            | 31 |
| 3.1.3. Análise por sexo e faixa etária                                 | 33 |
| 3.1.4 Conclusões em relação ao panorama geral                          | 35 |
| 3.2 Sobre a remuneração e carga horária                                | 36 |
| Análise nacional                                                       | 37 |
| Análise por região                                                     | 41 |
| 3.3 Sobre os planos de carreira                                        | 51 |
| 4. Situação dos Jovens Docentes                                        | 53 |
| 4.1 Jovens no interior da categoria                                    | 55 |
| Análise nacional                                                       | 57 |
| Análise por região                                                     | 60 |
| 4.2. Jovens por rede de ensino                                         | 61 |
| Análise nacional                                                       | 62 |
| Análise por região                                                     | 67 |
| 4.3. Jovens por etapa de ensino                                        | 69 |
| Análise nacional                                                       | 69 |
| Análise por região                                                     | 71 |
| 4.4. Jovens por escolaridade                                           | 78 |
| Análise nacional                                                       | 78 |
| Análise por região                                                     | 81 |
| Análise de série histórica                                             | 82 |
| 4.5. Jovens por sexo                                                   | 83 |
| Análise nacional                                                       | 84 |
| Análise por região                                                     | 86 |
| 4.6. Jovens por cor/raça                                               | 89 |
| Análise nacional                                                       | 89 |
| Análise de série histórica                                             | 95 |



|                                                       |     |
|-------------------------------------------------------|-----|
| 4.7. Jovem por tipo de contrato                       | 97  |
| Análise nacional                                      | 97  |
| Análise por região                                    | 100 |
| 4.8 Jovem por IES                                     | 102 |
| 4.9. Jovem por zona de moradia                        | 105 |
| 4.10. Jovem por deficiência                           | 106 |
| 5. Considerações Finais                               | 107 |
| 5.1. Síntese das principais descobertas e tendências. | 107 |
| 5.2. Reflexões para a ação sindical                   | 112 |
| 6. Referências                                        | 116 |

# ÍNDICE DE GRÁFICOS

|                                                                                                                                                                                                            |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Gráfico 1- Evolução do número de escolas por rede de ensino.                                                                                                                                               | 17 |
| Gráfico 2 - Número de escolas, por oferta de etapa de ensino, Brasil, 2023.                                                                                                                                | 18 |
| Gráfico 3- Percentual de matrículas presenciais na rede pública em tempo integral na Educação Básica regular no Brasil.                                                                                    | 19 |
| Gráfico 4 – Matrícula na Educação Básica por dependência administrativa por unidade da federação (UF).                                                                                                     | 19 |
| Gráfico 5 – Número de matrículas no Ensino Fundamental, no Brasil, de 2019 a 2023.                                                                                                                         | 21 |
| Gráfico 6– Percentual de matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa no Brasil, de 2019 a 2023.                                                               | 22 |
| Gráfico 7 – Percentual de matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa no Brasil, de 2019 a 2023.                                                                | 22 |
| Gráfico 8– Número de matrículas no Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa e a localização da escola, Brasil, 2023.                                                                       | 23 |
| Gráfico 9 - Número de matrículas no Ensino Médio (total, integrado e não integrado à educação profissional) no Brasil, de 2019 a 2023.                                                                     | 24 |
| Gráfico 10– Matrícula no Ensino Médio por dependência administrativa, segundo as unidades da federação, Brasil, 2023.                                                                                      | 25 |
| Gráfico 11- Número de matrículas no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa e a localização da escola, Brasil, 2023.                                                                            | 26 |
| Gráfico 12- Percentual de diretores, segundo a dependência administrativa, por forma de acesso ao cargo, Brasil, 2023.                                                                                     | 26 |
| Gráfico 13- Número total de docentes na Educação Básica no Brasil, 2007 a 2023.                                                                                                                            | 28 |
| Gráfico 14 - Evolução do número de docentes por etapa de ensino no Brasil, de 2014 a 2023.                                                                                                                 | 30 |
| Gráfico 15- Evolução da escolaridade dos docentes, Educação Básica, Brasil, de 2014 a 2023.                                                                                                                | 31 |
| Gráfico 16 – Docentes por etapa de ensino da Educação Básica e dependência administrativa, Brasil, 2023.                                                                                                   | 32 |
| Gráfico 17- Docentes por etapa de ensino da Educação Básica e sexo, Brasil, 2023.                                                                                                                          | 34 |
| Gráfico 18 – Docentes por etapa de ensino da Educação Básica e faixa etária, Brasil, 2023.                                                                                                                 | 34 |
| Gráfico 19 – Docentes por etapas do Ensino Fundamental e sexo, Brasil, 2023.                                                                                                                               | 35 |
| Gráfico 20– Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na Educação Básica, Brasil, 2014-2020                                                                                       | 38 |
| Gráfico 21- Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica e dos demais profissionais com nível superior completo e Indicador 17A, Brasil, 2012-2023. | 40 |
| Gráfico 22 – Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na rede estadual da Educação Básica, Brasil, 2020.                                                                         | 42 |
| Gráfico 23 Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF da região Norte, 2020.                                                                          | 43 |
| Gráfico 24– Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Nordeste, 2020                                                                         | 45 |
| Gráfico 25 – Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Centro-Oeste, 2020.                                                                   | 47 |
| Gráfico 26 – Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Sudeste, 2020.                                                                        | 48 |
| Gráfico 27– Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Sul, 2020.                                                                             | 50 |



|                                                                                                  |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Gráfico 28 - Estoque de empregos formais por faixa etária, 2022                                  | 55  |
| Gráfico 29 - População residente no Brasil, segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022.      | 56  |
| Gráfico 30- Percentual de docentes jovens no Brasil, redes estadual e municipal, de 2009 a 2020. | 57  |
| Gráfico 31 - Total de docentes por UF, redes estadual e municipal, 2020.                         | 58  |
| Gráfico 32- Número de docentes jovens por UF, redes estadual e municipal, 2020.                  | 59  |
| Gráfico 33- Percentual de docentes jovens por UF, redes estadual e municipal, 2020               | 59  |
| Gráfico 34 - Docentes jovens por rede de ensino, Brasil, 2020.                                   | 62  |
| Gráfico 35- Docentes jovens por rede de ensino e UF, 2020.                                       | 67  |
| Gráfico 36- Docentes jovens por etapa de ensino, Brasil, 2020.                                   | 69  |
| Gráfico 37- Docentes jovens por etapa de ensino e UF, 2020.                                      | 71  |
| Gráfico 38- Docentes jovens por escolaridade, Brasil, 2020.                                      | 78  |
| Gráfico 39- Comparação da composição por escolaridade entre jovens e não jovens, Brasil, 2020.   | 80  |
| Gráfico 40 - Docentes jovens por escolaridade e UF, 2020.                                        | 81  |
| Gráfico 41- Percentual de docentes jovens por ano e escolaridade, Brasil, de 2015 a 2020.        | 83  |
| Gráfico 42- Docentes jovens por sexo, Brasil, 2020.                                              | 84  |
| Gráfico 43- Comparação da composição por sexo entre jovens e não jovens, Brasil, 2020.           | 85  |
| Gráfico 44- Docentes jovens por sexo e UF, 2020.                                                 | 87  |
| Gráfico 45- Docentes jovens por raça/cor, Brasil, 2020.                                          | 90  |
| Gráfico 46 - Comparação da composição por raça/cor entre jovens e não jovens, Brasil, 2020.      | 91  |
| Gráfico 47- Percentual de docentes jovens por ano e raça/cor, Brasil, de 2009 a 2020.            | 96  |
| Gráfico 48- Docentes jovens por ano e tipo de contratação, Brasil, de 2011 a 2020.               | 97  |
| Gráfico 49 - Docentes jovens por tipo de contratação, Brasil, 2020.                              | 98  |
| Gráfico 50- Docentes jovens por tipo de contratação, Brasil, 2020.                               | 99  |
| Gráfico 51 - Docentes jovens por tipo de contratação e UF, 2020.                                 | 101 |
| Gráfico 52- Docentes jovens por IES, Brasil, 2020.                                               | 103 |
| Gráfico 53- Docentes jovens por zona de moradia, Brasil, 2020.                                   | 105 |



# ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Dados de remuneração dos docentes localizados na RAIS, Brasil, 2020\_\_\_\_\_37

# 1. INTRODUÇÃO

## APRESENTAÇÃO

No contexto atual, a análise dos jovens trabalhadores da educação reveste-se de uma importância cada vez mais significativa. Esta pesquisa, desenvolvida por iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em parceria com a Escola Nacional Paulo Freire, surge como resposta à necessidade premente de compreender e abordar as dinâmicas que envolvem essa parcela essencial da força de trabalho do setor educacional brasileiro.

A Escola Nacional Paulo Freire é uma organização da classe trabalhadora que surgiu do diálogo entre diversos movimentos sociais. A sua existência está organicamente vinculada à história dos trabalhadores. Ela se situa na região do Alto do Ipiranga (SP), num local que abrigou, em meados do século XX, uma fábrica de móveis gerida pelos próprios trabalhadores; posteriormente, esse local abrigou o Centro Pastoral Vergueiro (CPV), um centro de formação e documentação da classe trabalhadora, que possuía estreitos vínculos com o movimento sindical da região do ABC paulista. Utilizando a educação popular como ferramenta para a realização do trabalho de base, a ENPF tem como objetivo proporcionar para movimentos sociais e organizações da classe trabalhadora tanto um espaço de formação política quanto a assessoria por meio da realização de pesquisas, cursos, atividades culturais, eventos e ações comunitárias.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) expressa a consolidação da organização política dos Trabalhadores em Educação, cuja história é marcada por muita luta. Em 1945, os professores da escola pública primária começaram a se organizar em associações e, em 1948, teve início a luta pela escola pública e gratuita, com o envio do primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao Congresso Nacional. Em 1960, foi fundada a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) que, ao incorporar, em 1979, os professores secundários dos antigos ginásios, passou a se chamar Confederação dos Professores do Brasil (CPB). Ela consolidou-se como entidade federativa no período de 1982 a 1988,

quando se filiou à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CPB, ao unificar as várias Federações setoriais da educação numa mesma entidade nacional, passou a se chamar CNTE.

## CONTEXTO E JUSTIFICATIVA

Frente aos atuais desafios do mundo do trabalho, a CNTE atua para fortalecer a luta dos trabalhadores por meio de sua organização sindical. É neste contexto que se insere a realização da presente pesquisa, buscando fornecer um estudo que permita conhecer em profundidade a juventude dos trabalhadores em educação no Brasil ao analisar de forma abrangente e detalhada a sua situação. Através da coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, o objetivo é traçar um panorama completo das condições de trabalho, perfil demográfico, níveis de escolaridade, distribuição geográfica e perspectivas desses profissionais. Além disso, a pesquisa visa identificar possíveis disparidades entre os jovens trabalhadores e o conjunto da categoria, bem como proporções específicas de sua presença nas redes municipal e estadual de ensino.

A realização da pesquisa, prevê dois relatórios. O primeiro tem por escopo a compreensão do perfil dos jovens trabalhadores, por isso o seu enfoque é mais quantitativo. O segundo relatório tem por escopo a compreensão dos seus interesses, por isso o seu enfoque é mais qualitativo. Dessa maneira, a pesquisa pretende proporcionar percepções valiosas para o desenvolvimento de políticas e estratégias sindicais mais eficazes.

Este é o primeiro de dois relatórios. Por meio de um painel interativo que apresentará os principais dados e análises, este relatório busca fornecer uma visão abrangente e acessível sobre a situação dos jovens trabalhadores da educação no Brasil, contribuindo assim para o fortalecimento do movimento sindical e para o desenvolvimento de uma educação de qualidade em nosso país.

## OBJETIVOS DO RELATÓRIO

Este relatório tem como objetivo central mapear e analisar a situação dos jovens docentes na Educação Básica pública no Brasil, utilizando diversas fontes de dados, como o Censo da Educação, IBGE, INEP, SIOPE e RAIS-MTE. A partir de uma série de questões levantadas durante o Encontro Nacional da Juventude da CNTE, e complementadas por uma ampla análise bibliográfica conduzida pela equipe da Escola Nacional Paulo Freire, buscamos entender a inserção dos jovens no magistério, suas condições de trabalho, formação e os desafios que enfrentam para se manterem na profissão.

Um dos principais pontos de investigação será o tamanho da participação dos jovens na rede pública de ensino, tanto em termos numéricos quanto em uma série histórica. Queremos verificar se a presença de jovens na docência tem aumentado ou diminuído ao longo do tempo, o que pode indicar tendências de envelhecimento ou renovação da categoria. Além disso, a análise por sexo e raça permitirá compreender se existem diferenças significativas entre os jovens docentes e o conjunto da categoria, e se esses marcadores influenciam sua distribuição por estados, regiões ou até mesmo dentro das próprias escolas.

Outro aspecto relevante é a escolaridade dos jovens professores. Queremos investigar se eles entram no magistério mais qualificados do que seus colegas mais experientes ou se precisam buscar qualificação ao longo da carreira. Essa análise também se estende à sua formação inicial, buscando entender se há uma diferença significativa entre os jovens formados em instituições públicas ou privadas e como isso pode afetar suas condições de trabalho e sua progressão na carreira.

A distribuição dos jovens por disciplinas e por vínculos empregatícios também será abordada, analisando se eles estão concentrados em determinadas áreas do ensino, como Educação Infantil ou Ensino Fundamental, e se possuem vínculos precários ou efetivos. Isso nos permitirá compreender se os jovens estão mais vulneráveis às condições de trabalho mais precárias e se essa precariedade impacta sua capacidade de organização sindical e de progressão na carreira.

Ademais, aspectos relacionados à carga horária, local de residência e presença de jovens com deficiência também serão examinados. O objetivo é traçar um perfil detalhado dos jovens docentes, verificando se eles enfrentam desafios específicos em termos de condições de trabalho, mobilidade e acessibilidade.

A formação continuada será outro ponto de destaque, uma vez que a qualificação ao longo da carreira é essencial para o crescimento profissional. Buscaremos entender como os jovens se engajam nesses programas e encontram barreiras para acessar essas oportunidades. Por fim, a questão da remuneração será analisada, comparando os salários dos jovens com a média da categoria e avaliando se existe uma disparidade significativa, especialmente quando levamos em conta fatores como escolaridade e vínculo público.

Através dessas análises, este relatório visa fornecer uma visão abrangente da realidade dos jovens docentes na educação pública brasileira. *Nossa expectativa é que os dados coletados sirvam como base para a formulação de políticas públicas e ações sindicais que promovam a inclusão, valorização e retenção desses profissionais na carreira, garantindo que a juventude tenha um papel central no futuro do magistério no Brasil.*

## **SOBRE OS DADOS**

Os dados utilizados nesta pesquisa para esse relatório concentram-se nos docentes da Educação Básica da rede pública, embora a CNTE represente todos os trabalhadores da educação (docentes e demais trabalhadores da escola) da rede estadual e municipal pública. Essa seleção é resultado da disponibilidade restrita de dados do Censo, que abrangem apenas os docentes, limitando a compreensão do panorama da categoria dos trabalhadores da Educação Básica (que é mais amplo que os docentes da Educação Básica).

Destacamos que os dados utilizados neste relatório variam entre microdados de 2020, uma vez que o acesso aos microdados de 2022 sobre os docentes foi restringido pelo INEP - alegando ferir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), resguardando informações sensíveis. E alguns dados mais atualizados do Censo 2023

- sobretudo, quando fazemos análises educacionais mais amplas, que não estão diretamente vinculadas a números desagregados de docentes, como por exemplo, quantidade de escolas, matrículas, e números totais de docentes.

Além disso, é importante destacar que o painel interativo (site) oferecido pela pesquisa, em conjunto com o presente relatório, fornecem condições para que os próprios dirigentes sindicais elaborem análises aprofundadas em nível estadual, a fim de explorar nuances regionais e estaduais da situação dos trabalhadores da educação, em especial, dos jovens.

## **SOBRE O UNIVERSO**

No movimento sindical brasileiro, o critério de juventude é frequentemente definido até os 35 anos, uma escolha que está enraizada em vários fatores socioeconômicos e históricos. Esse critério não é arbitrário, mas, sim, uma tentativa de equilibrar o conceito de juventude com as realidades do mercado de trabalho e a trajetória profissional no Brasil.

Primeiramente, no contexto sindical, a definição de juventude até os 35 anos reflete a realidade do mercado de trabalho brasileiro, em que muitos trabalhadores jovens enfrentam desafios para ingressar e se estabilizar em empregos formais. Com uma formação educacional prolongada e um mercado de trabalho competitivo, é comum que os jovens brasileiros adentrem plenamente no mercado de trabalho somente em torno de 25 a 30 anos, o que justifica uma ampliação do conceito de juventude além dos 30 anos, tradicionalmente adotado em outros contextos. Assim, estender o limite até os 35 anos permite que o movimento sindical abarque trabalhadores que estão na fase inicial ou intermediária de suas carreiras, mas ainda enfrentam dificuldades específicas de inserção e consolidação profissional.

Além disso, o sindicalismo busca incluir trabalhadores que ainda estão em processo de formação, qualificação ou consolidação de sua carreira, que enfrentam condições mais precárias, salários mais baixos e menos estabilidade no emprego. Jovens até os 35 anos frequentemente se enquadram nesse perfil, com maior

incidência de empregos informais, contratos temporários e menor proteção trabalhista, o que os torna um grupo prioritário para as lutas sindicais.

Outro aspecto importante é o alinhamento com as normativas e convenções internacionais. Algumas entidades, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e outras ligadas aos direitos dos jovens trabalhadores também adotam o critério de 35 anos como faixa etária para categorizar a juventude, reconhecendo a transição prolongada entre o mundo educacional e o mundo do trabalho.

Em resumo, o critério de juventude até os 35 anos no movimento sindical brasileiro é utilizado para englobar uma faixa de trabalhadores que ainda enfrentam dificuldades típicas de inserção e consolidação no mercado de trabalho. Essa faixa etária representa uma fase de maior vulnerabilidade no emprego, onde a atuação sindical que se concentra na organização dos trabalhadores formais é crucial para garantir melhores condições de trabalho, segurança e remuneração.

Ainda que o objeto principal de análise do relatório seja a juventude trabalhadora, utilizaremos outros dados para fins comparativos com o objetivo de extrair melhores análises.

## 2. SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A Educação Básica no Brasil é caracterizada por uma vasta rede de instituições que atendem milhões de estudantes em diferentes contextos regionais e socioeconômicos. Os níveis de ensino da Educação Básica analisados são o regular (Educação Infantil, Fundamental e Médio), especial (escolas e classes especiais), EJA; profissional e tecnológica (cursos técnicos, cursos FIC - formação inicial continuada ou qualificação profissional). A Educação Escolar Quilombola e a Educação Escolar Indígena contemplam todas as etapas da Educação Básica, ou seja, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Escolar Quilombola também pode incluir modalidades da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, a EJA, a Educação Especial e a Educação a Distância. A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais localizadas em comunidades remanescentes de quilombos. Já a Educação Escolar Indígena ocorre em unidades educacionais localizadas em terras indígenas.

Com base no **Censo Escolar 2023 (INEP)**, nesta seção oferecemos um retrato panorâmico dessa realidade. Será explorada a organização do sistema educacional brasileiro, analisando a distribuição dos estudantes e das escolas, o papel das redes estaduais, municipais e privadas, e as particularidades da educação nas áreas urbanas e rurais, destacando a distribuição de matrículas, a atuação dos docentes e as condições de gestão escolar.

Os docentes da Educação Básica no Brasil desempenham um papel central na estrutura educacional do país, representando uma significativa parcela da classe trabalhadora formal. Em termos de representatividade no mercado de trabalho, os docentes correspondem a cerca de 4,7% dos trabalhadores formais no Brasil (ver anexo, item 7.1), destacando-se como uma categoria essencial dentro do contexto socioeconômico do país. Em 2023, o Brasil registrou um total de aproximadamente

2,35 milhões de docentes na Educação Básica, distribuídos principalmente nas redes municipais (predominante) e estaduais de ensino. Estes profissionais estão concentrados em maior número no Ensino Fundamental. A distribuição por gênero revela uma predominância feminina, especialmente na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, a faixa etária predominante entre os docentes está entre 30 e 49 anos, o que sugere uma força de trabalho com experiência, mas que também enfrentará desafios de renovação nos próximos anos.

Esta seção do relatório é organizada com análises gerais, seguidas de alguns gráficos que foram extraídos dos documentos do INEP de análise do Censo Escolar 2023 (INEP). O objetivo não é o de esgotar o tema, uma vez que os documentos de referência produzidos pelo próprio INEP possuem a capacidade e objetivo de fazê-lo. Trazer os dados aqui, portanto, tem unicamente a intenção de oferecer um panorama geral para a análise específica que é o objeto deste relatório sobre os jovens docentes na Educação Básica brasileira. O intento, portanto, é o de oferecer um contexto no qual o nosso segmento de análise se insere.

Por isso, a presente seção, que apresenta a situação da Educação Básica no Brasil, é fundamental para contextualizar a análise subsequente sobre os jovens trabalhadores da educação. Ao fornecer uma visão panorâmica de como as escolas e os docentes estão organizados em diferentes redes de ensino e regiões do país, esta parte do relatório cria a base necessária para compreender as dinâmicas que influenciam o segmento específico dos jovens na força de trabalho educacional. Ela fornece destaque à análise do Ensino Fundamental, Médio e da rede municipal e estadual, cujos docentes consistem no público principal da pesquisa. Uma vez que esta pesquisa não tem como finalidade apenas o conhecimento da realidade mas, sim, a necessidade de transformá-la e por se tratar de uma pesquisa para ação, o foco é o segmento em que essa atuação se dá, ainda que a análise com o todo ofereça um contraste necessário, para entender a realidade observada.

A partir dessa visão abrangente, torna-se possível identificar tendências, desafios e oportunidades que afetam não apenas o sistema educacional como um todo, mas também o perfil e as condições de trabalho dos jovens docentes dentro

desse setor da Educação Básica brasileira. Com essa compreensão, o relatório poderá então aprofundar a análise sobre o papel desses jovens dentro do contexto educacional brasileiro

## 2.1 DISTRIBUIÇÃO DE ETAPAS DE ENSINO, ESTUDANTES E ESCOLAS

O dever do Estado com a educação, conforme redação do Art. 208 da CF, deverá ser efetivado mediante a garantia de igualdade de condições para o acesso e permanência na Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 anos (Pré-escola) aos 17 anos de idade (Ensino Médio). No ensino básico (aqui incluindo toda a Educação Infantil - creche e pré-escola), as etapas de ensino são 4 a 5 anos de idade para Pré-escola, 6 a 10 anos de idade para anos iniciais do Ensino Fundamental, 11 a 14 anos para os anos finais do Ensino Fundamental, 15 a 17 anos de idade para o Ensino Médio. Além dessa divisão em **níveis**/etapas, as escolas são organizadas a partir **das redes** à qual está vinculada - municipal, estadual, federal e privada.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), compete aos municípios a oferta prioritária da Educação Infantil, compreendendo a creche e a pré-escola, e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Aos estados, cabe prioritariamente a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental, e do Ensino Médio, enquanto a União, por meio de suas instituições, é responsável pela Educação Superior e pelo apoio técnico e financeiro às demais esferas para a garantia da universalização do ensino obrigatório. Além disso, a articulação entre as redes e os níveis de ensino visa assegurar a continuidade do processo educativo, garantindo, conforme o artigo 11 da LDB, a progressiva ampliação da oferta de educação em tempo integral e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

No ano de 2023, registraram-se 47,3 milhões de matrículas nas 178,5 mil escolas de Educação Básica (pública e privada) no Brasil, cerca de 77 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2022. **Reflexo do recuo de 1,3% na matrícula da**

rede pública, que passou de 38,4 milhões em 2022 para 37,9 milhões em 2023, e o aumento de 4,7% das matrículas da rede privada, que passaram de 9 milhões para 9,4 milhões.

A maior parte do alunado da Educação Básica se concentra no Ensino Fundamental – 26,1 milhões de matrículas. Ao todo, 121,4 mil escolas (68%) ofertam alguma das suas etapas no Ensino Fundamental: 103,8 mil atendem alunos nos anos iniciais (1º ao 5º) e 61,8 mil cobrem os anos finais (6º ao 9º). A rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços do total de escolas (59,8%), seguida da rede privada (23,3%). Do total de matrículas, 37,9 milhões estavam na rede pública (estadual e municipal), e 9,4 milhões na rede privada.

A rede municipal é a principal responsável pela oferta do 1º ao 5º ano, com 10 milhões de estudantes matriculados (69,5%). Ao todo, 11,6 milhões de alunos frequentam os anos finais, nos quais a divisão de responsabilidade entre estados e municípios na oferta do ensino é mais equilibrada, se comparada aos anos iniciais - a rede municipal atendendo 5,1 milhões de estudantes (44%) e a estadual, 4,6 milhões (39,5%).

No Ensino Médio estão 6,4 milhões de alunos, cuja maioria se concentra nas escolas públicas (95,9%). A rede federal participa com 236 mil alunos (3,1%). Já a rede privada possui cerca de 986,3 mil matriculados (12,8%).

- 84,8% dos alunos do Ensino Médio estudam no turno diurno;
- 15,2% dos estudantes estudam à noite;
- 43,4% das escolas de Ensino Médio atendem mais de 500 estudantes.

A evolução do número de escolas por rede de ensino, referente à Educação Básica, em todo o país. Verificamos ainda uma predominância de escolas da rede municipal, porém com uma redução do número de escolas (117,8 mil em 2014 para 106,7 mil em 2023). Também houve uma redução do número de escolas da rede estadual. Por sua vez, houve um aumento no número de escolas da rede privada (39,6 mil em 2014 para 41,6 mil em 2023).

## Evolução do número de escolas por rede de ensino - educação básica - Brasil - 2014 - 2023

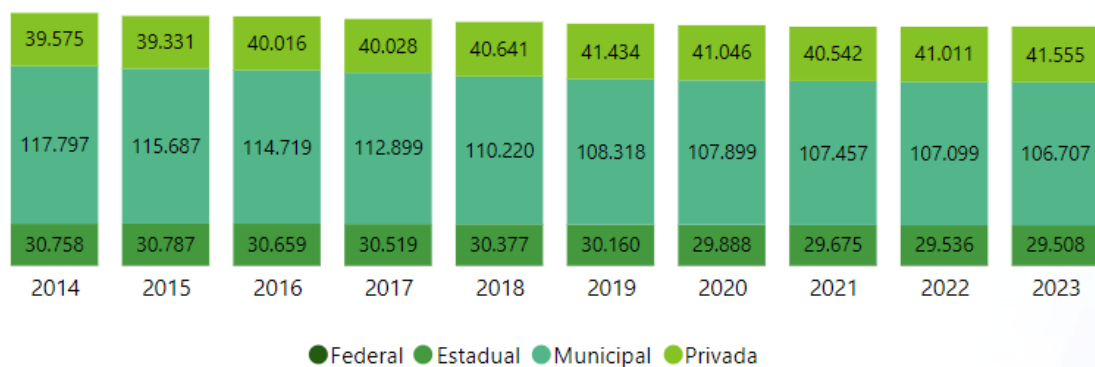


Gráfico 1- Evolução do número de escolas por rede de ensino.  
 Fonte: Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica.

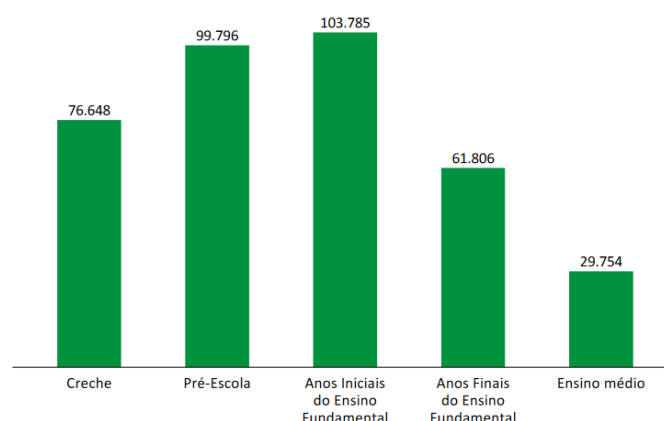
## 2.1.1. DISTRIBUIÇÃO DE MATRÍCULAS POR REDE E LOCALIZAÇÃO E DAS ESCOLAS

- Rede Municipal: detém 49,3% das matrículas na Educação Básica, com maior concentração nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
- Rede Estadual: representa 30% das matrículas, sendo a segunda maior em participação nas matrículas no ensino básico.
- Rede Privada: Atualmente, concentra 19,9% das matrículas. Expansão de 4,7% entre 2022 e 2023, após uma redução durante a pandemia, enquanto a rede estadual reduziu em 500.000 matrículas. Há que se investigar se essa será uma tendência de expansão ou não.
- Localização: 88,8% das matrículas estão em áreas urbanas, com 99% das matrículas da rede privada concentradas nessas áreas. A rede pública municipal tem a maior proporção de matrículas em áreas rurais (18,6%), seguida da rede federal (13,5%).
- Das matrículas em localização diferenciada: 418.962 em áreas de assentamento (com destaque para Pará e Maranhão - que concentram quase metade das matrículas), 302.670 de escolas com Educação Indígena (na qual o Amazonas concentra mais de ¼ das matrículas), e 278.030 em áreas

quilombolas ou comunidade remanescente (na qual BA e MA concentram mais da metade das matrículas).

- Do total de 178.476 escolas de Educação Básica: 113.763 ofertam matrículas da Educação Infantil (76.648 de creche e 99.796 de Pré-escola), enquanto o Ensino Fundamental está presente em 121.350 (103.785 de anos iniciais e 61.806 de anos finais) e o Ensino Médio em 29.754 unidades. Nos últimos cinco anos, houve um aumento gradual no número de escolas das redes pública e privada que oferecem essa etapa. No total, houve um crescimento de 3,1% no número de escolas de Ensino Médio no período de 2019 a 2023. A rede estadual tem o maior número de escolas de Ensino Médio, 67,8%, seguida pela rede privada, 29,4%.

O Gráfico 2 apresenta o número de escolas, por oferta de etapa de ensino, no Brasil, em 2023.



*Gráfico 2 - Número de escolas, por oferta de etapa de ensino, Brasil, 2023.  
Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.*

O Gráfico 3 apresenta a evolução do percentual de matrículas presenciais na rede pública, em tempo integral, na Educação Básica regular no Brasil em 2023. Verificamos um aumento do percentual de estudantes em tempo integral na série histórica (2019 a 2023). Os maiores índices da Educação Básica estão na Educação Infantil, seguido do Ensino Médio, depois do Ensino Fundamental anos finais e, por último, Ensino Fundamental anos iniciais.

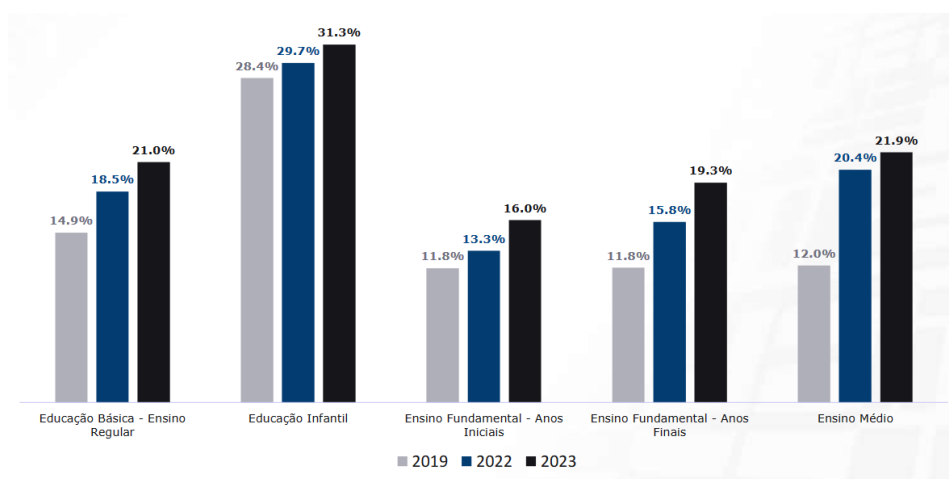


Gráfico 3– Percentual de matrículas presenciais na rede pública em tempo integral na Educação Básica regular no Brasil. Elaborado pelo INEP.

O gráfico a seguir apresenta o percentual de matrículas por dependência administrativa, para cada unidade da federação. Esses dados refletem as variações regionais e estaduais na oferta de vagas na Educação Básica, destacando as redes de ensino que predominam em cada localidade.

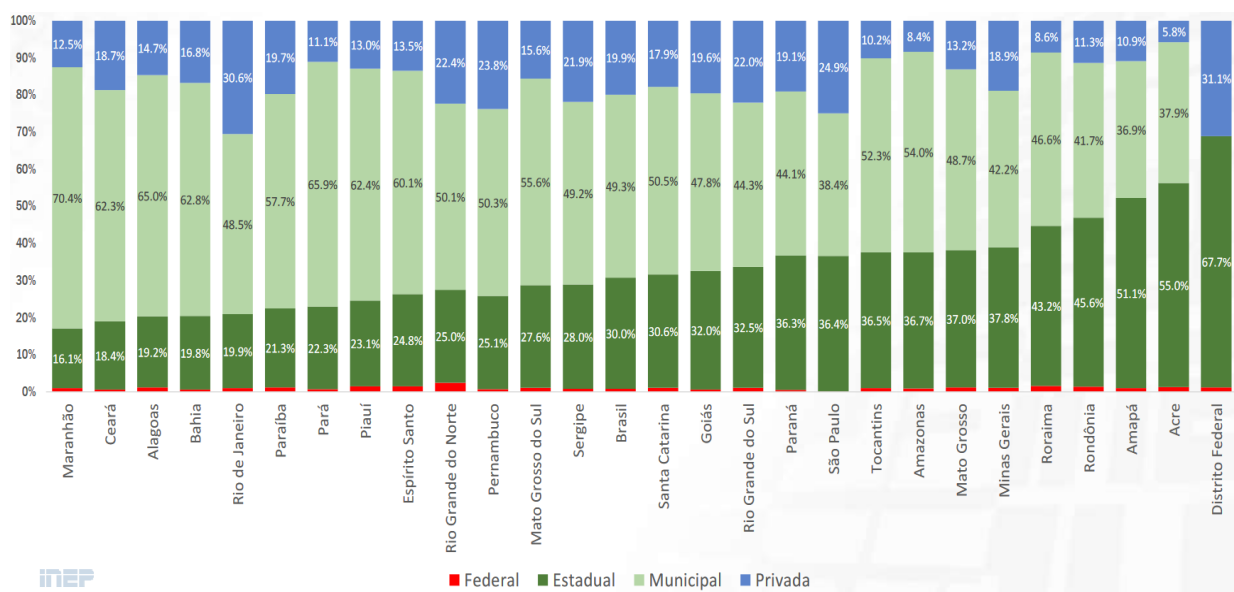


Gráfico 4 – Matrícula na Educação Básica por dependência administrativa por unidade da federação (UF). Fonte: Inep/Censo Escolar 2023.

A partir dos dados do gráfico, podemos destacar as seguintes observações:

1. Maior percentual de matrículas na rede municipal: o estado com o maior percentual de matrículas na rede municipal é o Maranhão, com aproximadamente 70,4%;

2. Maior percentual de matrículas na rede estadual: o estado com o maior percentual de matrículas na rede estadual é o Distrito Federal, com 67,7%;
3. Maior percentual de matrículas na rede privada: o estado com o maior percentual de matrículas na rede privada é o Distrito Federal, com 31,1%.

Obs: no Distrito Federal não existe rede municipal pela sua natureza administrativa.

Analisando por região, temos os seguintes estados com os maiores percentuais de acordo com rede de ensino:

- Região Norte:
  - Rede Municipal: Pará, com aproximadamente 65,9%;
  - Rede Estadual: Acre, com aproximadamente 55%;
  - Rede Privada: Pará, com aproximadamente 13%.
- Região Nordeste:
  - Rede Municipal: Maranhão, com aproximadamente 70,4%;
  - Rede Estadual: Sergipe, com aproximadamente 28%;
  - Rede Privada: Pernambuco, com aproximadamente 23,8%.
- Região Centro-Oeste:
  - Rede Municipal: Mato Grosso do Sul, com 55,6%;
  - Rede Estadual: Distrito Federal, com 67,7%;
  - Rede Privada: Distrito Federal, com 31,1%.
- Região Sudeste:
  - Rede Municipal: Espírito Santo, com aproximadamente 60,1%;
  - Rede Estadual: São Paulo, com aproximadamente 36,4%;
  - Rede Privada: Rio de Janeiro, com aproximadamente 30,6%.

- Região Sul:
  - Rede Municipal: Santa Catarina, com aproximadamente 50,5%;
  - Rede Estadual: Paraná, com aproximadamente 36,3%;
  - Rede Privada: Rio Grande do Sul, com aproximadamente 22%.

## 2.1.2. ENSINO FUNDAMENTAL

O Gráfico 5 apresenta a evolução do número de matrículas no Ensino Fundamental, no Brasil, de 2019 a 2023. É possível verificar que houve uma **redução de cerca de 800 mil matrículas totais** (anos iniciais e anos finais), ao compararmos o ano de 2019 com o ano de 2023.

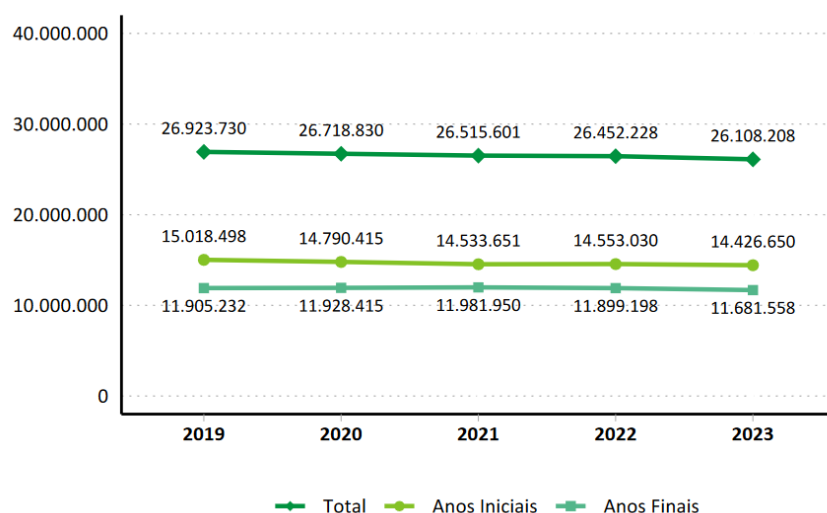
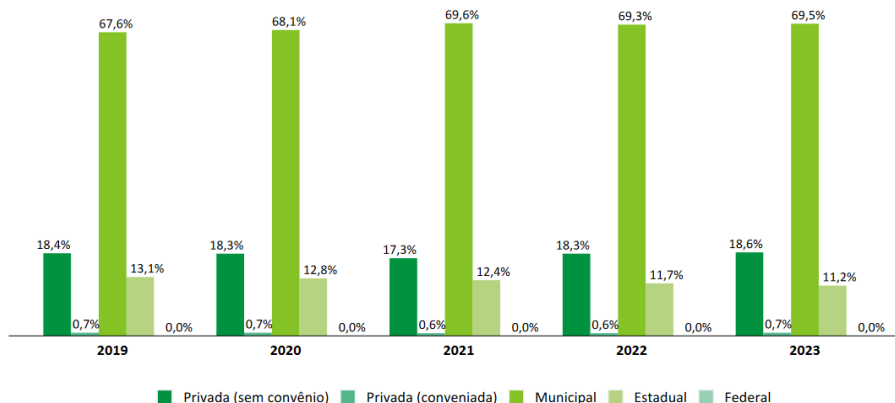


Gráfico 5 – Número de matrículas no Ensino Fundamental, no Brasil, de 2019 a 2023.  
Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Em 2023, foram registradas 26,1 milhões de matrículas no Ensino Fundamental. Esse valor é 3% menor do que o registrado para o ano de 2019. São 11,7 milhões de alunos que frequentam os anos finais do Ensino Fundamental e 99,9% desses estudantes frequentam o turno diurno. Nos últimos cinco anos, essa redução foi mais acentuada nos anos iniciais (3,9%) do que nos anos finais do Ensino Fundamental (1,9%). A quantidade de estudantes no Ensino Fundamental vem sofrendo leve queda. É possível identificar a municipalização do Ensino Fundamental, com tendência de queda nas matrículas dessa etapa de ensino vinculada com a Rede Estadual. Ou seja,

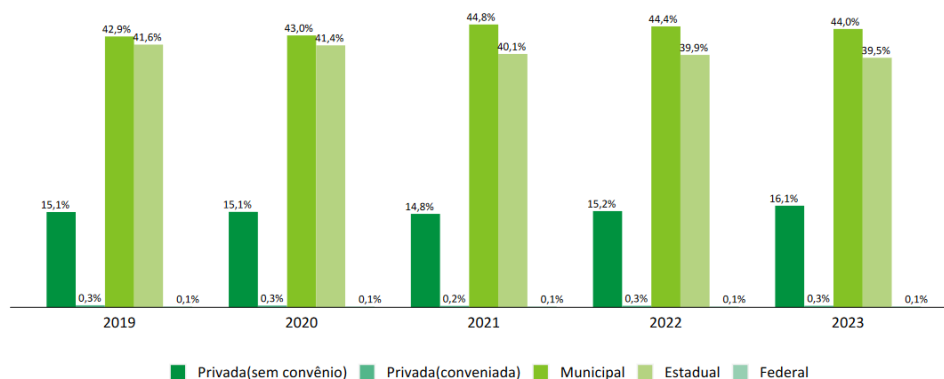
o Ensino Fundamental está diminuindo a sua vinculação com a Rede Estadual, e ampliando em relação à Rede Municipal e Privada.

Nos gráficos a seguir, são apresentados o **percentual** de matrículas nos anos iniciais (Gráfico 6) e finais (Gráfico 7) do Ensino Fundamental segundo a dependência administrativa no Brasil, de 2019 a 2023.



*Gráfico 6 – Percentual de matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa no Brasil, de 2019 a 2023.*

*Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.*



*Gráfico 7 – Percentual de matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa no Brasil, de 2019 a 2023.*

*Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.*

O Gráfico 8 apresenta o número de matrículas no Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa e a localização da escola em 2023. Ao avaliar como o número de matrículas do Ensino Fundamental está distribuído em relação à localização da escola, nota-se que 87,5% estão em escolas urbanas. Além disso, 98,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Proporcionalmente, existe um

maior número de matrículas na zona rural nos anos iniciais (13,5%) do que nos anos finais (11,2%).

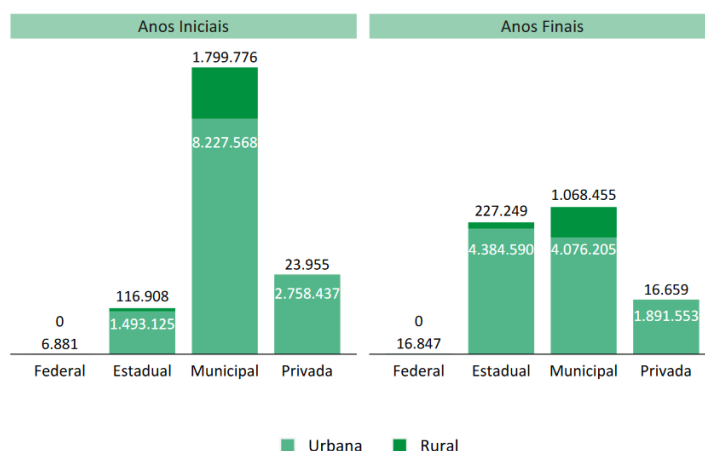


Gráfico 8– Número de matrículas no Ensino Fundamental, segundo a dependência administrativa e a localização da escola, Brasil, 2023.

Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Para finalizar, consideramos o percentual de matrículas dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental. 99,4% da população de 6 a 14 anos que frequentam escola: na faixa etária de 6 a 10 e de 11 a 14 anos, o atendimento é de 99,5% e de 99,4%, respectivamente. Ou seja, está praticamente universalizado o acesso ao Ensino Fundamental.

### 2.1.3. ENSINO MÉDIO

O Gráfico 9 apresenta a evolução do número de matrículas no Ensino Médio no Brasil, de 2019 a 2023. É possível observar um aumento no número de matrículas no Ensino Médio integrado à educação profissional em todos os anos do período. Por sua vez, o número de matrículas no Ensino Médio propedêutico aumentou e manteve um crescimento até o ano de 2022, seguido por uma **redução de aproximadamente 220 mil matrículas de 2022 para 2023**.

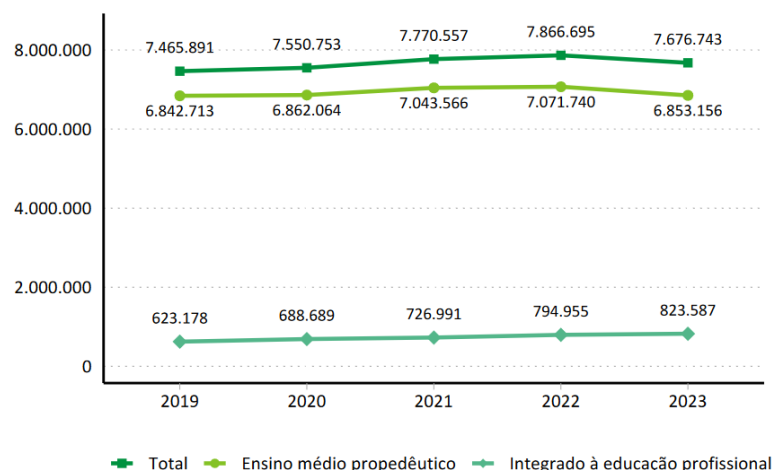


Gráfico 9 - Número de matrículas no Ensino Médio (total, integrado e não integrado à educação profissional) no Brasil, de 2019 a 2023.

Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Em 2023, foram registradas 7,7 milhões de matrículas no Ensino Médio. O total de matrículas apresentou uma redução de 2,4% no último ano do Ensino Médio. Mas se comparado a 2019, houve um crescimento.

São 91,9% da população de 15 a 17 anos que frequentam escola. E 84,8% dos alunos do Ensino Médio que estudam no turno diurno. São 1,1 milhão (15,2%) de alunos que estudam no período noturno e 94,5% dos alunos frequentam escolas urbanas. A matrícula integrada à educação profissional cresceu 32,2% nos últimos cinco anos, passando de 623.178 em 2019 para 823.587 em 2023.

A rede estadual possui a maior participação na matrícula do Ensino Médio, com 83,6%, seguida pela rede privada (12,9%). 43,4% das escolas de Ensino Médio atendem mais de 500 alunos cada uma. Apesar de ser a etapa de maior expressão da rede federal, sua participação é de apenas 3,1% das matrículas. Há uma leve queda nas matrículas em instituições públicas, em detrimento das privadas. Tendência semelhante ao Ensino Fundamental. Quando analisada a quantidade de alunos do Ensino Médio em tempo integral, a média nacional é de 21,9%, acima da média do Ensino Fundamental.

O Gráfico 10 apresenta o percentual de matrículas no Ensino Médio por dependência administrativa, segundo as unidades da federação, apenas para o Ensino

Médio. Notamos que o Rio de Janeiro e o Distrito Federal são as UF com maior percentual de matrículas na rede privada, para o Ensino Médio. Por outro lado, os 7 Estados da Região Norte, juntamente com o Maranhão, Ceará e Mato Grosso são as 10 UF com menor percentual de matrículas na rede privada, para o Ensino Médio.

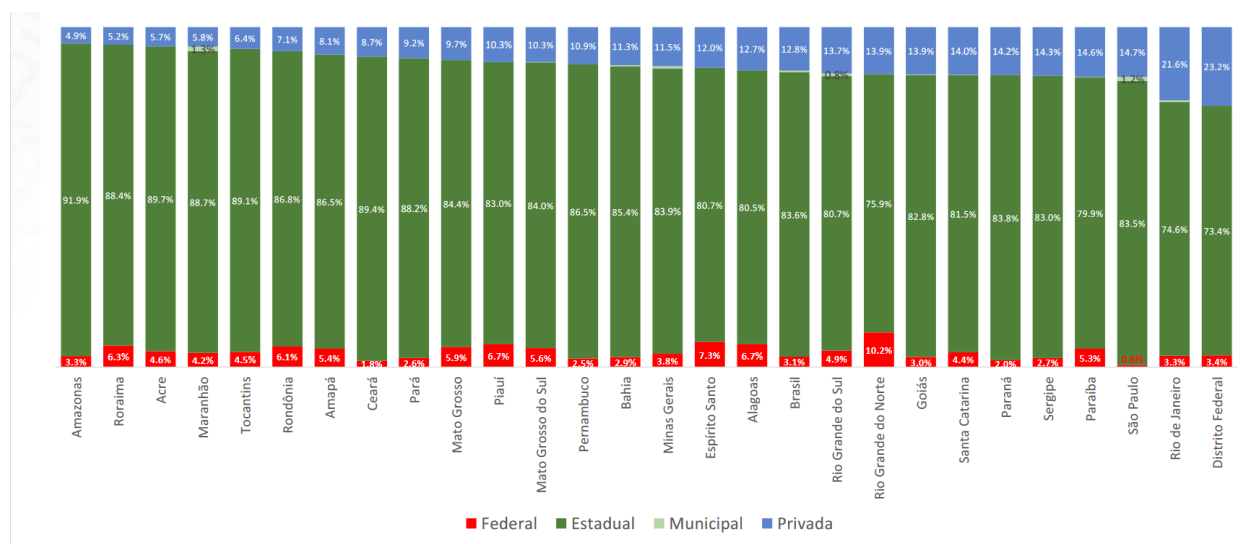


Gráfico 10– Matricula no Ensino Médio por dependência administrativa, segundo as unidades da federação, Brasil, 2023.  
Fonte: Inep/Censo Escolar 2023.

O Gráfico 11 apresenta o número de matrículas no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa e a localização da escola em 2023. A maioria das matrículas do Ensino Médio (94,5%) está localizada em escolas urbanas. Além disso, 96,0% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas do Ensino Médio localizadas na zona rural (14,4%).

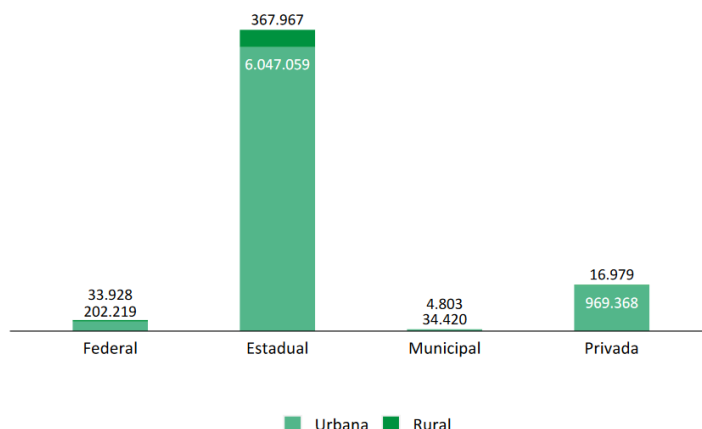


Gráfico 11- Número de matrículas no Ensino Médio, segundo a dependência administrativa e a localização da escola, Brasil, 2023.

Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

## 2.1.4 GESTÃO E ESCOLAS

Em 2023, foram contabilizados 2,4 milhões de professores e 161.798 diretores na Educação Básica. Quem exerce cargo de direção, em sua maioria, tem formação superior (90,8%) e é mulher (80,6%). Apenas 21,3% dos diretores no país possui curso de formação continuada, com no mínimo 80 horas, em gestão escolar.

O Gráfico 12 apresenta o percentual de diretores, segundo a dependência administrativa, por forma de acesso ao cargo.

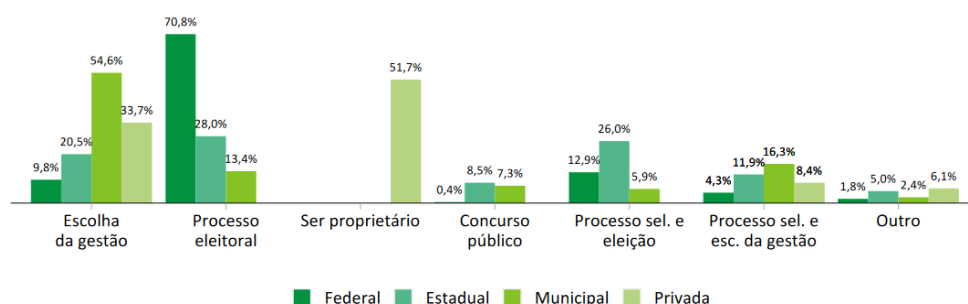


Gráfico 12- Percentual de diretores, segundo a dependência administrativa, por forma de acesso ao cargo, Brasil, 2023.

Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Em relação às formas de acesso ao cargo de diretor, na rede federal predomina o acesso realizado exclusivamente por processo eleitoral com a participação da

comunidade escolar, com 70,8% dos casos; e em 9,8% a forma de acesso foi exclusivamente por indicação ou escolha da gestão.

A rede estadual apresenta 28% de diretores com acesso ao cargo exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar; outros 20,5% ocupam o cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão.

Na dependência municipal, os que acessaram exclusivamente por indicação ou escolha da gestão somam 54,6%; outros 13,4% passaram exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar.

Na rede privada, 51,7% dos diretores são proprietários ou sócio-proprietários das escolas e 33,7% chegaram ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão.

## 3. SITUAÇÃO GERAL DOS DOCENTES

### 3.1 PANORAMA GERAL

#### 3.1.1 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O Gráfico 13 apresenta a evolução do número de docentes na Educação Básica no Brasil, de 2007 a 2023. No ano de 2023, o Brasil registrou um total de 2,35 milhões de docentes na Educação Básica, o maior número de toda a série histórica.

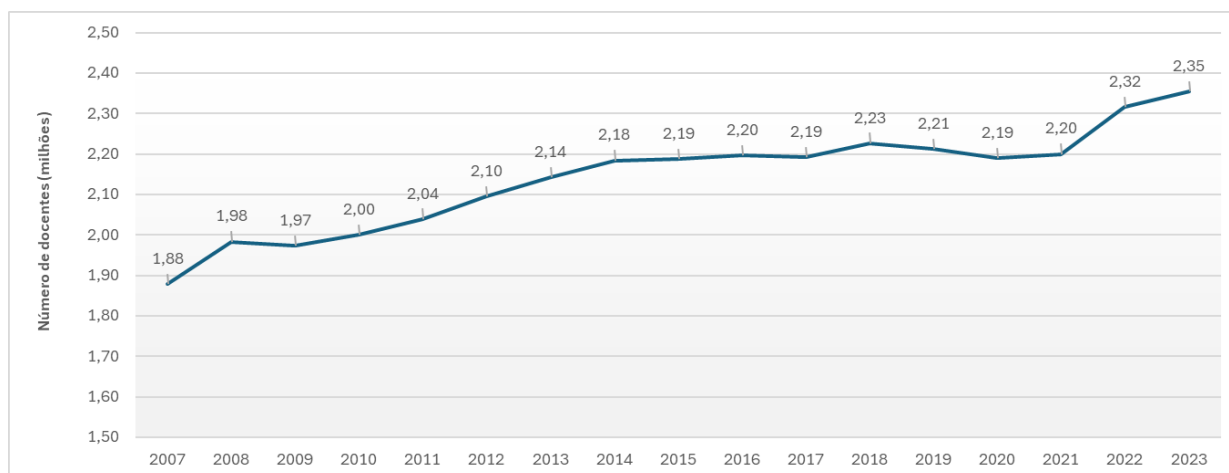


Gráfico 13- Número total de docentes na Educação Básica no Brasil, 2007 a 2023.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP).

Com base nos dados apresentados no gráfico acima, é possível apontar as seguintes observações:

#### 1. Crescimento entre 2007 e 2019:

- De **2007** (1.878.284 docentes) até **2019** (2.212.018 docentes), houve um crescimento constante de aproximadamente **17,8%**;
- Esse aumento reflete um período de expansão no número de docentes, com o maior crescimento observado entre **2010** e **2013**, quando a quantidade de professores subiu de 1.999.518 para 2.141.676;

- O ritmo de crescimento foi moderado, mas consistente, refletindo o aumento das demandas educacionais e possivelmente a ampliação de políticas educacionais.

## 2. Queda entre 2019 e 2020:

- Em **2020**, o número de docentes caiu para **2.189.005**, representando uma redução de **1%** em relação a 2019, que pode ser explicada por mudanças nas políticas públicas ou até mesmo pela crise gerada pela pandemia da COVID-19, que impactou vários setores, incluindo a educação.

## 3. Recuperação e Crescimento Pós-2020:

- Após a queda de 2020, o número de docentes voltou a crescer, alcançando **2.199.943** em **2021** e chegando a **2.354.194** em **2023**, o que representa um aumento de **7,5%** em relação a 2020;
- Esse crescimento reflete uma recuperação no número de professores e possivelmente um esforço para atender à demanda por educação pós-pandemia, além da reestruturação do setor educacional.

## CONCLUSÃO:

- De **2007 a 2019**, o número de docentes cresceu consistentemente, com uma taxa de crescimento de quase 18%;
- De **2019 a 2020**, houve uma leve queda, possivelmente devido à pandemia;
- De **2021 a 2023**, o número de docentes voltou a crescer, refletindo uma recuperação após a crise.

O Gráfico 14 apresenta a série histórica do número total de docentes por rede e etapa de ensino no Brasil, de 2014 a 2023. É importante ressaltar que, como existem docentes que exercem funções em mais de uma etapa de ensino, a soma de cada categoria não corresponde ao total de docentes do Gráfico 13.

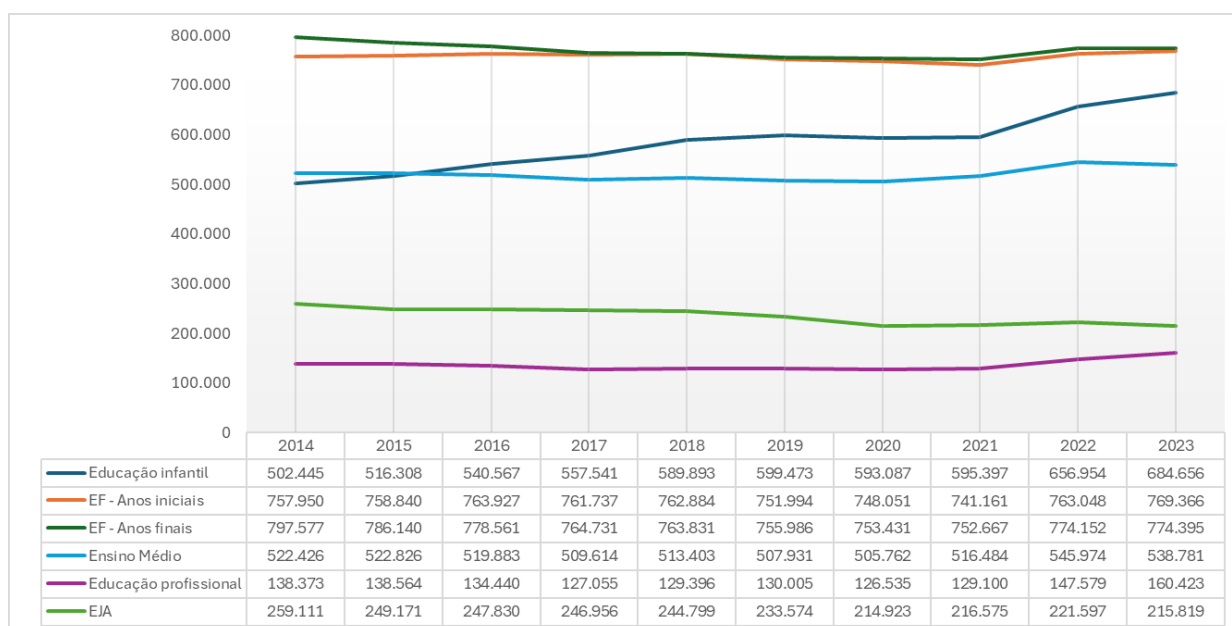


Gráfico 14 - Evolução do número de docentes por etapa de ensino no Brasil, de 2014 a 2023.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados disponíveis no [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica \(inepdata\)](#), Docentes - Estatísticas Gerais (pág. 6 de 19), nenhum filtro aplicado. Último acesso em 04/10/2024.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da escolaridade dos docentes na Educação Básica no Brasil de 2014 a 2023. Houve um aumento consistente na proporção de docentes com formação superior em licenciatura, passando de 77,16% em 2014 para 84,47% em 2023. Ao mesmo tempo, houve uma redução na porcentagem de docentes com formação em nível médio/magistério, que caiu de 12,13% em 2014 para 6,11% em 2023. Esses dados indicam um avanço na qualificação dos docentes ao longo dos anos, com maior foco na formação superior.

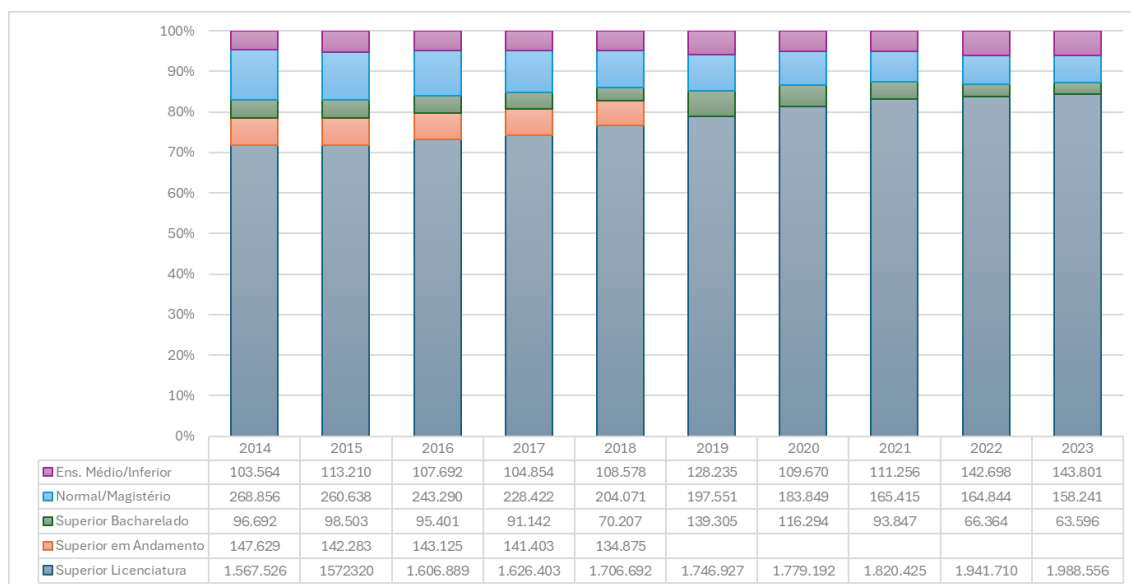


Gráfico 15- Evolução da escolaridade dos docentes, Educação Básica, Brasil, de 2014 a 2023.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados obtidos pelo Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica (INEP), Docentes – estatísticas gerais (pág. 6 de 19).

Vemos que a rede estadual é a mais escolarizada de todas, chegando a quase 93% de docentes com Ensino Superior, seguido da rede municipal com aproximadamente 85% e depois a rede privada com 77% de docentes com Ensino Superior. Os docentes mais qualificados estão, portanto, na rede pública.

### 3.1.2 ANÁLISE POR ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A distribuição dos docentes no Brasil entre as três principais etapas da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – revela diferentes demandas e concentrações de profissionais, que se refletem também na quantidade de estudantes.

O Gráfico 15 apresenta o percentual e o número de docentes por etapa de ensino e dependência administrativa (rede) no Brasil, referente ao ano de 2023. Vale ressaltar que existem docentes que trabalham em mais de uma dependência administrativa, bem como em mais de uma etapa de ensino.

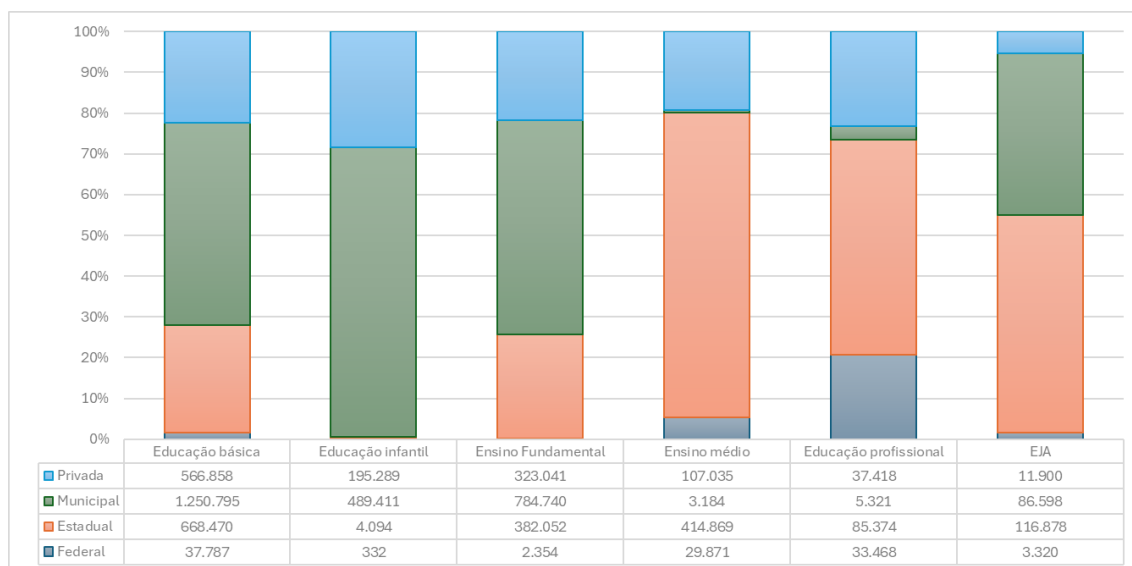


Gráfico 16 – Docentes por etapa de ensino da Educação Básica e dependência administrativa, Brasil, 2023.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do [inepdata](#).

Em 2023, a **Educação Infantil** contava com **684,7 mil docentes**. Dentro desse contingente, **71% estava vinculada à rede municipal**, seguida da rede privada (28,3%). O número de docentes que atuam na Educação Infantil e estão vinculados às redes estadual (4.094 docentes) e federal (332 docentes) é muito baixo. Nessa etapa, estão matriculados aproximadamente **13,5 milhões** de alunos, ou seja, **28,5%** do total de estudantes da Educação Básica.

Em 2023, o **Ensino Fundamental**, com **1.105.918 docentes**, responde pela maior parte dos profissionais da Educação Básica, representando por volta de **53%** do total de professores. Quase todos os docentes dessa etapa de ensino estão vinculados à Rede Municipal. **Seguido da** Rede Estadual, que apresenta número quase igual (mas levemente superior) do que a Rede Privada. Por último, está a rede federal, que abrange **26,1 milhões de estudantes**, o que equivale a **55,2%** do total de alunos matriculados. Essa etapa, que vai dos anos iniciais aos finais da escolaridade obrigatória, é essencial para a formação das competências básicas, como leitura, escrita e matemática, justificando o alto número de docentes e alunos.

Em 2023, o **Ensino Médio** contava com quase **555 mil docentes**, correspondendo a **20,4%** do total de professores. Com a maioria vinculada à rede

estadual, seguida da rede privada, depois da rede federal e, por fim, à rede municipal. Todas elas somam **7,7 milhões de estudantes** (ou **16,3%** do total de alunos).

Esses dados mostram como a distribuição de docentes e alunos varia conforme a etapa de ensino, refletindo as diferentes necessidades e desafios que cada fase da Educação Básica enfrenta no Brasil. Enquanto o Ensino Fundamental concentra a maior parte dos professores e alunos, a Educação Infantil exige uma maior atenção individualizada aos estudantes, e o Ensino Médio lida com turmas mais numerosas e uma preparação mais específica para o futuro acadêmico e profissional. A rede federal, por sua vez, está mais presente no Ensino Médio, quando analisada a Educação Básica, sendo **os principais responsáveis**, percentualmente, pela educação profissional.

Por fim, podemos analisar a distribuição dos docentes de acordo com as redes de ensino em toda a Educação Básica, ainda para o ano de 2023. Dessa forma, verificamos que os **docentes da Educação Básica** estão distribuídos da seguinte forma: **49,6% na rede municipal**, 26,5% na rede estadual, 22,5% na rede privada e 1,5% na rede federal. Ou seja, **os municípios são responsáveis por empregar quase metade do total de docentes**.

### 3.1.3. ANÁLISE POR SEXO E FAIXA ETÁRIA

Na presente seção, serão apresentados gráficos e análises para cada etapa da Educação Básica. Os dados mencionados referem-se ao Censo Escolar da Educação Básica referente ao ano de 2023 (INEP).

Os gráficos a seguir apresentam os números de docentes por sexo e por faixa etária, para cada etapa de ensino da Educação Básica.

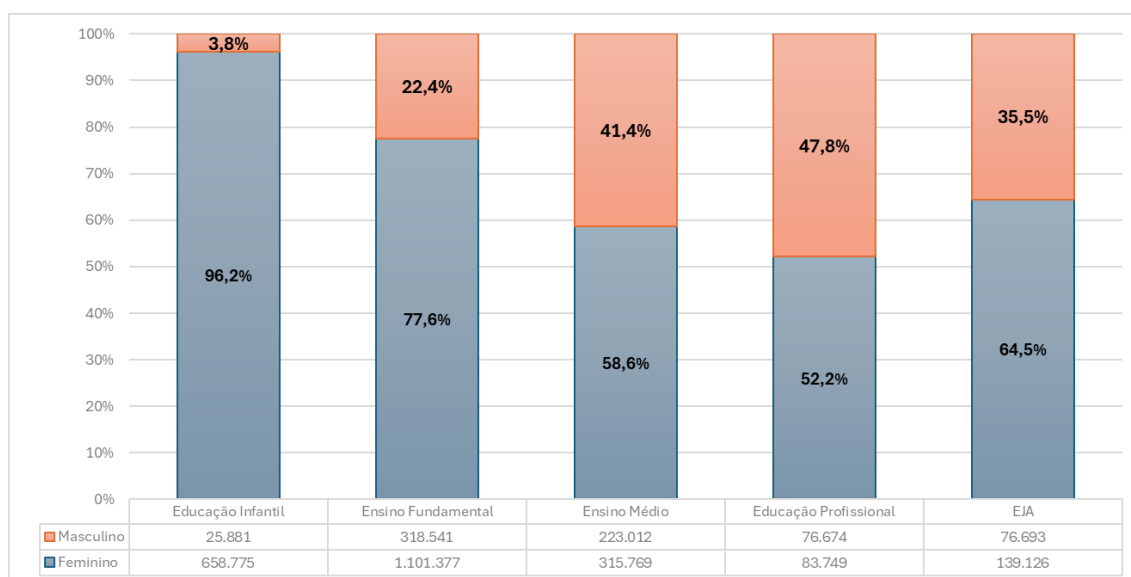


Gráfico 17- Docentes por etapa de ensino da Educação Básica e sexo, Brasil, 2023.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do [inepdata](#).

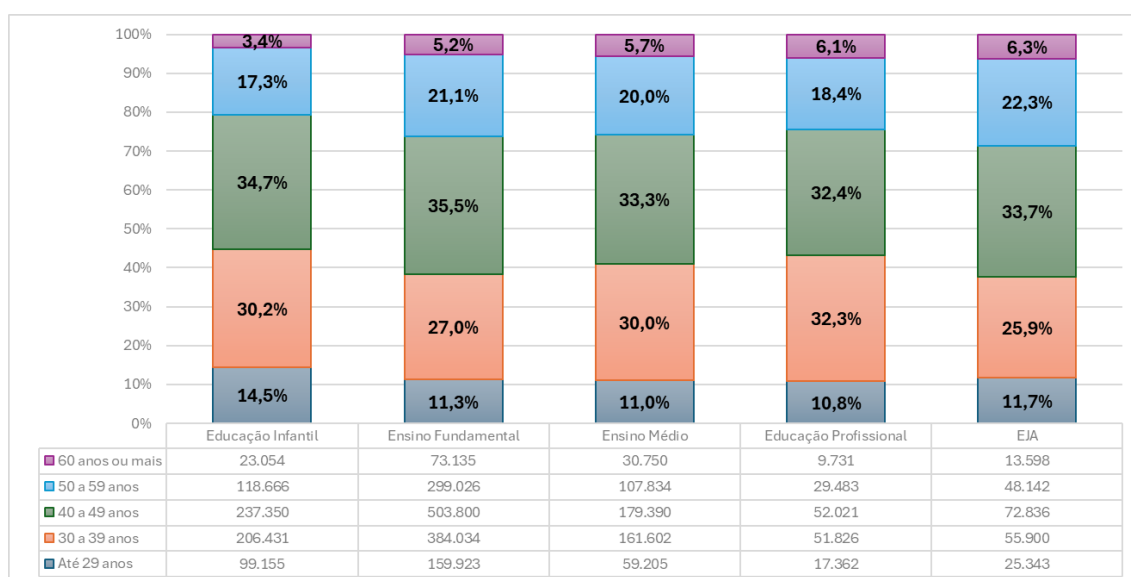


Gráfico 18 – Docentes por etapa de ensino da Educação Básica e faixa etária, Brasil, 2023.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados do [inepdata](#).

A seguir, serão apresentados os principais destaques feitos a partir dos 2 últimos gráficos.

- **Educação Infantil:** conta com aproximadamente 685 mil docentes, com uma ampla maioria de 96,2% do sexo feminino. Observa-se maior concentração de docentes nas faixas de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos;

- **Ensino Fundamental:** conta com aproximadamente 1,4 milhão de docentes, sendo 77,6% mulheres. Nos anos iniciais, 87,7% dos docentes são mulheres, enquanto nos anos finais, essa porcentagem cai para 66,2% (Gráfico 18). As faixas etárias com maior concentração também são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos, seguida de perto pela faixa de 50 a 59 anos.

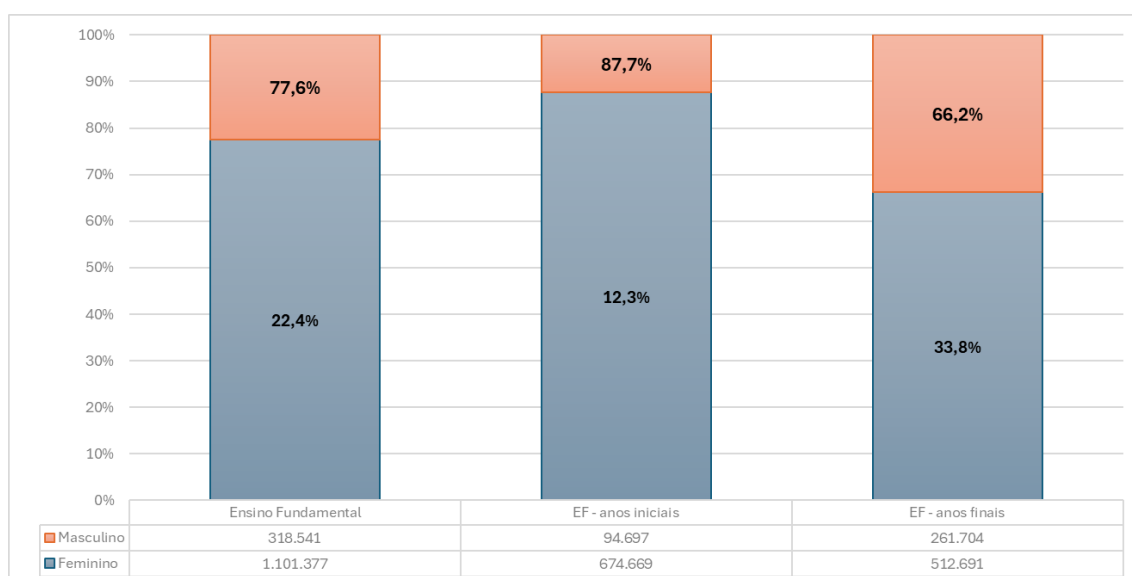


Gráfico 19 – Docentes por etapas do Ensino Fundamental e sexo, Brasil, 2023.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados obtidos pelo [Novo painel de Estatísticas Censo Escolar da Educação Básica \(INEP\)](#), Docentes – atributos pessoais (pág. 7 de 19).

- **Ensino Médio:** conta com aproximadamente 539 mil de docentes, dos quais 58,6% são mulheres e 41,4% homens. Verifica-se maior concentração nas faixas de 40 a 49 anos, de 30 a 39 anos e de 50 a 59 anos.

### 3.1.4 CONCLUSÕES EM RELAÇÃO AO PANORAMA CERAL

- Embora existam mais docentes na Educação Infantil do que no Ensino Médio, há grande presença do setor privado na Educação Infantil. Desse modo, a quantidade de docentes na rede pública (estadual e municipal) é maior no Ensino Médio do que na Educação Infantil;
- Se analisada a série histórica (desde 2019), há um aumento geral na quantidade de docentes em todos os níveis. Contudo, se analisado desde 2014, há redução

nas redes estaduais (ainda que não signifique uma redução na rede pública). Tem havido um deslocamento da rede estadual para municipal e federal;

- Se analisada a série histórica com dados de **nível** de ensino, o Ensino Médio da rede estadual e municipal perdeu docentes para a rede federal e privada.

## 3.2 SOBRE A REMUNERAÇÃO E CARGA HORÁRIA

A análise da remuneração e carga horária dos docentes no Brasil é um tema de grande relevância, principalmente no que se refere aos jovens professores. No entanto, ao utilizar os microdados disponíveis, encontramos impossibilidades na análise direta desse grupo específico. Infelizmente, a forma como os dados foram organizados não permite um recorte claro que destaque os jovens docentes em termos de idade ou de tempo de carreira. Essa ausência de segmentação torna impossível a obtenção de informações precisas sobre as condições salariais e de trabalho específicas para os jovens dentro do conjunto de dados disponíveis.

Dessa forma, a análise da carga horária e remuneração dos jovens docentes precisa ser realizada de maneira indireta, inferindo-se suas condições a partir das médias e tendências gerais observadas nos demais grupos de professores. Com base nos dados gerais, podemos identificar algumas tendências e variações importantes em relação à remuneração e carga horária, especialmente ao comparar as diferentes redes de ensino (municipal, estadual e privada) e as condições oferecidas em diversas regiões do país.

Nos próximos parágrafos, apresentaremos uma análise detalhada das condições de trabalho dos docentes no Brasil, utilizando os dados disponíveis para traçar um panorama das disparidades regionais e institucionais que impactam a categoria como um todo. A partir dessas informações, ainda que indiretamente, será possível refletir sobre o impacto dessas condições na atratividade da profissão para novos profissionais e na retenção **dos** jovens docentes, aspectos fundamentais para garantir a sustentabilidade da carreira docente a longo prazo. É importante destacar, que os dados disponibilizados são de até 2020.

## ANÁLISE NACIONAL

A remuneração dos professores no Brasil apresenta variações significativas de acordo com a rede de ensino, refletindo diferentes condições de trabalho e políticas de valorização salarial. A tabela a seguir apresenta dados referente à remuneração dos docentes localizados no Brasil por rede de ensino no ano de 2020. Esses dados foram gerados a partir de um estudo realizado pelo INEP chamado “A remuneração média dos docentes em exercício na Educação Básica: pareamento das bases de dados do Censo da Educação Básica e da RAIS”. Tanto a nota técnica como os dados obtidos no estudo estão disponíveis aqui: [Remuneração Média dos Docentes – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#).

**Tabela 1 - Dados de remuneração dos docentes localizados na RAIS, Brasil, 2020.**

| Rede de ensino | Número de docentes localizados na RAIS | Carga horária média semanal | Remuneração bruta média | Remuneração média padronizada para 40h semanais |
|----------------|----------------------------------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------------------------------------|
| Federal        | 33473                                  | 39,6                        | R\$ 12.842,94           | R\$ 12.977,57                                   |
| Estadual       | 639324                                 | 29,3                        | R\$ 3.625,78            | R\$ 4.946,54                                    |
| Municipal      | 1119175                                | 29,2                        | R\$ 3.580,33            | R\$ 4.896,65                                    |
| Privada        | 394281                                 | 28,1                        | R\$ 2.486,17            | R\$ 3.534,28                                    |

*Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: Remuneração Média dos Docentes – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep (www.gov.br).*

O gráfico abaixo apresenta a remuneração bruta média dos docentes em exercício na Educação Básica no Brasil, de 2014 a 2020, por rede de ensino (dependência administrativa). É importante ressaltar que os valores apresentados não estão corrigidos por índices de inflação, nem foram padronizados para uma mesma carga horária.

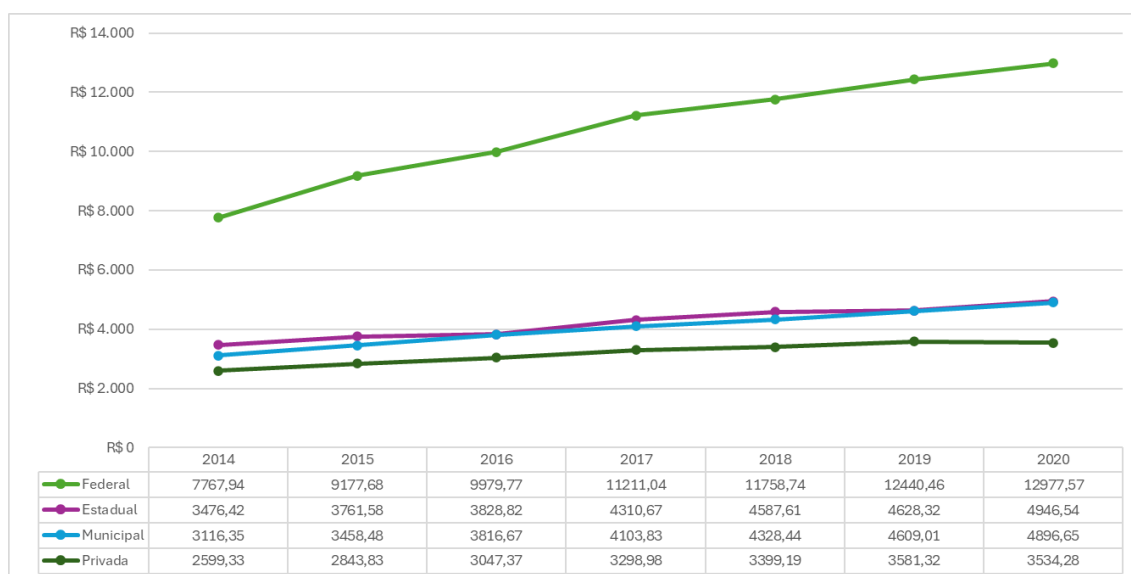


Gráfico 20– Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na Educação Básica, Brasil, 2014-2020

Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: [Remuneração Média dos Docentes — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Inep \(www.gov.br\)](#).

As remunerações médias dos docentes das redes estadual e municipal registraram um crescimento significativo entre 2014 e 2020. Nesse período, ambas tiveram crescimento maior que a rede privada. Em 2020, a média salarial (padronizada para 40h) dos docentes das redes estadual e municipal estavam próximas a 4,9 mil reais, enquanto em 2014 eram de 3,5 mil reais (rede estadual) e 3,1 mil reais (rede municipal). Em 2020, a carga horária média semanal dos contratos de docentes nas redes municipal, estadual e privada foi de aproximadamente 30 horas, enquanto da rede federal foi de aproximadamente 40 horas.

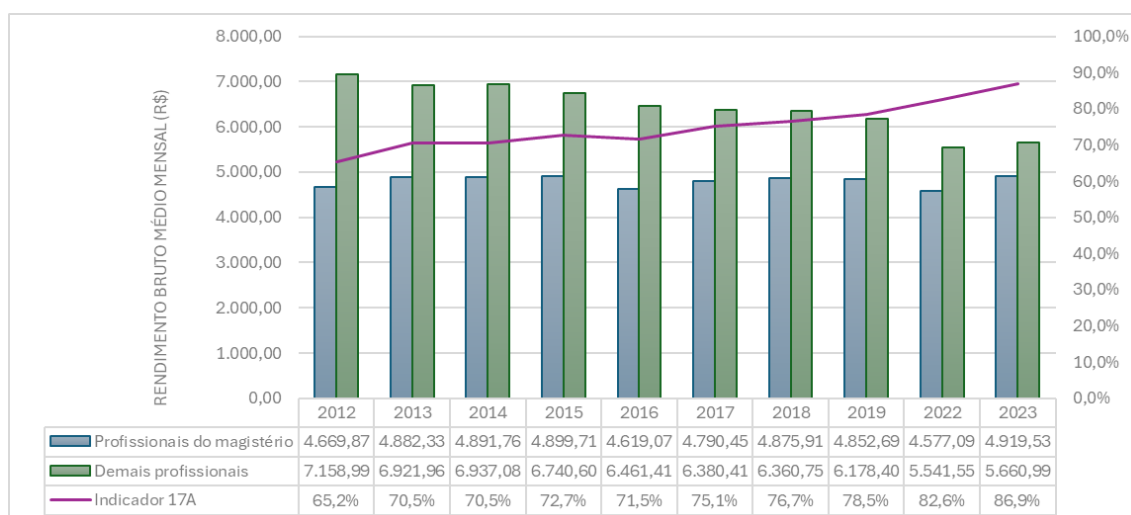
Entre 2017 e 2022, o piso salarial dos professores da Educação Básica no Brasil passou por um processo de evolução significativo, refletindo tanto os esforços de valorização da carreira docente quanto as dificuldades econômicas enfrentadas no período. Em 2017, o piso era de R\$2.298,80, e, ao longo dos anos seguintes, recebeu reajustes modestos, como o aumento de 6,81% em 2018 e 4,17% em 2019. No entanto, o ano de 2020 teve um expressivo aumento de 12,84%, elevando o piso para R\$2.886,24. Esse reajuste foi influenciado por fatores como a maior arrecadação de recursos via Fundeb e a pressão por melhorias nas condições salariais dos professores. A pandemia de COVID-19, contudo, interrompeu essa tendência em 2021, com a manutenção do valor anterior sem reajuste. Em 2022, houve uma retomada mais expressiva, com o maior aumento registrado no período, de 33,24%, elevando o piso

para R\$3.845,63, refletindo o impacto das mudanças no Fundeb e a busca por adequar os salários ao custo de vida e à valorização dos docentes.

No final de janeiro do ano de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União a portaria que determinava o piso: Art. 1º Fica atualizado o valor do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN do magistério público da Educação Básica no exercício de 2024) para R\$4.580,57 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), na forma prevista na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que representou um aumento de 3,62% no novo piso salarial dos professores da Educação Básica, para uma jornada de, pelo menos, 40h.

Esse aumento na remuneração, embora modesto, reflete um esforço contínuo para valorizar os profissionais da educação ao longo dos anos, especialmente em um contexto em que as demandas e desafios para o ensino público se tornam cada vez mais complexos. No entanto, esse crescimento ainda pode ser considerado insuficiente em relação às necessidades da categoria, que enfrenta desafios estruturais e demanda maior valorização tanto salarial quanto profissional.

Outra fonte de dados utilizada no presente estudo foi o painel de monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE). O gráfico a seguir apresenta o rendimento bruto Médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica e dos demais profissionais com nível superior completo. Os valores da remuneração foram corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2023. Esses dados fazem parte do monitoramento do indicador 17A do PNE, e são elaborados pela Direção/Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2019/2022-2023).



*Gráfico 21- Rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica e dos demais profissionais com nível superior completo e Indicador 17A, Brasil, 2012-2023.*

*Fonte: elaboração própria, a partir de dados do [Painel de Indicadores do PNE – Meta 17](#).*

Ao comparar o gráfico acima com o anterior (Gráfico 19), é importante ter em mente algumas diferenças importantes. No monitoramento do PNE são considerados apenas profissionais com nível superior, e o valor se refere a uma média da remuneração de todas as redes públicas. Além disso, os dados do Gráfico 19 não estão corrigidos por nenhum índice de inflação.

Quando analisado o rendimento médio bruto, em comparação às outras categorias com nível superior completo, a média salarial dos docentes da Educação Básica é inferior, ainda que exista um quadro de queda no rendimento do conjunto da classe trabalhadora com Ensino Superior completo. Apesar da maioria dos estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste, terem conseguido equiparar o rendimento, os estados do Sul e Sudeste ainda mantêm o rendimento do conjunto do magistério do ensino básico abaixo da média nacional quando comparada com outras categorias com mesma escolaridade.

Apesar do crescimento observado, é importante considerar as disparidades regionais e as diferentes condições de trabalho que os professores enfrentam nas diversas redes de ensino no Brasil, o que pode influenciar diretamente na qualidade da educação oferecida e na atração de novos profissionais para a carreira docente.

Ao observar a distribuição salarial entre as redes **estadual e municipal**, nota-se que metade dos estados analisados apresenta uma remuneração maior na rede estadual, enquanto a outra metade privilegia a rede municipal em termos de remuneração. Esse equilíbrio reflete políticas regionais distintas, onde a valorização dos profissionais de educação varia conforme a gestão pública local e as prioridades estabelecidas por cada estado e município. Essa diversidade também indica a necessidade de uma maior uniformidade e equidade na valorização dos docentes, garantindo que, independentemente da rede de ensino, os professores recebam remunerações condizentes com a importância de sua função.

As cargas horárias dos docentes também variam consideravelmente entre as redes de ensino. Estados como Rio de Janeiro, Maranhão, Pará e Mato Grosso do Sul apresentam as menores cargas horárias na rede estadual, com jornadas de até 20 horas semanais. Por outro lado, estados como Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Roraima se destacam por possuir a maior carga horária entre os docentes da rede estadual, com jornadas de 40 horas semanais. Essa variação na carga horária pode estar relacionada às diferentes estratégias de gestão educacional em cada estado, impactando diretamente tanto a qualidade de vida dos professores quanto o tempo dedicado ao planejamento e à execução das atividades pedagógicas.

No extremo oposto da tabela salarial, encontram-se os professores da rede privada, particularmente em estados como Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte, onde as remunerações não chegam a R\$2.000,00. Esses números refletem a precarização do trabalho docente no setor privado

## ANÁLISE POR REGIÃO

Além da rede de ensino, fatores como a localização geográfica e o tipo de contrato são muito importantes para explicar as variações na remuneração dos professores.

O gráfico a seguir apresenta os valores referentes à remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na **rede estadual** da Educação Básica de cada UF em 2020. Observamos que o Distrito Federal apresentou a maior

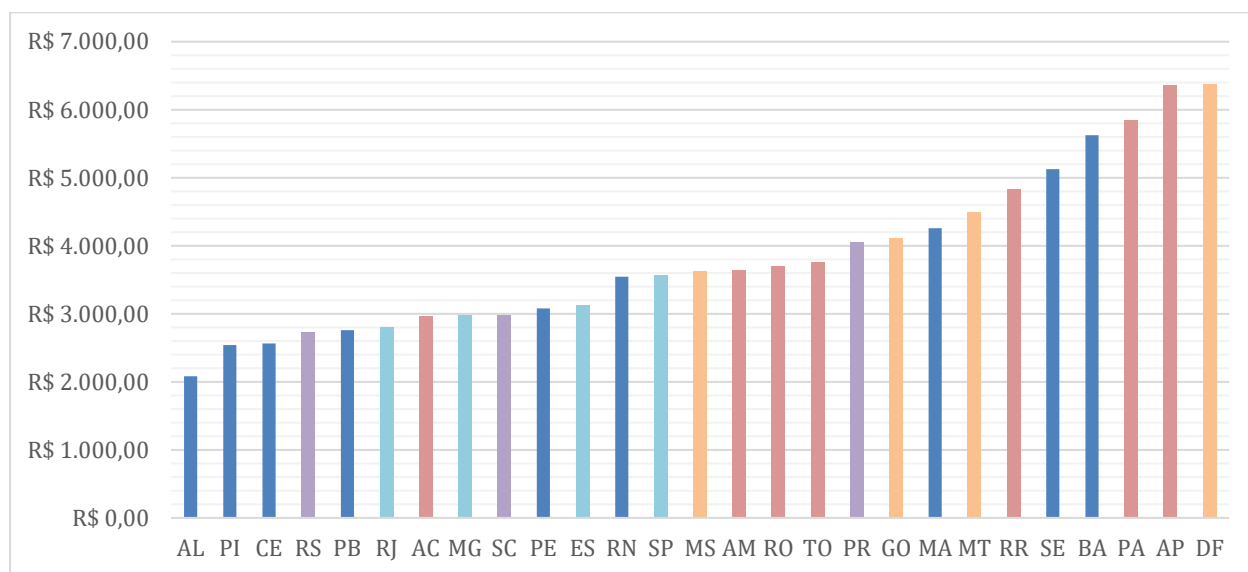


Gráfico 22 – Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na rede estadual da Educação Básica, Brasil, 2020.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: [Remuneração Média dos Docentes — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#).

As diferenças salariais entre as diferentes UF também evidenciam a necessidade de políticas mais eficazes para equiparar a remuneração e valorizar o trabalho dos professores de forma mais justa, especialmente considerando a carga horária e as responsabilidades atribuídas a esses profissionais em cada rede.

A seguir, serão realizadas comparações das remunerações da rede estadual, municipal e privada, por UF, para cada uma das 5 regiões do país. Para cada rede de ensino, serão realizadas comparações com a média nacional (Tabela 1).

## Região Norte

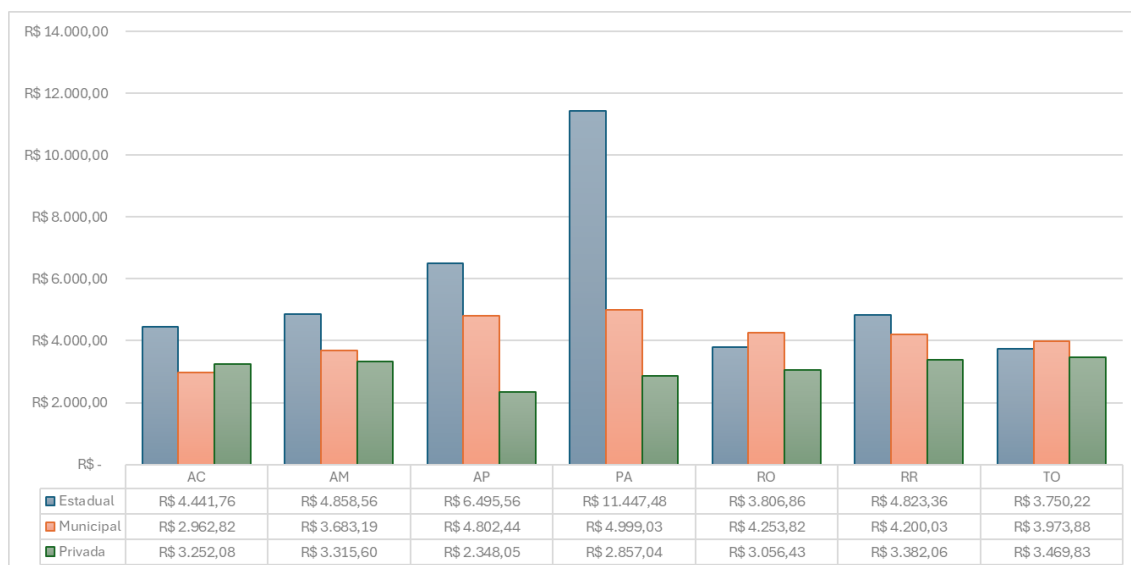


Gráfico 23 Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF da região Norte, 2020.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: [Remuneração Média dos Docentes — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / Inep \(www.gov.br\)](#).

Na região Norte, o Pará e Amapá são os estados com a melhor remuneração nas redes estadual e municipal.

- Rede Estadual
  - Média nacional: R\$4.946,54;
  - Acima da média nacional: Pará (R\$11.447,48), Amapá (R\$6.495,56);
  - Abaixo da média nacional: Amazonas (R\$4.858,56), Roraima (R\$4.823,36), Acre (R\$4.441,76), Rondônia (R\$3.806,86), Tocantins (R\$3.750,22)
  - Análise: Pará se destaca por ter salários estaduais bem acima da média e um dos maiores do Brasil, enquanto Tocantins e Rondônia se encontram entre os estados com remunerações mais baixas na rede estadual.
- Rede Municipal
  - Média nacional: R\$4896,65;

- **Acima da média nacional:** Pará (R\$4.999,03);
  - **Abaixo da média nacional:** Amapá (R\$4.802,44), Rondônia (R\$4.253,82), Roraima (R\$4.200,03), Tocantins (R\$3.973,88), Amazonas (R\$3.683,19), Acre (R\$2.962,82);
  - **Análise:** Pará e Amapá lideram em remuneração municipal, enquanto o Acre se encontra entre os estados com menor valorização dos docentes municipais na região.
- **Rede Privada**
    - **Média nacional:** R\$3534,28
    - **Acima da média nacional:** nenhum Estado;
    - **Abaixo da média nacional:** Tocantins (R\$3.469,83), Roraima (R\$3.382,06), Amazonas (R\$3.315,60), Acre (R\$3.252,08), Rondônia (R\$3.056,43), Amapá (R\$2.348,05), Pará (R\$2.857,04);
    - **Análise:** A rede privada da região Norte é onde os estados melhor remuneraram acima da média (tendo 4 dos 7 estados acima), se comparado com a rede estadual e municipal.

## Região Nordeste

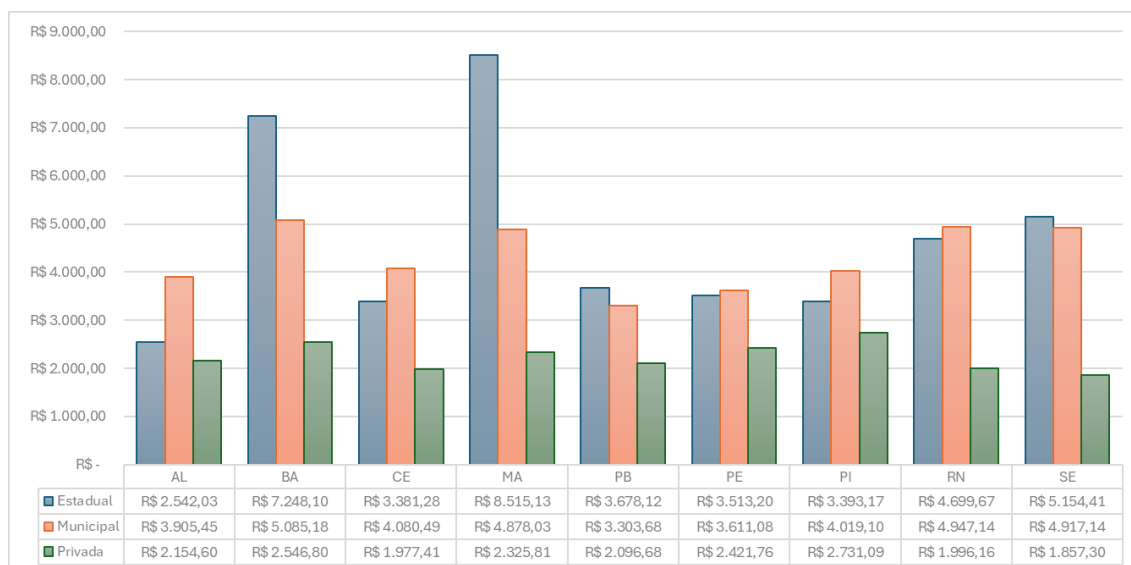


Gráfico 24– Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Nordeste, 2020

Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: [Remuneração Média dos Docentes — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#)

Repete o cenário da região Norte de ter mais estados da rede municipal que estão acima da média. Na rede privada é a região com a pior remuneração.

- Estadual:
  - Média nacional: R\$4.946,54;
  - Acima da média nacional: Maranhão (R\$8.515,13), Bahia (R\$7.248,10), Sergipe (R\$5.154,41);
  - Abaixo da média nacional: Rio Grande do Norte (R\$4.699,67), Paraíba (R\$3.678,12), Pernambuco (R\$3.513,20), Piauí (R\$3.393,17), Ceará (R\$3.381,28), Alagoas (R\$2.542,03);
  - Análise: A Bahia e o Maranhão têm remunerações significativamente acima da média, enquanto Alagoas tem a remuneração mais baixa entre os estados nordestinos na rede estadual, sendo também a menor do Brasil.
- Municipal:
  - Média nacional: R\$4896,65;

- **Acima da média nacional:** Bahia (R\$5.085,18), Maranhão (R\$4.878,03), Rio Grande do Norte (R\$4.947,14), Sergipe (R\$4.917,14);
  - **Abaixo da média nacional:** Ceará (R\$4.080,49), Piauí (R\$4.019,10), Alagoas (R\$3.905,45), Pernambuco (R\$3.611,08) Paraíba (R\$3.303,68)
  - **Análise:** Bahia e Maranhão se destacam tanto na rede estadual quanto na municipal. Na rede municipal, mais estados estão acima da média se comparados com a estadual. Alagoas, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, têm remuneração da rede municipal maior que a estadual. A Paraíba tem a menor remuneração municipal da região.
- Privada:
    - **Média nacional:** R\$ 3534,28;
    - **Abaixo da média nacional:** Piauí (R\$2.731,00), Bahia (R\$2.546,80), Pernambuco (R\$2.421,76), Maranhão (R\$2.325,81), Alagoas (R\$2.154,60), Paraíba (R\$2.096,68), Ceará (R\$1.977,41), Rio Grande do Norte (R\$1.996,16), Sergipe (R\$1.857,30)
    - **Análise:** Na rede privada, todos os estados do Nordeste estão abaixo da média nacional. Piauí é a melhor remuneração e Sergipe, a pior. Se comparada com as 3 redes, Alagoas é quem possui a melhor remuneração na rede particular - ficando próxima da rede estadual de AL.

## Região Centro-Oeste:

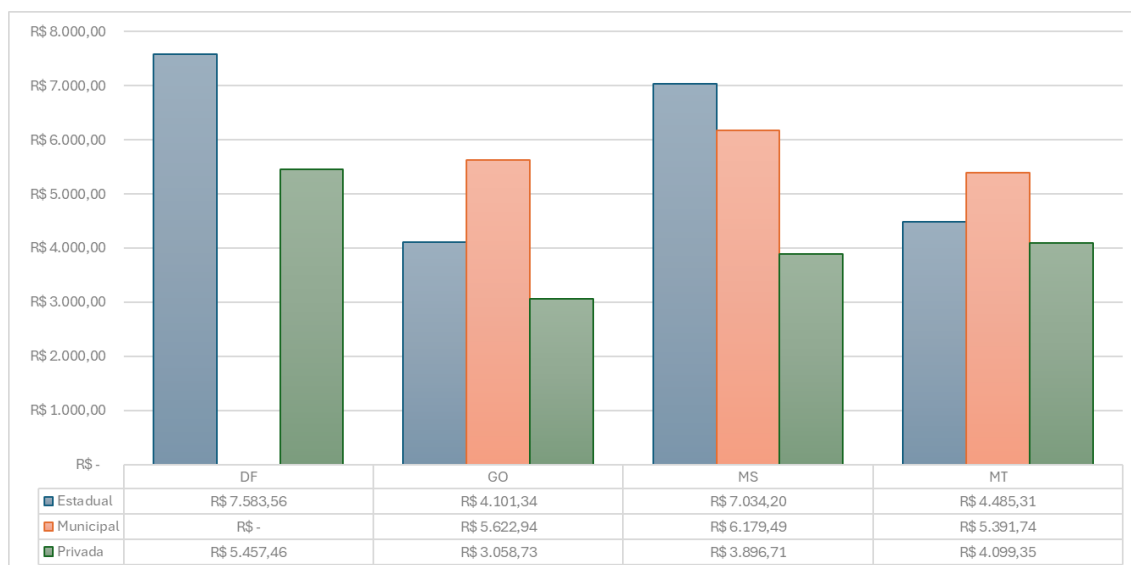


Gráfico 25 – Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Centro-Oeste, 2020.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: [Remuneração Média dos Docentes — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#)

Junto com o Sul, são as únicas regiões em que toda rede municipal paga acima da média nacional. A rede privada é muito bem remunerada se comparada com as demais regiões.

- Estadual:
  - Média nacional: R\$4.946,54;
  - Acima da média nacional: Distrito Federal (R\$7.583,56), Mato Grosso do Sul (R\$7.034,20);
  - Abaixo da média nacional: Mato Grosso (R\$4.485,31), Goiás (R\$4.101,34);
  - Análise: O Distrito Federal possui a melhor remuneração da região, seguida bem de perto pelo MS. Goiás possui a pior.
- Municipal:
  - Média nacional: R\$ 4896,65,

- **Acima da média nacional:** Mato Grosso do Sul (R\$ 6.179,49), Goiás (R\$ 5.622,94), Mato Grosso (R\$ 5.391,74),
- **Análise:** As redes municipais do Centro-Oeste apresentam salários mais altos em comparação com a média nacional. Única região em que todos os estados estão acima da média. O DF não tem rede municipal.
- **Privada:**
  - **Média nacional:** R\$3534,28
  - **Acima da média nacional:** Distrito Federal (R\$5.457,46), Mato Grosso (R\$4.099,35), Mato Grosso do Sul (R\$3.896,71);
  - **Abaixo da média nacional:** Goiás (R\$3.062,71);
  - **Análise:** Também é uma das melhores remunerações da rede privada. Apenas Goiás fica abaixo da média, mesmo assim, fica bem próximo dela.

### Região Sudeste:

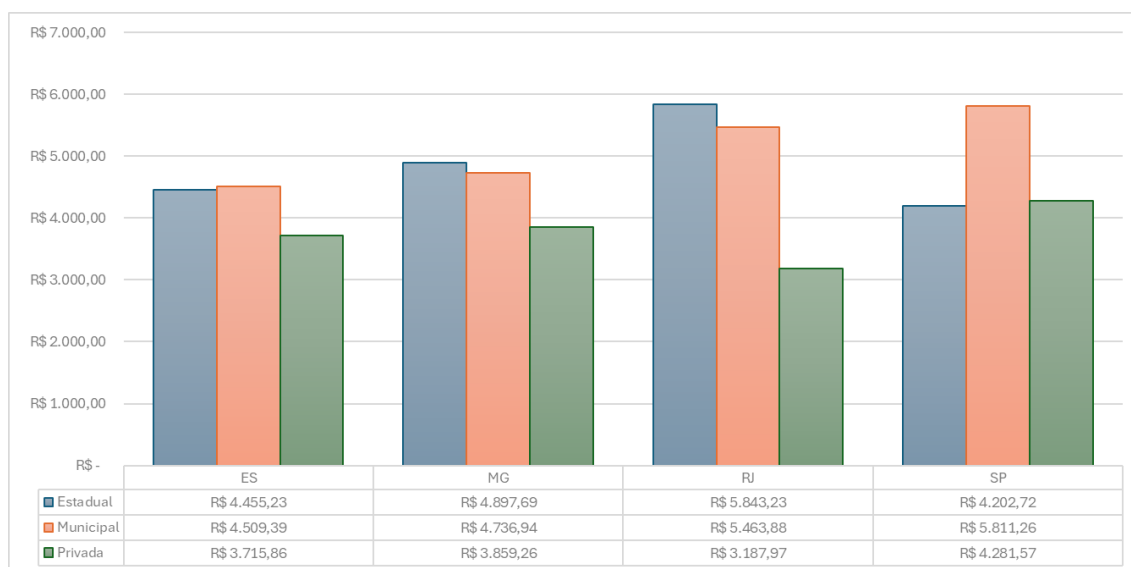


Gráfico 26 – Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Sudeste, 2020.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: [Remuneração Média dos Docentes — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#)

Região com rede estadual mal remunerada comparativamente. A rede municipal e a privada é bem remunerada, com destaque para a rede privada em que todos estados estão acima da média nacional.

- Estadual:
  - **Média nacional:** R\$4.946,54;
  - **Acima da média nacional:** Rio de Janeiro (R\$5.843,23);
  - **Abaixo da média nacional:** Minas Gerais (R\$4.897,69), Espírito Santo (R\$4.455,23), São Paulo (R\$4.202,72);
  - **Análise:** Apenas o Rio de Janeiro está acima da média nacional.
- Municipal:
  - **Média nacional:** R\$4896,65;
  - **Acima da média nacional:** São Paulo (R\$5.811,26), Rio de Janeiro (R\$5.463,88), Minas Gerais (R\$4.736,94);
  - **Abaixo da média nacional:** Espírito Santo (R\$ 4.509,39);
  - **Análise:** O Espírito Santo não está acima da média, mas está muito próximo à realidade do CO.
- Privada:
  - **Média nacional:** R\$3534,28;
  - **Acima da média nacional:** São Paulo (R\$4.281,57), Minas Gerais (R\$3.859,26), Espírito Santo (R\$3.715,86), Rio de Janeiro (R\$3.187,97);
  - **Análise:** A rede privada de São Paulo é melhor remunerada que a rede estadual. A menor remuneração é no Rio de Janeiro, única região em que todos os estados estão acima da média nacional.

## Região Sul:

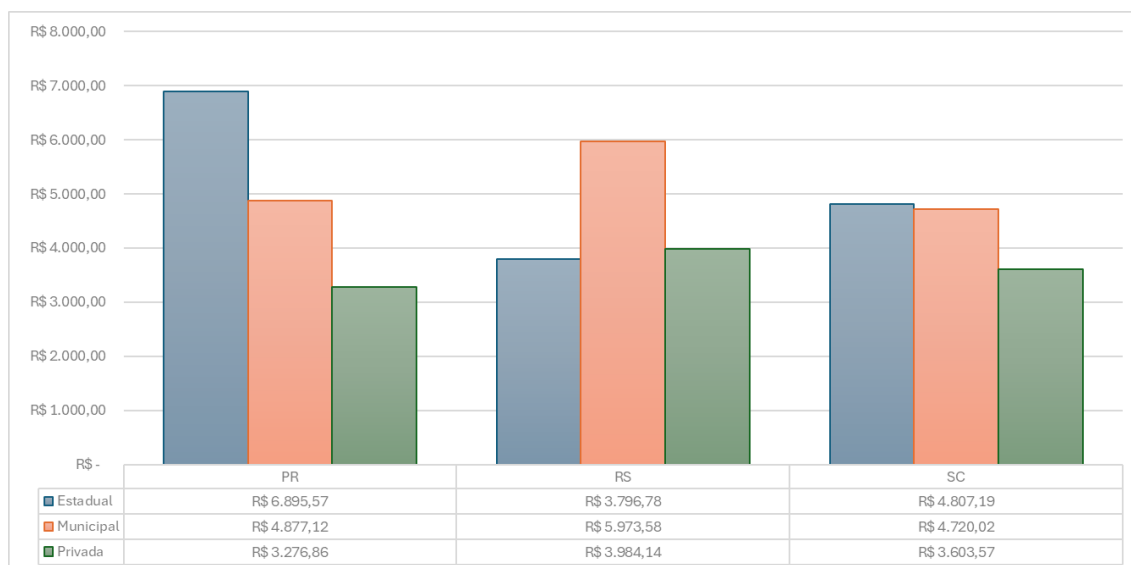


Gráfico 27– Remuneração média, padronizada para 40h, dos docentes em exercício na da Educação Básica por UF, região Sul, 2020.

Fonte: elaboração própria, a partir de dados abertos disponíveis em: [Remuneração Média dos Docentes — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep \(www.gov.br\)](#)

- Estadual:
  - Média nacional: R\$4.946,54;
  - Acima da média nacional: Paraná (R\$6.895,57);
  - Abaixo da média nacional: Santa Catarina (R\$4.807,19), Rio Grande do Sul (R\$3.796,78);
  - Análise: O Paraná é o melhor remunerado no Sul. Rio Grande do Sul possui uma das menores remunerações do Brasil na rede estadual.
- Municipal:
  - Média nacional: R\$4896,65;
  - Acima da média nacional: Rio Grande do Sul (R\$5.973,58);
  - Abaixo da média nacional: Paraná (R\$4.877,12) e Santa Catarina (R\$4.720,02);
  - Análise: Apenas o Rio Grande do Sul está acima da média nacional na rede municipal.

- Privada:
  - **Média nacional:** R\$3534,28;
  - **Acima da média nacional:** Rio Grande do Sul (R\$3.984,14) e Santa Catarina (R\$3.603,57);
  - **Abaixo da média nacional:** Paraná (R\$3.276,86).

### 3.3 SOBRE OS PLANOS DE CARREIRA

A evasão dos docentes, especialmente nas redes estaduais e municipais, é uma preocupação crescente. A carreira docente, marcada por baixos salários, progressões lentas e muitas vezes desconectadas do desempenho e da formação contínua, tem levado muitos profissionais a buscarem outras oportunidades fora da educação. Em regiões de maior vulnerabilidade social, a rotatividade de professores é ainda mais acentuada, o que impacta diretamente na qualidade da educação oferecida.

O INEP realizou um estudo comparativo entre todos os planos de carreiras no Brasil. O estudo comparativo entre os planos de carreira dos professores das unidades federativas no Brasil revela algumas tendências importantes. Em geral, os planos mantêm uma estrutura relativamente flexível em termos de organização da carreira e jornada de trabalho, com a maioria das unidades adotando um modelo de carreira único com diferentes possibilidades de jornada. Essa flexibilidade permite que as secretarias de educação ajustem a carga horária dos professores conforme as necessidades, embora algumas unidades ainda apresentem estruturas mais rígidas, o que dificulta essa gestão.

Os planos de carreira nos estados brasileiros mantêm um peso excessivo em critérios que priorizam a estabilidade e o tempo de serviço, o que pode desmotivar jovens docentes, que não veem perspectivas de crescimento rápido ou oportunidades de desenvolver suas habilidades e qualificações. Adicionalmente, o vencimento básico dos professores é geralmente baixo, o que não corresponde à crescente demanda por qualificação e à responsabilidade do trabalho docente. Em muitos estados, os professores dependem de gratificações e adicionais por tempo de serviço para

complementar suas remunerações, o que cria um sistema de compensação desatualizado e desigual.

O estudo destaca que, **para os professores mais jovens**, especialmente aqueles até 35 anos, os planos de carreira podem apresentar alguns desafios. A ênfase no tempo de serviço como critério de progressão tende a favorecer professores mais antigos, o que pode desmotivar os docentes jovens que buscam reconhecimento mais rápido de suas competências. Além disso, a falta de incentivos claros para o desenvolvimento profissional contínuo, especialmente nos primeiros anos de carreira, pode afetar a retenção desses profissionais.

Além disso, o estudo menciona que a introdução de gratificações, especialmente em escolas de difícil provimento, têm mostrado algum sucesso em reduzir a evasão, mas os efeitos ainda são limitados e não universalmente aplicados em todas as unidades federativas. A falta de incentivos claros e a ausência de uma política de valorização contínua da carreira são apontadas como fatores críticos que contribuem para a saída dos professores do sistema educacional.

## 4. SITUAÇÃO DOS JOVENS DOCENTES

O ingresso de *jovens docentes*<sup>1</sup> na Educação Básica ocorre principalmente por meio de concursos públicos ou contratos temporários, dependendo da rede de ensino e das políticas adotadas por cada estado ou município. Ou seja, para ter jovens é necessário abrir vagas. Ao mesmo tempo, é importante considerar que essa categoria é transitória e transversal. Sem a abertura de novas vagas de docentes, com o passar do tempo, esse segmento, necessariamente, reduz já que, com o passar dos anos o docente deixa de fazer parte desse segmento - devido ao seu envelhecimento.

Preliminarmente, podemos considerar dois movimentos distintos, cujas hipóteses explicativas variam. Por um lado, se a categoria docente aumenta, mas a quantidade de jovens diminui, esse movimento pode ocorrer devido a dois fatores distintos, que podem ou não ocorrer simultaneamente. A primeira possibilidade se deve (i) ao fato de a carreira não ser atrativa para os jovens; ou simplesmente (ii) pela não abertura de novas vagas de trabalho, o que necessariamente leva a um envelhecimento da categoria. Outra hipótese é que, ainda que sejam abertas novas vagas de trabalho (em forma de concurso ou não), não há um processo de maior entrada de jovens, devido a um aumento na dificuldade de acesso à carreira decorrente, por exemplo, de maior competitividade com outros profissionais com melhor currículo que disputam a mesma vaga.

Por outro lado, se a categoria docente diminui, mas a sua parcela jovem aumenta, isso pode ocorrer ou devido à saída da categoria (letalidade, aposentadoria etc.) ou ainda devido à ampliação do ingresso (concursos).

Os concursos públicos são a principal forma de ingresso efetivo, proporcionando estabilidade e maior segurança no exercício da profissão. No entanto, a contratação por meio de contratos temporários, muitas vezes precários e com menor garantia de direitos trabalhistas, tem sido uma alternativa comum para a entrada de

---

<sup>1</sup> Conforme explicado na introdução do presente Relatório, consideramos jovens docentes aqueles que possuem até 35 anos de idade. Delimitação utilizada pelo movimento sindical brasileiro.

novos professores, especialmente nas regiões com déficit de docentes. Infelizmente, dentre os jovens, essa realidade já é maior do que entre os não jovens. Isto é, mais docentes jovens estão em situação de trabalho não efetivo do que efetivo (como será melhor analisado no ponto 4.7).

O cenário atual da educação no Brasil enfrenta um desafio significativo relacionado à renovação do corpo docente. Diversos fatores contribuem para a baixa atratividade da carreira, resultando em uma crise de formação de novos professores e no consequente envelhecimento da categoria. Um dos principais obstáculos para a entrada de novos profissionais na docência é a falta de atratividade da carreira. A profissão, muitas vezes marcada por baixos salários, carga excessiva de trabalho e uma crescente desvalorização social, não desperta o interesse dos jovens que buscam alternativas mais recompensadoras e estáveis em outras áreas. Para muitos jovens, o custo-benefício da docência não compensa, o que contribui para a evasão de professores jovens ou para a não formação de futuros professores.

O impacto disso é visível na queda do número de ingressantes nos cursos de licenciatura, o que limita a formação de novos professores. Nos últimos anos, o número de concluintes nos cursos de licenciatura tem sido incapaz de atender a demanda crescente por professores em algumas áreas e locais. Isso intensifica o risco de apagão de docentes.

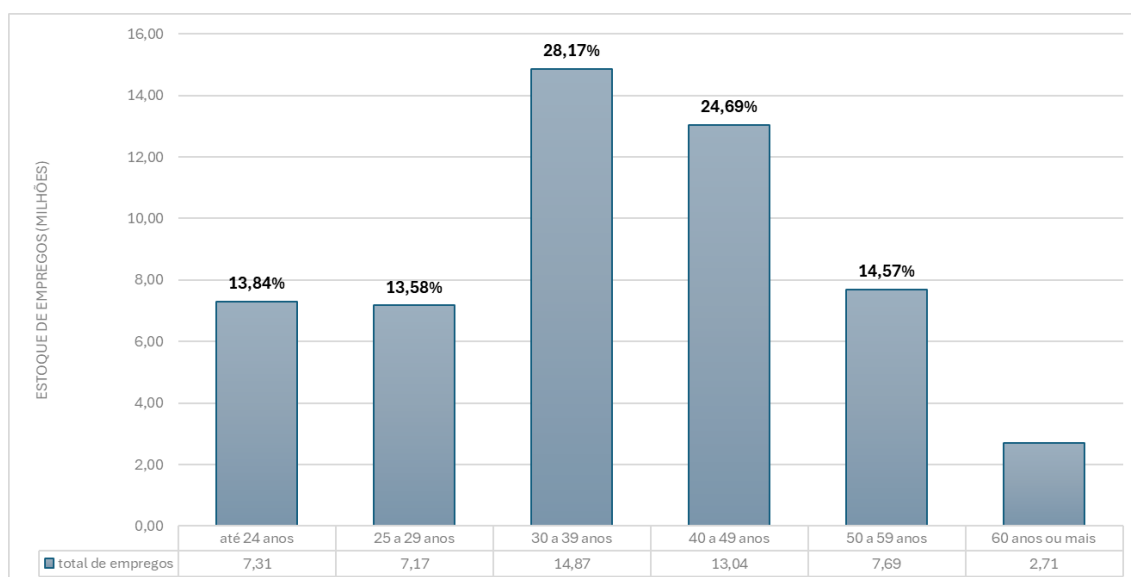
A evasão precoce de profissionais tem se tornado um problema crítico no Brasil, afetando diretamente a renovação do corpo docente e contribuindo para o envelhecimento da categoria. A saída antecipada de professores, especialmente dos mais jovens, resulta em uma redução significativa na presença de novos docentes no sistema educacional. Com menos jovens permanecendo na carreira, a proporção de professores mais velhos aumenta, criando um desequilíbrio etário preocupante.

As principais causas dessa evasão estão ligadas às condições de trabalho desfavoráveis, como sobrecarga de tarefas, falta de infraestrutura adequada e ausência de suporte pedagógico. Além disso, a desvalorização da profissão — refletida em baixos salários, poucas oportunidades de progressão na carreira e incentivos insuficientes para a formação continuada — desmotiva os docentes a longo prazo.

Muitos jovens que ingressam na docência com expectativas de crescimento profissional acabam optando por deixar a profissão, buscando oportunidades mais atraentes em outros setores.

## 4.1 JOVENS NO INTERIOR DA CATEGORIA

Inicialmente, iremos analisar os dados gerais da classe trabalhadora, com base na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que é de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O gráfico a seguir apresenta o estoque de empregos formais por faixa etária, relativo ao ano de 2022. Observamos que a maior faixa é formada entre os 30 a 39 anos, e a segunda maior faixa, entre os 40 e 49.



**Gráfico 28 - Estoque de empregos formais por faixa etária, 2022**

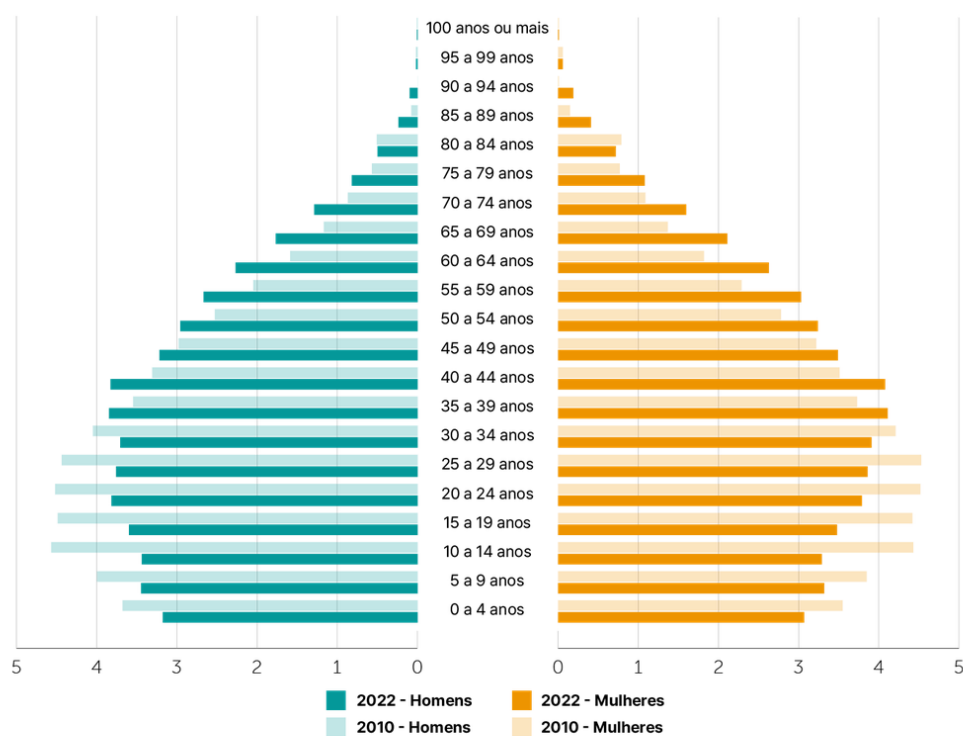
*Fonte: Elaboração própria, com base em dados da RAIS / MTE.*

Para a categoria docente, a realidade é diferente, com o maior percentual de trabalhadores na faixa entre 40 e 49 anos (33% a 35%, ver seção 3.1.3, análise por sexo e faixa etária). Isso indica que a média etária dessa categoria é mais envelhecida do que o conjunto da classe trabalhadora brasileira formalizada.

O gráfico a seguir apresenta a população residente no Brasil, segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022. Ao analisar os dados dos últimos censos do IBGE

(2010 e 2022), constatamos que a idade mediana<sup>2</sup> no Brasil subiu de 29 anos para 35 anos. Isso evidencia um envelhecimento da população nacional. Considerando a população por região, durante o mesmo período, verificamos um aumento em todas as regiões:

- Norte: de 24 para 29 anos;
- Nordeste: de 27 para 33 anos;
- Sudeste: de 31 para 37 anos;
- Sul: de 31 para 36 anos;
- Centro-Oeste: de 28 para 33 anos.



Fontes: Censo Demográfico 2022: População por idade e sexo - Resultados do universo; IBGE - Censo Demográfico 2010

Gráfico 29 – População residente no Brasil, segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022.  
Reproduzido de [Pirâmide etária | Educa | Jovens - IBGE](#).

<sup>2</sup> A mediana é uma variável estatística que divide uma população entre os 50% mais jovens e os 50% mais velhos. Seu uso para comparação de populações é interessante pois é menos afetada por valores extremos.

## ANÁLISE NACIONAL

O gráfico a seguir apresenta o percentual de docentes jovens no Brasil, para as redes estadual e municipal, de 2009 a 2020. A análise do gráfico revela uma queda significativa na porcentagem de docentes jovens no Brasil a partir de 2015. Em **2009**, aproximadamente **37,4%** da categoria docente (nas redes estadual e municipal) era composta por jovens. No entanto, essa proporção diminuiu progressivamente a partir de 2015, caindo para **24,5%** em **2020**. Ou seja, houve uma **queda da participação de jovens no interior da categoria nos últimos anos**.

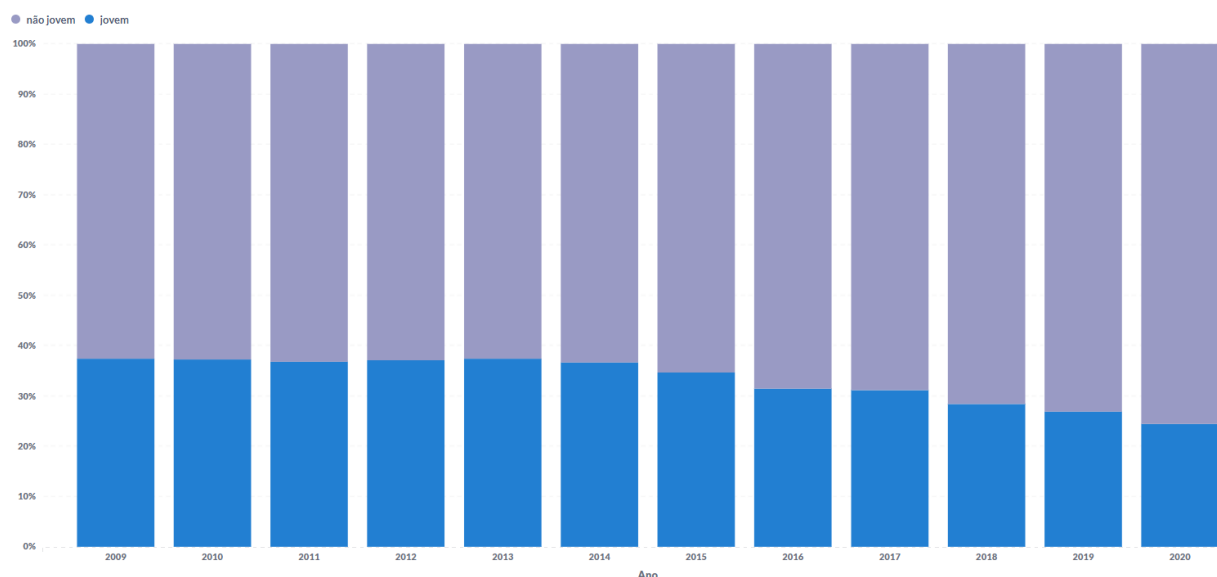


Gráfico 30– Percentual de docentes jovens no Brasil, redes estadual e municipal, de 2009 a 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados dos Censos Escolares, de 2009 a 2020 (INEP).

Essa diminuição acontece em um período de relativa estabilização no número total de docentes (ver gráfico 13, seção 3.1.1). Há algumas hipóteses que podem explicar essa tendência. Uma delas é que os **jovens estão deixando a profissão** ou não estão entrando no mercado educacional na mesma proporção de anos anteriores. A dificuldade de ingresso na carreira docente, seja pela falta de concursos públicos ou pela competição acirrada com docentes mais experientes, pode estar excluindo os jovens dessa profissão. Além disso, a **diminuição no número de concursos públicos** pode estar contribuindo para essa situação, limitando as oportunidades de efetivação e estabilidade, o que desestimula o ingresso de novos profissionais.

Outra questão relevante é que, além da quantidade de jovens estar diminuindo, há indícios de que a **taxa de docentes efetivos** na categoria também está em declínio, o que reforça a precarização das condições de trabalho. Isso pode estar levando muitos jovens a optarem por outras carreiras ou desistirem de continuar na docência, agravando o processo de envelhecimento da categoria. Assim, enquanto o número total de professores cresce, os jovens profissionais estão cada vez mais ausentes, o que representa um desafio significativo para o futuro da educação no Brasil.

Os gráficos a seguir mostram, respectivamente, o total de docentes, número de docentes jovens (até 35 anos) e o percentual desses docentes jovens em relação ao total para cada UF. Para esses 3 gráficos, foram considerados docentes das redes estadual e municipal, com dados referentes ao ano de 2020.

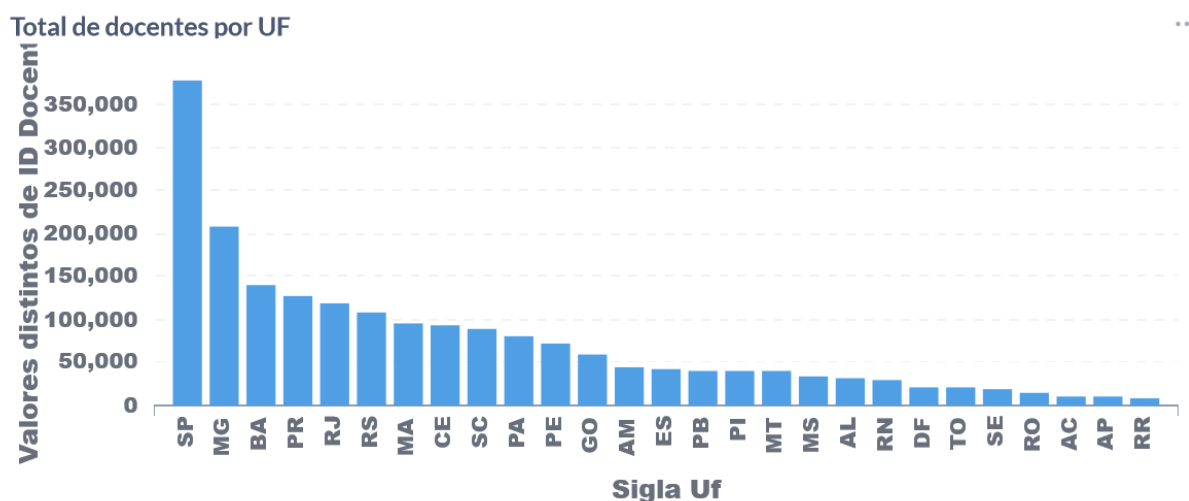


Gráfico 31 – Total de docentes por UF, redes estadual e municipal, 2020.  
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Total de docentes jovens por UF

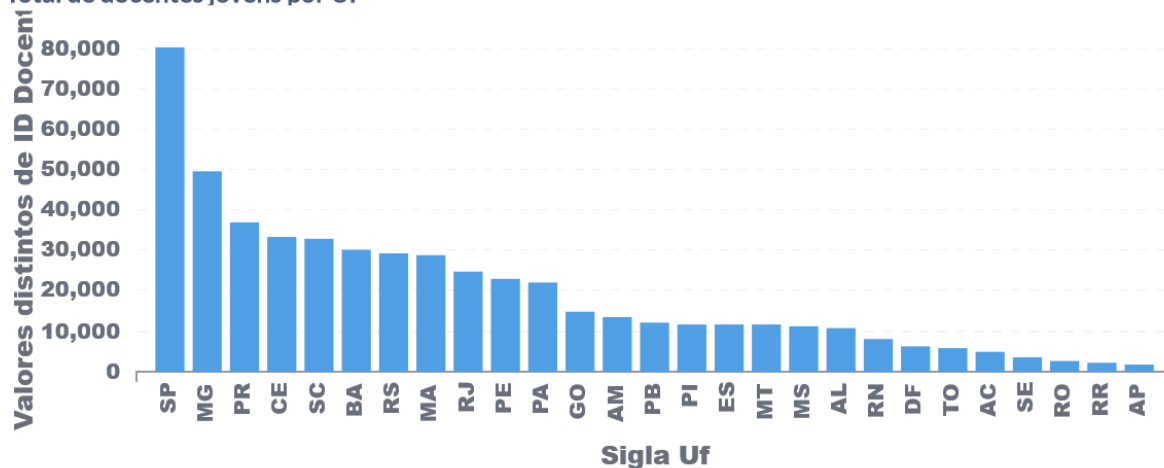


Gráfico 32– Número de docentes jovens por UF, redes estadual e municipal, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Percentual de docentes jovens por UF

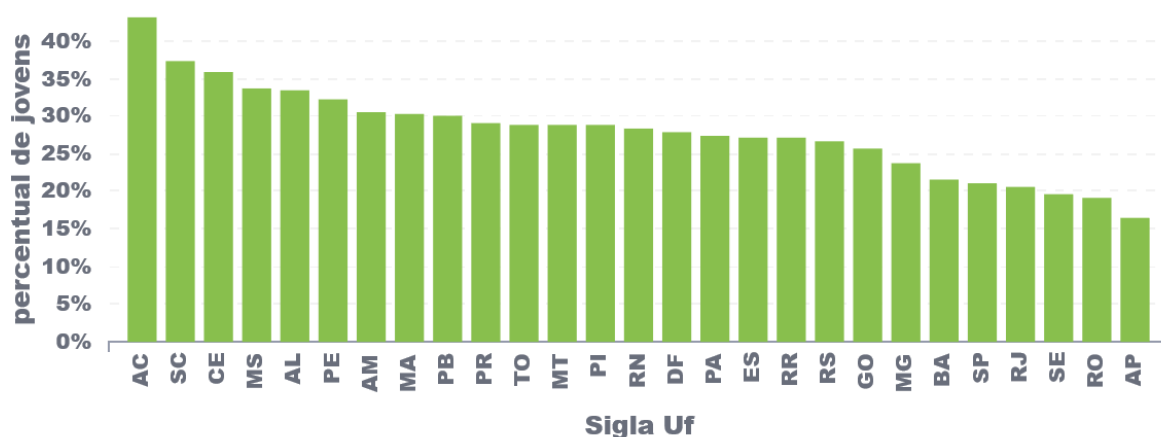


Gráfico 33– Percentual de docentes jovens por UF, redes estadual e municipal, 2020

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Podemos observar que 4 dos 5 Estados com maiores quantidades de docentes em números absolutos (SP, MG, BA e RJ) possuem percentuais baixos de jovens. Portanto, se houvesse um processo de abertura de mais concursos nesses estados, haveria um impacto significativo na quantidade de jovens no conjunto da categoria docente de todo o Brasil.

A análise da distribuição de docentes jovens revela que apenas seis estados concentram mais de 50% desse segmento, destacando uma concentração geográfica significativa. São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Santa Catarina e Bahia são os

estados que, juntos, representam aproximadamente **54,17%** do total de docentes jovens no país.

Esse dado evidencia que a maior parte dos jovens docentes está concentrada em regiões mais populosas e economicamente desenvolvidas, como o Sudeste, que abriga São Paulo e Minas Gerais, responsáveis, respectivamente, por **16,52%** e **10,16%** do total. Paraná e Santa Catarina, localizados na região Sul, também têm uma presença significativa, com **7,62%** e **6,80%**, respectivamente.

No Nordeste, os estados do Ceará e Bahia se destacam, com **6,84%** e **6,23%** dos jovens docentes, demonstrando que essa região também tem uma participação relevante na formação de novos profissionais da educação.

Se considerarmos ainda uma comparação com a distribuição dos docentes da rede estadual e municipal, é possível observar que há estados que são mais envelhecidos. Por exemplo, dentre grandes estados, BA e RJ, mudam as suas posições entre os estados que possuem maior quantidade de docentes, se analisado a partir da ótica dos jovens professores. Por sua vez, o CE melhora a situação. O que revela que possui uma política de atração de jovens docentes e, talvez, maior abertura de concursos.

## ANÁLISE POR REGIÃO

A distribuição de docentes jovens no Brasil, por região, revela uma concentração significativa nas regiões Sudeste e Nordeste, que juntas representam a maior parte dessa categoria profissional. Contudo, se considerarmos que a região sul é composta por apenas 3 estados, notamos que ela possui uma concentração maior do que a do Nordeste. Essa distribuição evidencia, também, a concentração populacional que existe no Brasil. Que está mais distribuída na região litorânea.

A região Sudeste concentra entre 35% e 40% de todos os docentes jovens, refletindo a predominância econômica e populacional dessa região, que abriga estados como São Paulo e Minas Gerais, dois dos maiores centros urbanos e de desenvolvimento educacional do país.

A região Nordeste vem em segundo lugar, com cerca de 25% a 30% dos docentes jovens. Esse dado demonstra a importância dessa região para a formação e atuação de novos profissionais da educação, especialmente em estados como Ceará e Bahia, que têm programas de formação docente bem estruturados.

A região Sul, com cerca de 15% a 20%, também é uma área de destaque na formação de docentes jovens, sendo influenciada principalmente pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que possuem importantes redes de ensino e boas oportunidades de formação.

Já a região Centro-Oeste concentra entre 10% e 12% dos docentes jovens, destacando-se por sua relevância crescente, especialmente em estados como Goiás e Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, onde se localizam importantes instituições educacionais.

Por fim, a região Norte tem aproximadamente 10% dos docentes jovens, o que reflete uma quantidade menor de docentes e da rede pública de ensino.

## 4.2. JOVENS POR REDE DE ENSINO

Ao comparar os dados gerais dos docentes na Educação Básica com os dados dos docentes jovens que estamos analisando, algumas diferenças notáveis surgem. No cenário geral, o Brasil conta com 2.354.194 docentes, distribuídos de maneira que **cerca de 50% atuam na rede municipal**, 26,5% na rede estadual, e 22,5% na rede privada. Isso significa que os municípios são os maiores empregadores de docentes, absorvendo quase metade da força de trabalho no setor educacional.

Nos dados específicos de docentes jovens, a distribuição apresenta algumas variações. A rede municipal ainda concentra a maior parte dos **docentes jovens, com 48,35%** desse grupo, uma leve redução em relação à distribuição geral. A rede privada emprega 31,35% dos docentes jovens, o que é mais elevado que sua participação nos dados gerais, indicando que uma parcela maior de docentes jovens atua na rede

privada. Já a rede estadual, com 18,93% de participação entre os docentes jovens, fica abaixo da sua média geral de 26,5%, mostrando uma menor atração de profissionais jovens para esse tipo de rede.

Embora os municípios continuem a empregar a maior parte dos docentes, a rede privada tem uma maior presença entre os docentes jovens em comparação ao cenário geral, enquanto a rede estadual tem uma quantidade menor, o que reflete o envelhecimento mais acentuado na rede estadual, provavelmente uma quantidade menor de concursos que são abertos nos estados. Ou, porque os jovens ocupam áreas com menor escolaridade, menores salários na categoria - como a Educação Infantil e Fundamental. Contudo, devido à grande concentração de docentes jovens em alguns estados, é possível afirmar que essa diferença é provocada pelo tamanho da rede privada em grandes estados, sobretudo SP e RJ.

## ANÁLISE NACIONAL

O gráfico abaixo mostra a distribuição dos jovens docentes no Brasil a partir das redes de ensino municipal, estadual, federal e privada. Ele apresenta os dados do Censo Escolar de 2020, que permitem elaborar algumas análises mais abaixo.

Docentes Jovens por Rede

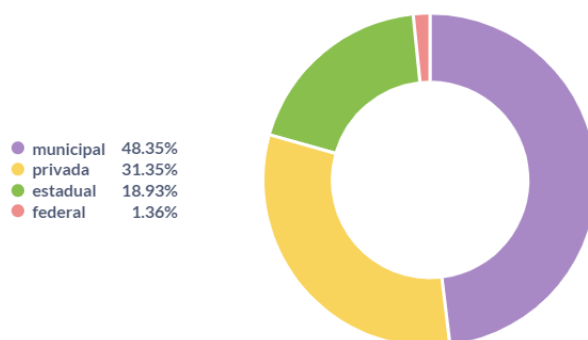


Gráfico 34 - Docentes jovens por rede de ensino, Brasil, 2020.  
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

### Rede Privada:

- Ao contrário do quadro dos docentes em nível nacional, em que a rede privada representa o 3º colocado enquanto empregador de docentes, ficando atrás da rede municipal e estadual, quando analisados os jovens, a rede privada ocupa o 2º lugar (31,35% do total), sendo que em alguns estados a rede ocupa o 1º lugar, como é o caso de SP, SE e RJ;
- O estado de São Paulo (63.935) lidera em número de docentes jovens na rede privada em comparação com outros estados.
- Minas Gerais (19.663) e Rio de Janeiro (27.299) também têm números expressivos de docentes jovens;
- Estados como Acre (304) e Roraima (373) têm um número significativamente menor de docentes jovens na rede privada;
- É a rede em que os jovens docentes estão mais concentrados em nível de distribuição por UF. A soma dos 3 maiores estados alcança quase a metade do total de docentes empregados no interior da rede privada.

Lista dos 10 maiores estados em termos de participação de docentes jovens na rede privada:

1. São Paulo (SP): 63.935 docentes (25,46% do total);
2. Rio de Janeiro (RJ): 27.299 docentes (10,87%);
3. Minas Gerais (MG): 19.663 docentes (7,83%);
4. Paraná (PR): 16.410 docentes (6,53%);
5. Rio Grande do Sul (RS): 15.908 docentes (6,33%);
6. Bahia (BA): 14.772 docentes (5,88%);
7. Pernambuco (PE): 13.015 docentes (5,18%);
8. Ceará (CE): 9.999 docentes (3,98%);

9. Santa Catarina (SC): 9.324 docentes (3,71%);
10. Goiás (GO): 7.485 docentes (2,98%).

#### Rede Municipal:

- Emprega a maior quantidade de docentes jovens em relação às outras redes em quase todos os estados. Compreende quase 50% (48,35%) do total de docentes jovens;
- São Paulo (57.437) tem o maior número de jovens, seguido por Minas Gerais (29.165) e Paraná (27.734);
- Roraima (1.388) e Amapá (729) apresentam os menores números de docentes municipais jovens, especialmente na Região Norte;
- Na Região Nordeste, Bahia (25.617) e Ceará (26.490) possuem números significativos de docentes municipais jovens;
- É a rede em que a distribuição de jovens por UF é maior. São necessários 6 estados para atingir aproximadamente 50% do total da rede municipal;

Lista dos 10 maiores estados em termos de participação de docentes jovens na rede municipal:

1. São Paulo (SP): 57.437 docentes (14,83% do total);
2. Minas Gerais (MG): 29.165 docentes (7,53%);
3. Paraná (PR): 27.734 docentes (7,16%);
4. Ceará (CE): 26.490 docentes (6,84%);
5. Rio Grande do Sul (RS): 23.533 docentes (6,08%);
6. Bahia (BA): 25.617 docentes (6,61%);
7. Santa Catarina (SC): 25.489 docentes (6,58%);

8. Maranhão (MA): 26.319 docentes (6,80%);
9. Pernambuco (PE): 17.691 docentes (4,57%);
10. Pará (PA): 19.943 docentes (5,15%).

#### Rede Estadual:

- Ocupa o terceiro lugar (ficando atrás da rede privada) no total de docentes jovens empregados (18,93%). Contudo, existem alguns estados em que a rede estadual é maior do que a privada, principalmente em estados menores;
- São Paulo (25.012) e Minas Gerais (22.585) possuem o maior número de docentes jovens na rede estadual;
- Rio Grande do Norte (2.480), Roraima (920) e Rondônia (1.303) têm menor número de docentes jovens;
- Santa Catarina (8.669) e Rio Grande do Sul (6.760) apresentam números significativos de jovens;
- São necessários 5 estados para atingir aproximadamente 50% do total de jovens da rede estadual.

Lista dos 10 maiores estados em termos de participação de docentes jovens na rede estadual:

1. São Paulo (SP): 25.012 docentes (16,49% do total);
2. Minas Gerais (MG): 22.585 docentes (14,89%);
3. Paraná (PR): 9.863 docentes (6,50%);
4. Rio Grande do Sul (RS): 6.760 docentes (4,46%);
5. Bahia (BA): 5.274 docentes (3,48%);
6. Pernambuco (PE): 6.162 docentes (4,06%);

7. Ceará (CE): 7.605 docentes (5,01%);
8. Santa Catarina (SC): 8.669 docentes (5,71%);
9. Goiás (GO): 5.734 docentes (3,78%);
10. Distrito Federal (DF): 6.101 docentes (4,02%).

## **CONSIDERAÇÕES SOBRE AS REDES ESTADUAL, MUNICIPAL E PRIVADA**

Os estados com menor número de docentes jovens têm uma contribuição significativamente mais reduzida no total de docentes jovens de cada rede de ensino, muitas vezes representando uma pequena fração do total. Esses estados são essenciais para alcançar a cobertura completa em termos de distribuição nacional, mas individualmente eles não afetam de forma expressiva o total das redes (municipal, estadual, federal e privada).

Por exemplo, na rede privada, estados como Roraima (RR), Acre (AC) e Tocantins (TO) têm contribuições inferiores a 1% cada, totalizando juntos menos de 3% do total de docentes jovens. Na rede municipal, a situação é semelhante, com estados menores como Acre (AC) e Roraima (RR) contribuindo com menos de 1% cada. Na rede estadual, mesmo os estados menores desempenham um papel semelhante, com estados como Amapá (AP), Roraima (RR) e Rondônia (RO) representando menos de 1% cada no total de docentes dessa rede. Ainda que individualmente esses estados tenham uma contribuição pequena, eles são fundamentais para garantir que o sistema educacional alcance até mesmo as regiões mais afastadas do país.

Quando comparamos as redes privada e públicas (municipal e estadual combinadas), obtemos os estados com as menores diferenças:

1. Rio de Janeiro (RJ): a rede privada tem 1.356 docentes jovens a mais que a soma das redes públicas;
2. Sergipe (SE): a rede pública tem 490 docentes jovens a mais que a privada;

3. Distrito Federal (DF): a rede pública tem 605 docentes jovens a mais que a privada;
4. Amapá (AP): a rede pública tem 1.032 docentes jovens a mais que a privada;
5. Rondônia (RO): a rede pública tem 1.706 docentes jovens a mais que a privada;

## ANÁLISE POR REGIÃO

O gráfico 35 apresenta a distribuição dos jovens docentes por rede de ensino em cada um dos estados do Brasil. Ele permite verificar visualmente o tamanho dos jovens docentes presentes na rede municipal, salvo o Distrito Federal.

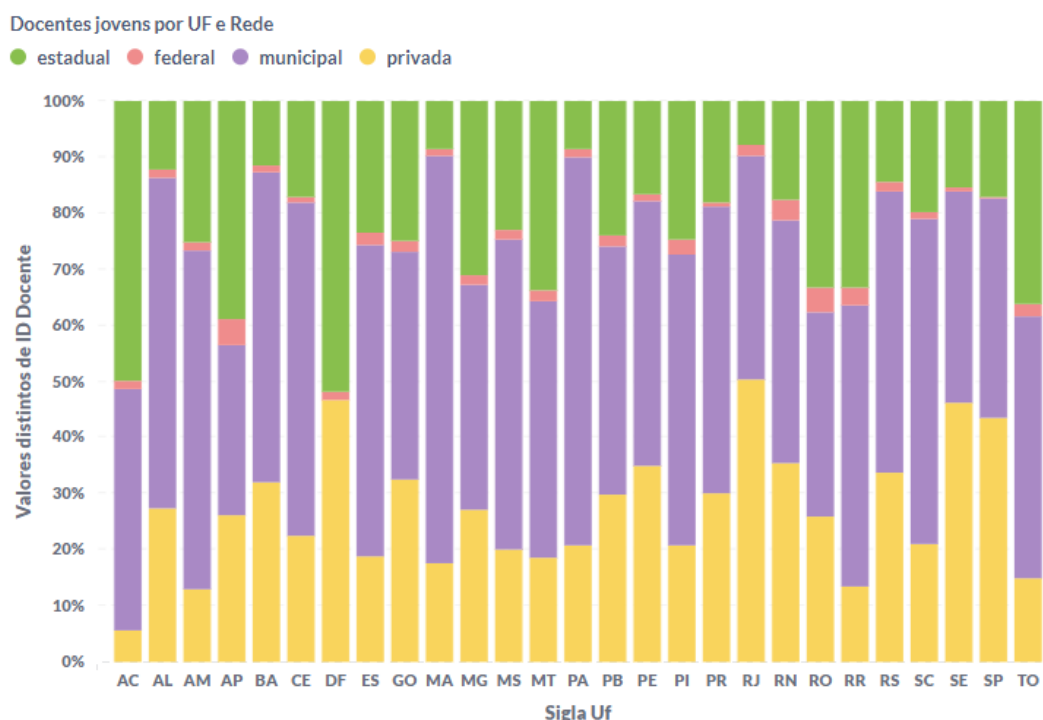


Gráfico 35- Docentes jovens por rede de ensino e UF, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Algumas considerações regionais a partir dos dados do Censo Escolar 2020:

### **Região Norte:**

- Rede Privada: Acre (304) e Roraima (373) têm menos de 500 docentes jovens;
- Rede Municipal: Pará (19.943) e Amazonas (9.883) têm os maiores números de docentes municipais jovens;
- Rede Estadual: Amazonas (4.134) e Pará (2.446) têm um número significativo de docentes estaduais jovens;

### **Região Nordeste:**

- Rede Privada: Bahia (14.772) e Pernambuco (13.015) possuem os maiores números de jovens na rede privada. Em Sergipe a rede privada é a maior empregadora de jovens docentes;
- Rede Municipal: Bahia (25.617) e Ceará (26.490) lideram a rede municipal;
- Rede Estadual: Ceará (7.605) e Bahia (5.274) se destacam na rede estadual;

### **Região Centro-Oeste:**

- Rede Privada: Goiás (7.485) tem o maior número de jovens na rede privada;
- Rede Municipal: Goiás (9.352) e Mato Grosso do Sul (8.457) têm os maiores números de docentes municipais jovens;
- Rede Estadual: Distrito Federal (6.101) e Goiás (5.734) têm os maiores números de jovens na rede estadual;

### **Região Sudeste:**

- Rede Privada: São Paulo (63.935) possui o maior número de jovens na rede privada. Junto com o Rio de Janeiro, nos dois estados a rede privada é a que mais emprega jovens docentes;
- Rede Municipal: São Paulo (57.437) e Minas Gerais (29.165) têm os maiores números de docentes municipais jovens;

- Rede Estadual: São Paulo (25.012) e Minas Gerais (22.585) lideram em número de jovens na rede estadual;

#### Região Sul:

- Rede Privada: Rio Grande do Sul (15.908) e Paraná (16.410) possuem o maior número de jovens docentes privados;
- Rede Municipal: Paraná (27.734) e Rio Grande do Sul (23.533) têm os maiores números de docentes municipais jovens;
- Rede Estadual: Santa Catarina (8.669) e Paraná (9.863) têm números expressivos na rede estadual;

## 4.3. JOVENS POR ETAPA DE ENSINO

### ANÁLISE NACIONAL

A comparação entre a distribuição total de docentes e a de jovens docentes por etapa de ensino no Brasil revela algumas diferenças importantes nas áreas onde os jovens professores estão mais presentes. No gráfico seguinte podemos ver a distribuição do total dos jovens docentes por etapa de ensino no Brasil.

Docentes Jovens por Etapa de Ensino

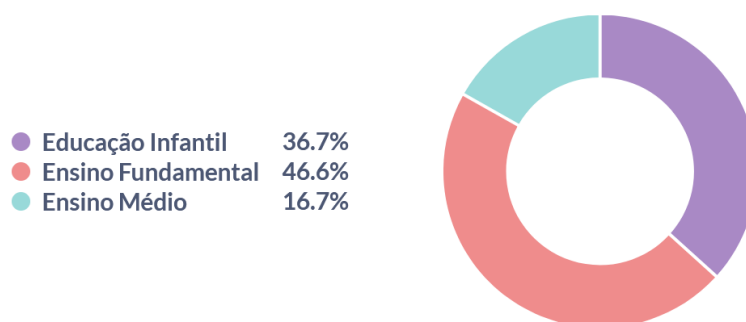


Gráfico 36- Docentes jovens por etapa de ensino, Brasil, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Na **Educação Infantil**, os jovens docentes representam **36,7%** do total de profissionais dessa fase, uma porcentagem significativamente maior do que a média

geral de **25,9%** para todos os docentes. Isso indica que os jovens professores têm maior presença nas turmas de Educação Infantil, sugerindo que há uma tendência de que os recém-ingressos na carreira docente sejam mais contratados para atuar nessa etapa. A maior demanda por atenção individualizada e a expansão das redes de creches e pré-escolas podem estar impulsionando essa contratação de jovens docentes.

No **Ensino Fundamental**, tanto a proporção de jovens docentes (**46,6%**) quanto a de todos os docentes (**53,7%**) mostram que esta etapa continua sendo a que mais concentra professores. No entanto, a porcentagem de jovens é menor do que a geral, indicando que, embora a maior parte dos docentes esteja nessa fase, há uma leve tendência de menor entrada de jovens profissionais no Ensino Fundamental, possivelmente devido ao número estável de professores já contratados que já ocupam essas posições.

Já no **Ensino Médio**, a discrepância é ainda mais notável. Enquanto **20,4%** dos docentes totais estão no Ensino Médio, apenas **16,7%** dos jovens docentes atuam nessa fase. Isso sugere uma menor presença de professores mais novos no Ensino Médio, onde as exigências curriculares são mais complexas e a concorrência por vagas efetivas pode ser maior. A menor entrada de jovens profissionais nessa etapa pode também estar relacionada ao fato de que os concursos para o Ensino Médio são mais competitivos, com docentes mais experientes sendo mais frequentemente selecionados para essas vagas, juntamente com a falta de renovação por meio da abertura de concursos.

Essas diferenças na distribuição dos jovens docentes em relação ao total indicam tendências importantes: os jovens professores estão mais presentes na **Educação Infantil**, menos representados no **Ensino Fundamental** e, especialmente, menos presentes no **Ensino Médio**.

## ANÁLISE POR REGIÃO

O Gráfico 37 apresenta a distribuição dos jovens docentes por etapa de ensino em cada um dos estados do Brasil, segundo o Censo da Educação 2020.

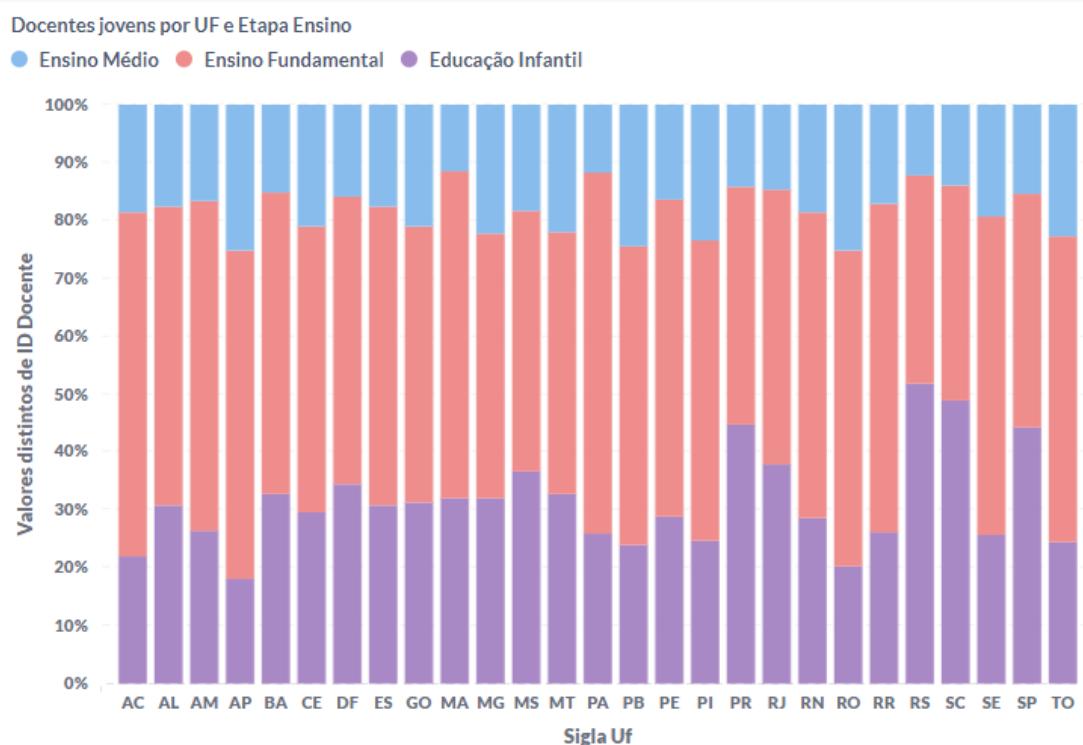


Gráfico 37- Docentes jovens por etapa de ensino e UF, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Em uma análise comparativa dos estados brasileiros, observa-se que **Rio Grande do Sul (RS)**, **Santa Catarina (SC)**, **Paraná (PR)** e **São Paulo (SP)** se destacam por terem uma distribuição atípica de jovens docentes entre as etapas de ensino. Nesses estados, a porcentagem de jovens docentes na **Educação Infantil** é maior do que no **Ensino Fundamental**, diferindo consideravelmente da média nacional.

No cenário brasileiro, o **Ensino Fundamental** é amplamente reconhecido como a maior etapa de ensino, representando a maior parte dos docentes. No entanto, nesses quatro estados do Sul e Sudeste, os jovens docentes estão concentrados em maior número na **Educação Infantil**:

- **Rio Grande do Sul (RS)**: 51,9% dos jovens docentes estão na Educação Infantil, contra 35,8% no Ensino Fundamental.

- **Santa Catarina (SC):** 49,0% na Educação Infantil e 37,0% no Ensino Fundamental.
- **Paraná (PR):** 44,8% na Educação Infantil e 41,0% no Ensino Fundamental.
- **São Paulo (SP):** 44,6% na Educação Infantil e 40,5% no Ensino Fundamental.

Essa distribuição contrasta significativamente com a média nacional, onde o Ensino Fundamental é, de longe, a maior etapa de ensino em termos de número de docentes. No entanto, nesses estados, os **jovens docentes** estão majoritariamente empregados na Educação Infantil, o que sugere que as oportunidades de emprego para jovens profissionais estão mais concentradas nessa etapa inicial da educação, como hipótese de que os jovens são mais empregados em condições mais precarizadas.

Distribuição do número de jovens docentes em cada um dos estados do Brasil

### **Minas Gerais (MG)**

- Total de docentes jovens: 75.258;
- Educação Infantil: 24.191 docentes (~32,2%);
- Ensino Fundamental: 34.363 docentes (~45,7%);
- Ensino Médio: 16.704 docentes (~22,2%);

### **São Paulo (SP)**

- Total de docentes jovens: 157.047;
- Educação Infantil: 70.055 docentes (~44,6%);
- Ensino Fundamental: 63.626 docentes (~40,5%);
- Ensino Médio: 24.366 docentes (~15,5%);

### **Alagoas (AL)**

- Total de docentes jovens: 14.381;
- Educação Infantil: 4.438 docentes (~30,9%);

- Ensino Fundamental: 7.413 docentes (~51,5%);
- Ensino Médio: 2.530 docentes (~17,6%);

### **Amazonas (AM)**

- Total de docentes jovens: 16.020;
- Educação Infantil: 4.243 docentes (~26,5%);
- Ensino Fundamental: 9.131 docentes (~57,0%);
- Ensino Médio: 2.646 docentes (~16,5%);

### **Amapá (AP)**

- Total de docentes jovens: 2.508;
- Educação Infantil: 452 docentes (~18%);
- Ensino Fundamental: 1.425 docentes (~56,8%);
- Ensino Médio: 631 docentes (~25,2%);

### **Bahia (BA)**

- Total de docentes jovens: 46.025;
- Educação Infantil: 15.121 docentes (~32,8%);
- Ensino Fundamental: 23.912 docentes (~51,9%);
- Ensino Médio: 6.992 docentes (~15,2%);

### **Ceará (CE)**

- Total de docentes jovens: 40.064;
- Educação Infantil: 11.874 docentes (~29,6%);
- Ensino Fundamental: 19.798 docentes (~49,4%);
- Ensino Médio: 8.392 docentes (~21%);

### **Distrito Federal (DF)**

- Total de docentes jovens: 11.438;
- Educação Infantil: 3.943 docentes (~34,5%);
- Ensino Fundamental: 5.674 docentes (~49,6%);
- Ensino Médio: 1.821 docentes (~15,9%);

### **Espírito Santo (ES)**

- Total de docentes jovens: 15.910;
- Educação Infantil: 4.891 docentes (~30,7%);
- Ensino Fundamental: 8.204 docentes (~51,6%);
- Ensino Médio: 2.815 docentes (~17,7%);

### **Goiás (GO)**

- Total de docentes jovens: 25.522;
- Educação Infantil: 7.990 docentes (~31,3%);
- Ensino Fundamental: 12.138 docentes (~47,6%);
- Ensino Médio: 5.394 docentes (~21,1%);

### **Maranhão (MA)**

- Total de docentes jovens: 33.493;
- Educação Infantil: 10.714 docentes (~32,0%);
- Ensino Fundamental: 18.968 docentes (~56,6%);
- Ensino Médio: 3.811 docentes (~11,4%);

### **Mato Grosso do Sul (MS)**

- Total de docentes jovens: 16.575;

- Educação Infantil: 6.086 docentes (~36,7%);
- Ensino Fundamental: 7.464 docentes (~45,0%);
- Ensino Médio: 3.025 docentes (~18,3%);

### **Mato Grosso (MT)**

- Total de docentes jovens: 15.008;
- Educação Infantil: 5.246 docentes (~34,9%);
- Ensino Fundamental: 7.226 docentes (~48,2%);
- Ensino Médio: 3.536 docentes (~23,6%);

### **Pará (PA)**

- Total de docentes jovens: 29.166;
- Educação Infantil: 7.560 docentes (~25,9%);
- Ensino Fundamental: 18.173 docentes (~62,3%);
- Ensino Médio: 3.433 docentes (~11,8%);

### **Paraíba (PB)**

- Total de docentes jovens: 18.332;
- Educação Infantil: 4.387 docentes (~23,9%);
- Ensino Fundamental: 9.448 docentes (~51,5%);
- Ensino Médio: 4.497 docentes (~24,5%);

### **Pernambuco (PE)**

- Total de docentes jovens: 37.075;
- Educação Infantil: 10.749 docentes (~29%);
- Ensino Fundamental: 20.258 docentes (~54,6%);
- Ensino Médio: 6.068 docentes (~16,4%);

### **Piauí (PI)**

- Total de docentes jovens: 14.867;
- Educação Infantil: 3.686 docentes (~24,8%);
- Ensino Fundamental: 7.677 docentes (~51,6%);
- Ensino Médio: 3.504 docentes (~23,6%);

### **Paraná (PR)**

- Total de docentes jovens: 57.826;
- Educação Infantil: 25.889 docentes (~44,8%);
- Ensino Fundamental: 23.710 docentes (~41,0%);
- Ensino Médio: 8.227 docentes (~14,2%);

### **Rio de Janeiro (RJ)**

- Total de docentes jovens: 57.776;
- Educação Infantil: 21.950 docentes (~38%);
- Ensino Fundamental: 27.359 docentes (~47,4%);
- Ensino Médio: 8.467 docentes (~14,7%);

### **Rio Grande do Norte (RN)**

- Total de docentes jovens: 14.020;
- Educação Infantil: 4.018 docentes (~28,7%);
- Ensino Fundamental: 7.382 docentes (~52,6%);
- Ensino Médio: 2.620 docentes (~18,7%);

### **Rondônia (RO)**

- Total de docentes jovens: 4.254;

- Educação Infantil: 865 docentes (~20,3%);
- Ensino Fundamental: 2.320 docentes (~54,5%);
- Ensino Médio: 1.069 docentes (~25,1%);

### **Roraima (RR)**

- Total de docentes jovens: 3.099;
- Educação Infantil: 814 docentes (~26,3%);
- Ensino Fundamental: 1.756 docentes (~56,7%);
- Ensino Médio: 529 docentes (~17,1%);

### **Rio Grande do Sul (RS)**

- Total de docentes jovens: 48.641;
- Educação Infantil: 25.238 docentes (~51,9%);
- Ensino Fundamental: 17.431 docentes (~35,8%);
- Ensino Médio: 5.972 docentes (~12,3%);

### **Santa Catarina (SC)**

- Total de docentes jovens: 45.679;
- Educação Infantil: 22.367 docentes (~49%);
- Ensino Fundamental: 16.922 docentes (~37%);
- Ensino Médio: 6.390 docentes (~14%);

### **Sergipe (SE)**

- Total de docentes jovens: 7.546;
- Educação Infantil: 1.934 docentes (~25,6%);
- Ensino Fundamental: 4.159 docentes (~55,1%);
- Ensino Médio: 1.453 docentes (~19,2%);

## Tocantins (TO)

- Total de docentes jovens: 7.892;
- Educação Infantil: 1.939 docentes (~24,6%);
- Ensino Fundamental: 4.162 docentes (~52,7%);
- Ensino Médio: 1.791 docentes (~22,7%);

## 4.4. JOVENS POR ESCOLARIDADE

### ANÁLISE NACIONAL

No gráfico 38 é possível observar a composição dos jovens docentes segundo a escolaridade. Ele mostra a preponderância (2020) dos jovens com Ensino Superior completo.

Docentes Jovens por Escolaridade

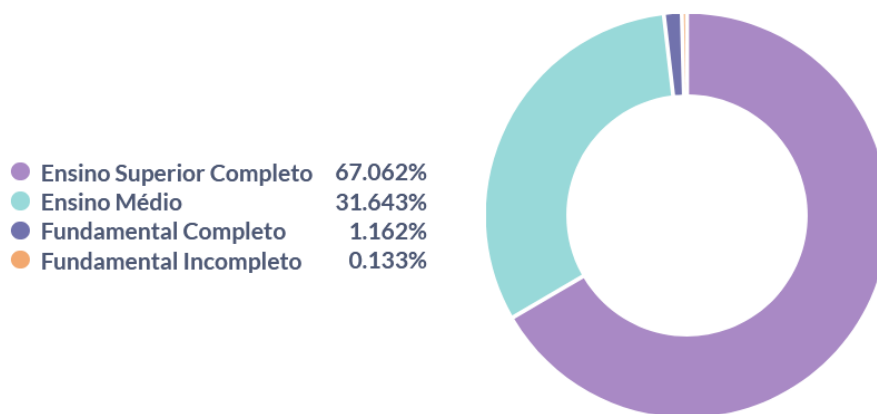


Gráfico 38- Docentes jovens por escolaridade, Brasil, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Quando analisado os dados dos jovens, temos os seguintes números:

1. Ensino Superior Completo: a maioria dos jovens docentes, com 67,06% (509.810 docentes), possui Ensino Superior completo. Isso demonstra que grande parte dos docentes jovens têm uma qualificação formal elevada, condizente com as exigências cada vez maiores da área educacional;

2. Ensino Médio: cerca de 31,64% (240.549 docentes) dos jovens atuam com formação de nível médio. Esses números podem estar relacionados a regiões onde o Ensino Médio ainda é suficiente para a atuação em determinadas etapas de ensino, como na Educação Infantil ou em cargos de apoio;
3. Fundamental Completo: apenas 1,16% (8.835 docentes) dos jovens docentes têm o Ensino Fundamental completo, o que sugere uma qualificação relativamente baixa em comparação com os demais grupos.
4. Fundamental Incompleto: apenas 0,13% (1.010 docentes) possuem Ensino Fundamental incompleto. Esse grupo representa uma minoria extrema, indicando que a maioria dos docentes jovens já atingiu pelo menos o Ensino Médio.

## **COMPARAÇÃO COM O TOTAL DA CATEGORIA**

1. Ensino Superior Completo
  - Jovens Docentes: apenas 67,06% dos jovens docentes possuíam Ensino Superior completo em 2020, o que está significativamente abaixo da média da categoria geral, que já contava com 81,28%. Isso sugere que os jovens docentes, em comparação com a categoria como um todo, possuem uma qualificação mais baixa no que diz respeito ao Ensino Superior;
2. Ensino Médio/Magistério
  - Jovens Docentes: 31,64% ainda atuavam com formação de nível médio em 2020, enquanto na categoria geral esse número era bem menor, com apenas 8,95% dos docentes com esse nível de escolaridade. Isso reflete uma dependência maior entre os jovens docentes de uma formação menos avançada, especialmente em comparação com o restante da categoria;
3. Ensino Fundamental (Completo e Incompleto)

- Jovens Docentes: cerca de 1,29% dos jovens docentes tinham apenas o Ensino Fundamental (completo ou incompleto), o que é uma minoria significativa. Comparativamente, a categoria geral já apresentava níveis muito baixos de qualificação abaixo do Ensino Médio em 2020.

Quando analisamos a base da CNTE, quanto aos docentes da rede municipal e estadual, obtemos a seguinte diferença:



Gráfico 39- Comparação da composição por escolaridade entre jovens e não jovens, Brasil, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

## CONCLUSÃO

Os jovens docentes em 2020 apresentavam uma escolaridade mais baixa em relação ao conjunto da categoria, especialmente em termos de Ensino Superior completo. No entanto, esse pode ser um reflexo de uma transição geracional, onde os mais jovens ainda estão completando seus estudos ou enfrentando barreiras para avançar em sua qualificação. Outra hipótese surge quando cruzamos esses dados com as condições de trabalho e a presença de jovens docentes por rede de ensino. As categorias menos estáveis e a maior presença na rede municipal, seguida da rede privada, revela também que a escolaridade é menor nesses setores, se comparadas com a rede estadual, por exemplo, e entre os docentes com vínculo efetivo.

A categoria geral de docentes, por outro lado, mostrou um crescimento constante na qualificação ao longo dos anos, com uma clara tendência de aumento no

nível superior e redução na dependência do Ensino Médio. Isso revela que os jovens docentes prosseguem a escolarização estando inseridos na categoria.

São considerados cursos de formação continuada aqueles com carga horária mínima de 80 horas. Atualmente, o Censo da Educação Básica coleta informações relacionadas à formação continuada dos professores em regência de classe, não levantando esse tipo de informação para todo o conjunto de profissionais da Educação Básica.

## ANÁLISE POR REGIÃO

O gráfico abaixo apresenta o percentual de docentes jovens por escolaridade e UF, referente ao ano de 2020.

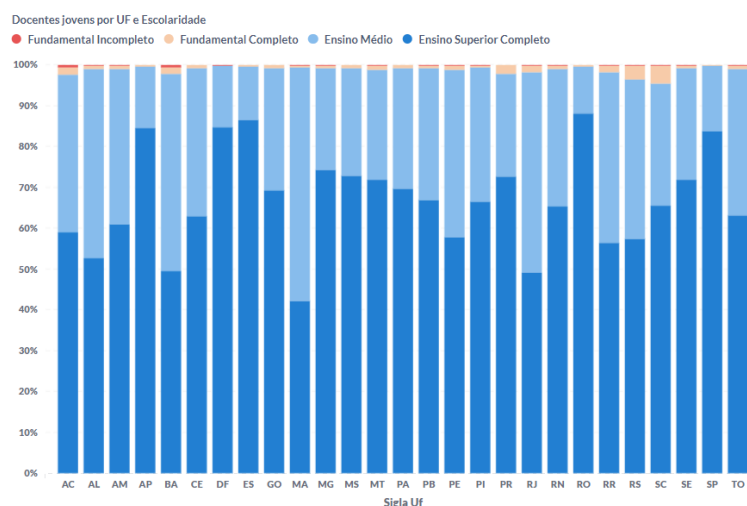


Gráfico 40 - Docentes jovens por escolaridade e UF, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

### Região Norte:

- Maior taxa de Ensino Superior completo: Amapá com 84,6%;
- Menor taxa de Ensino Superior Completo: Roraima com 42,9%.

### Região Nordeste:

- Maior taxa de Ensino Superior completo: Sergipe com 64,3%;
- Menor taxa de Ensino Superior Completo: Bahia com 49,5%.

#### Região Sudeste:

- Maior taxa de Ensino Superior completo: Minas Gerais com 68,1%;
- Menor taxa de Ensino Superior completo: Espírito Santo com 54,6%.

#### Região Sul:

- Maior taxa de Ensino Superior completo: Rio Grande do Sul, com 63,8%;
- Menor taxa de Ensino Superior completo: Santa Catarina com 57,3%.

#### Região Centro-Oeste:

- Maior taxa de Ensino Superior completo: Distrito Federal com 76,8%;
- Menor taxa de Ensino Superior completo: Mato Grosso do Sul com 56,3%.

### CONCLUSÃO:

Em nível nacional, o Amapá se destaca por ter a maior proporção de docentes com Ensino Superior Completo, enquanto Roraima apresenta a menor taxa de docentes com esse nível de escolaridade. Regionalmente, os estados do Centro-Oeste e Norte apresentam maior variação entre estados com altas e baixas taxas de Ensino Superior completo.

### ANÁLISE DE SÉRIE HISTÓRICA

Considerando a série histórica da evolução da escolaridade dos docentes jovens temos:

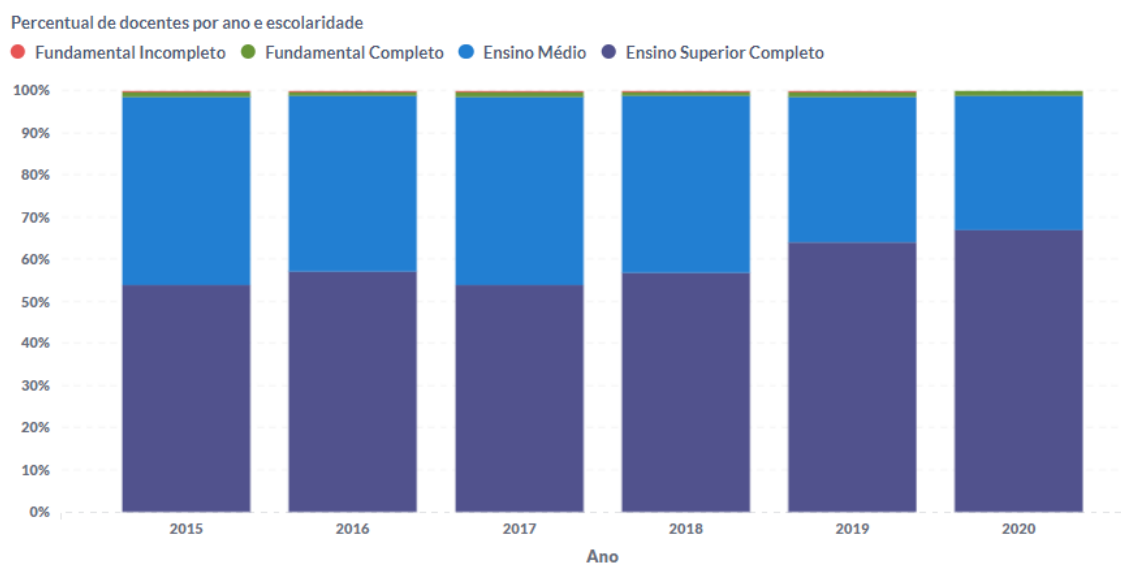


Gráfico 41– Percentual de docentes jovens por ano e escolaridade, Brasil, de 2015 a 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

De 2015 a 2020, os dados mostram uma clara tendência de aumento na escolaridade dos docentes. O percentual de profissionais com Ensino Médio ou Fundamental caiu significativamente, enquanto a proporção daqueles com Ensino Superior completo cresceu de forma expressiva. Essas variações sugerem uma evolução importante na qualificação docente, essencial para a melhoria da qualidade educacional no Brasil, ainda que fique aquém da qualificação do conjunto da categoria docente.

## 4.5. JOVENS POR SEXO

Atualmente, ao utilizar dados sobre o sexo de docentes, optamos por categorizar apenas em masculino e feminino. Isso ocorreu porque as bases de dados nacionais, como o IBGE e o Censo Escolar, utilizam apenas essas duas opções em suas pesquisas. Essa simplificação no levantamento de dados foi necessária para que pudéssemos cruzar as informações de maneira padronizada e comparativa, garantindo que as análises sejam compatíveis com os dados produzidos por essas instituições ao longo dos anos. No entanto, essa abordagem apresenta limitações, especialmente no contexto atual, onde a sociedade vem se conscientizando cada vez mais sobre a diversidade de identidade de gênero e a importância de reconhecer pessoas não-binárias ou que não se identificam exclusivamente como homens ou

mulheres. Essa realidade, mais presente e visível entre os jovens, não está sendo adequadamente representada nos dados oficiais disponíveis.

A ausência de outras formas de declaração de gênero além de "masculino" e "feminino" nos dados oficiais limita a capacidade de entender a realidade vivida por pessoas que se identificam fora desse espectro. O não reconhecimento dessa diversidade também pode ser um reflexo das barreiras estruturais enfrentadas por essas populações, como discriminação e exclusão no ambiente escolar e no mercado de trabalho. Assim, a exclusão de outras categorias de gênero acaba invisibilizando a experiência de indivíduos LGBTQIA+, especialmente aqueles que estão presentes na educação.

## ANÁLISE NACIONAL

Segundo os dados do Censo Escolar (2020), a composição da categoria geral dos docentes é de 79,4% feminina e 20,6% masculina. O gráfico abaixo apresenta a composição por sexo especificamente quanto aos jovens docentes:

Docentes jovens por Sexo

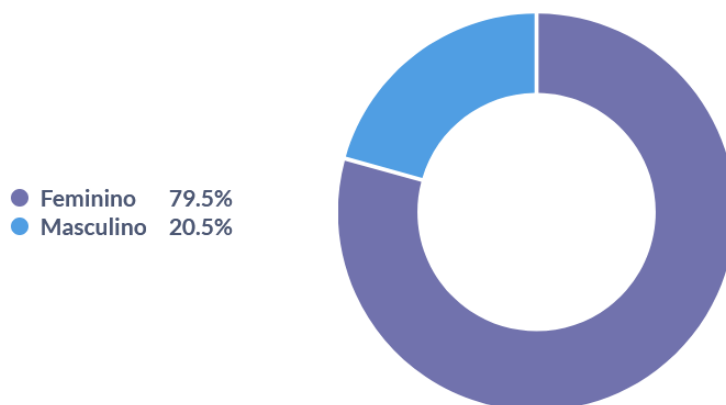


Gráfico 42- Docentes jovens por sexo, Brasil, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Detalhando um pouco mais a análise, temos a seguinte composição dos docentes jovens, segundo a rede de ensino (2020):

- Rede Privada:



- Feminino: 80%;
- Masculino: 20%;
- Rede Pública:
  - Feminino: 78,7%;
  - Masculino: 21,3%;
- Rede Municipal:
  - Feminino: 85,1%;
  - Masculino: 14,9%;
- Rede Estadual:
  - Feminino: 67,8%;
  - Masculino: 32,2%.

De acordo com o Censo de 2020 do IBGE, a população brasileira feminina corresponde a 51,8% e a masculina a 48,2%.

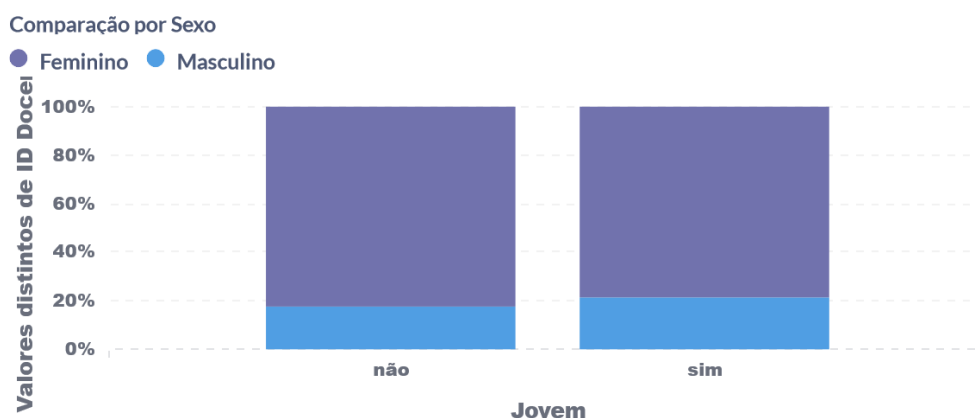


Gráfico 43- Comparação da composição por sexo entre jovens e não jovens, Brasil, 2020.  
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

## CONCLUSÃO

- Jovens Docentes: a proporção de mulheres entre os jovens docentes (79,5%) é muito próxima da categoria geral (79,4%), o que indica que, em termos de

gênero, os jovens docentes refletem bem a composição da categoria como um todo;

- Redes de Ensino: a representação feminina na rede privada (80%) é levemente superior à da pública (78,7%), enquanto a proporção de mulheres é significativamente maior na rede municipal (85,1%) em comparação à estadual (67,8%). Isso mostra que há mais mulheres em cargos docentes na rede municipal, enquanto a rede estadual tem uma proporção maior de homens em relação aos outros níveis de ensino;
- Comparação com a População Brasileira: a representatividade de mulheres entre os docentes (79,5% para jovens) é muito maior do que na população brasileira (51,8%), o que indica uma super-representação feminina no setor da educação; Isso pode estar relacionado à natureza historicamente associada às profissões de ensino como "cuidado", tradicionalmente vistas como atribuições femininas;
- Essa análise mostra que o campo da docência é amplamente dominado por mulheres, especialmente em níveis mais locais como o municipal.

## ANÁLISE POR REGIÃO

O gráfico 44 apresenta a distribuição dos jovens docentes por sexo em cada estado da federação. Ele mostra a predominância feminina em todos os estados.

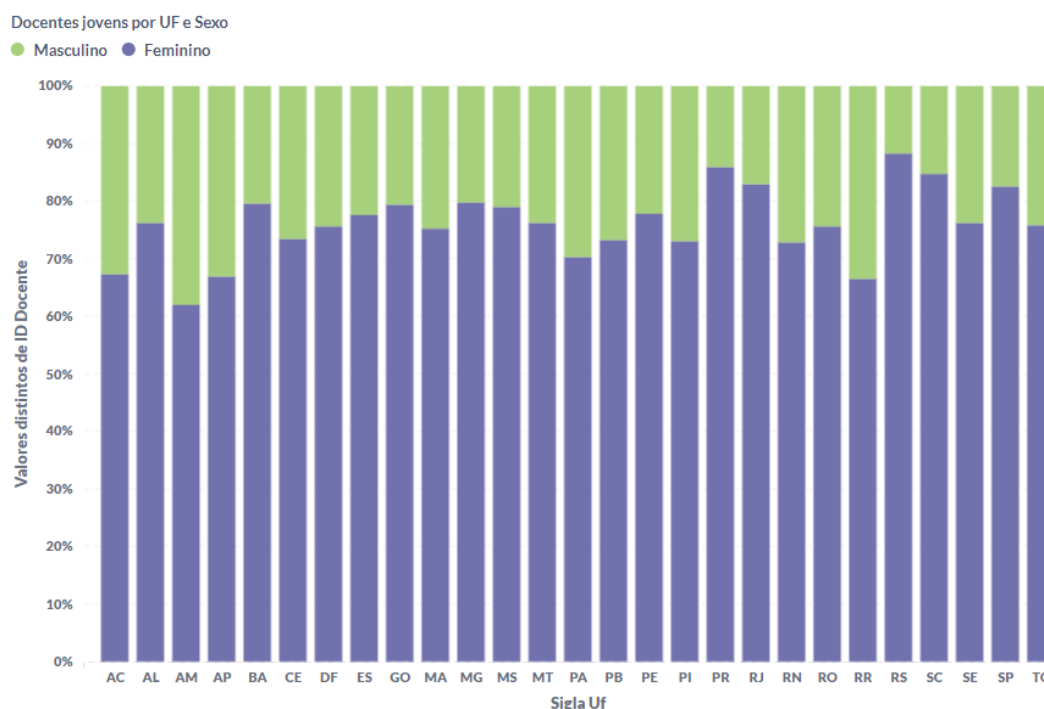


Gráfico 44- Docentes jovens por sexo e UF, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Agregando esses dados por região, obtém-se a seguinte média percentual (Feminino / Masculino) dos docentes jovens:

- Norte:
  - Feminino: 64,29%;
  - Masculino: 35,71%;
- Nordeste:
  - Feminino: 71,11%;
  - Masculino: 28,89%;
- Centro-Oeste:
  - Feminino: 70%;
  - Masculino: 30%;
- Sudeste:
  - Feminino: 71,25%

- Masculino: 28,75%;
- Sul:
  - Feminino: 68,33%;
  - Masculino: 31,67%.

Identificação dos estados com menor e maior presença feminina em cada região:

#### **Região Centro-Oeste:**

- Menor presença feminina: Mato Grosso do Sul , com 74,8% de docentes mulheres;
- Maior presença feminina: Distrito Federal, em que 79,5% dos docentes são mulheres. A predominância feminina no DF está fortemente ligada à concentração de profissionais de educação pública, majoritariamente ocupada por mulheres.

#### **Região Nordeste:**

- Menor presença feminina: Maranhão, com 72,7% de mulheres no corpo docente;
- Maior presença feminina: Piauí, onde 79,6% dos docentes são mulheres. O Piauí destaca-se nacionalmente, refletindo o papel crucial da mulher no setor educacional do estado.

#### **Região Norte:**

- Menor presença feminina: Roraima, com 66,1%;
- Maior presença feminina: Pará, onde 70,6% dos docentes são mulheres. Embora a presença feminina no Norte seja menor que em outras regiões, o Pará ainda mantém a maioria feminina.

#### **Região Sudeste:**

- Menor presença feminina: Espírito Santo, com 77,6% de docentes mulheres;

- Maior presença feminina: Minas Gerais, onde 78,7% dos docentes são mulheres. Minas Gerais, como o segundo estado mais populoso do Brasil, reflete uma forte presença feminina na educação.

#### Região Sul:

- Menor presença feminina: Paraná, com 73,1% de mulheres no corpo docente;
- Maior presença feminina: Rio Grande do Sul, onde 76,1% dos docentes são mulheres. O Rio Grande do Sul se destaca na região por ter uma maior concentração de profissionais femininas no ensino.

### PONTO DE ANÁLISE

A análise demonstra uma clara predominância feminina na docência em todas as regiões e estados do Brasil, o que reflete a feminização da educação, especialmente na Educação Básica. O caso do Piauí, com a maior presença de mulheres no país, reforça essa tendência de concentração de profissionais femininas no ensino. Por outro lado, Amazonas, com a menor presença de mulheres, mostra uma exceção à regra, onde a presença masculina é mais expressiva do que nos outros estados – ainda que menor que 50% em comparação com as mulheres.

No contexto regional, a região Norte se destaca como aquela com maior presença de homens na docência, enquanto o Sudeste e o Centro-Oeste têm as proporções mais altas de mulheres.

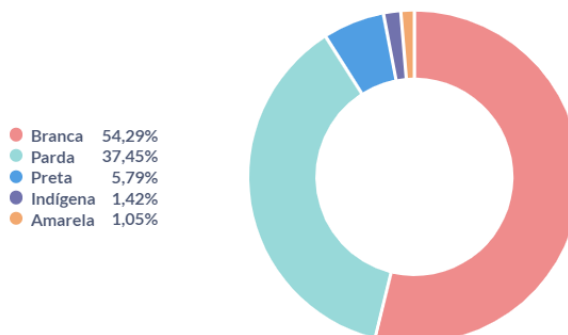
## 4.6. JOVENS POR COR/RAÇA

### ANÁLISE NACIONAL

A análise dos jovens docentes por cor/raça apresenta desafios específicos, devido ao fato de muitos docentes não se declararem a respeito deste ponto. Algumas hipóteses podem ser levantadas a respeito desse fenômeno, pois a não declaração pode ter ocorrido devido a não considerá-la relevante, ou então ela pode não ter sido

feita por inibição. De qualquer forma, para fins de análise nós consideramos apenas os dados que foram declarados.

Docentes jovens por Raça/cor



*Gráfico 45– Docentes jovens por raça/cor, Brasil, 2020.*

*Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).*

- Brancos: 54,29%;
- Negros (Pretos + Pardos): 43,24%;
- Indígenas e Amarelos: 2,47%;

De acordo com o Censo de 2022 do IBGE, a composição da população é a seguinte:

- Brancos: 47,7%;
- Negros (Pretos + Pardos): 50,7%;
- Indígenas e Amarelos: 1,6%;

Quando analisada, a base da CNTE de docentes comparando entre jovens e não jovens, há uma diferença muito pouco significativa:

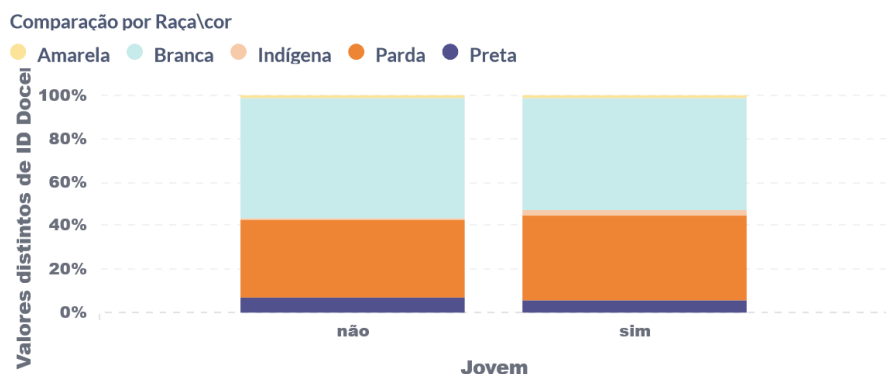


Gráfico 46 - Comparação da composição por raça/cor entre jovens e não jovens, Brasil, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

## CONCLUSÃO

### Comparação com a Categoria Geral:

- Brancos: entre os jovens docentes que declararam sua raça/cor, 54,29% são brancos. Esse número é ligeiramente inferior ao da categoria geral de docentes (56,6%);
- Negros: a proporção de negros (pretos + pardos), entre os jovens docentes declarantes é de 43,24%, superando a proporção da categoria geral (41,3%). Isso sugere uma maior participação relativa de negros entre os jovens docentes quando comparado ao conjunto total da categoria;
- Outros (Indígenas + Amarelos): o percentual de "outros" entre os jovens docentes declarantes é 2,47%, um pouco acima da média geral da categoria (2,1%).

### Comparação com a população:

- Brancos: a proporção de jovens docentes brancos (54,29%) está acima da média da população brasileira (47,7%), o que indica uma leve super-representação;
- Negros: embora a representatividade de negros entre os jovens docentes (43,24%) seja maior do que na categoria geral de docentes, ela ainda é inferior à proporção total da população brasileira (50,7%), o que reflete uma leve sub-representação dos negros entre os jovens docentes;

- Outros (Indígenas e Amarelos): a representatividade de outros grupos entre os jovens docentes (2,47%) é maior do que na população geral (1,6%), indicando uma presença relativamente equilibrada.

Se comparada com o conjunto da população, ainda há uma leve sub-representação de negros quando comparados à população brasileira como um todo. Contudo, se comparada com a categoria docente do nível superior, que é uma categoria de escolaridade alta, por exemplo, a proporção é maior. O que revela que a categoria docente da Educação Básica, embora não seja representativa em relação ao conjunto da sociedade, apresenta uma expressividade significativa dentre carreiras com maior escolarização.

**Estado com a maior e menor presença de docentes brancos, negros e não declarados:**

- Estado com a maior presença de docentes brancos: Santa Catarina, com 78,4% dos docentes se identificando como brancos. Esse estado apresenta a maior concentração de docentes brancos no Brasil;
- Estado com a maior presença de docentes negros (preto e pardo): Bahia, onde 72,3% dos docentes se identificam como negros. A Bahia se destaca nacionalmente pela grande presença de docentes dessa raça/cor;
- Estado com a maior presença de docentes não declarados: Acre, com 51,4% dos docentes optando por não declarar sua raça/cor. Esse valor é extremamente elevado, refletindo possíveis desafios na identificação racial ou na confiança dos docentes em informar esses dados;
- Estado com a maior presença de docentes identificados como "Outros" (Indígenas e Amarelos): Amapá, onde 10,2% dos docentes pertencem a esse grupo.

## ANÁLISE POR REGIÃO

**Região Centro-Oeste:**

- Maior presença de docentes brancos: Distrito Federal, com 59,3%;
- Maior presença de docentes negros: Mato Grosso (MT), com 59,1%, mostrando uma predominância desse grupo na região;
- Maior presença de docentes não declarados: Goiás (GO), com 18,7%. Isso sugere uma certa resistência ou dificuldade de identificação racial por parte dos docentes;
- Maior presença de "Outros" (Indígenas e Amarelos): Mato Grosso do Sul, com 5,4%. A presença de povos indígenas é mais visível nesse estado.

#### **Região Nordeste:**

- Maior presença de docentes brancos: Ceará, com 24,8%. Esse estado, no contexto regional, tem a maior participação desse grupo, embora ainda seja inferior ao de negros;
- Maior presença de docentes negros: Bahia, com 72,3%, consolidando-se como o estado com a maior proporção de negros do Brasil;
- Maior presença de docentes não declarados: Piauí, com 29,7%. Esse número expressivo pode refletir uma desconexão dos docentes com as categorias raciais tradicionais ou uma baixa sensibilização para a importância da declaração;
- Maior presença de "Outros" (Indígenas e Amarelos): Maranhão, com 4,2%. Esse número reflete a diversidade populacional do estado.

#### **Região Norte:**

- Maior presença de docentes brancos: Rondônia, com 26,3%, a maior proporção dessa cor na região;
- Maior presença de docentes negros: Acre, com 37,1%, destacando-se no contexto regional;
- Maior presença de docentes não declarados: Acre também é o estado com a maior presença de não declarados, com 51,4%. Esse valor altíssimo pode ser

um indicativo de questões culturais ou falta de identificação com as categorias de raça/cor;

- Maior presença de "Outros" (Indígenas e Amarelos): Amapá, com 10,2% dos docentes pertencentes a esses grupos, sendo o estado com maior presença indígena e amarela;

#### **Região Sudeste:**

- Maior presença de docentes brancos: Espírito Santo, com 55,2%, o estado com maior predominância de brancos na região;
- Maior presença de docentes negros: Rio de Janeiro, com 43,5%;
- Maior presença de docentes não declarados: Minas Gerais, com 18,4%, o que representa a maior proporção dentro da região Sudeste;
- Maior presença de "Outros" (Indígenas e Amarelos): São Paulo, com 3,1%, sendo o estado com maior presença desses grupos na região.

#### **Região Sul:**

- Maior presença de docentes brancos: Santa Catarina, com 78,4%, não só a maior do Sul, mas também a maior proporção no Brasil;
- Maior presença de docentes negros: Paraná, com 21,2%, o estado com maior proporção desse grupo na região Sul;
- Maior presença de docentes não declarados: Rio Grande do Sul, com 13,7%, a maior proporção da região Sul;
- Maior presença de "Outros" (Indígenas e Amarelos): Rio Grande do Sul também se destaca por ter 4,1% de docentes pertencentes a esse grupo.

### **PONTO DE ANÁLISE:**

A inclusão dos dados de "Não declarada" revela um cenário diverso em termos de identificação racial entre os docentes brasileiros. Estados como Acre e Piauí apresentam uma proporção alta de docentes que optaram por não declarar sua

raça/cor, sugerindo possíveis desafios culturais, estruturais ou até desinteresse em relação às classificações raciais. Por outro lado, estados como Espírito Santo e Paraná mostram uma adesão maior à declaração, com uma baixa proporção de não declarados.

A elevada proporção de não declarados em estados como o Acre (51,4%) pode indicar que muitos docentes não se identificam com as categorias disponíveis ou não se sentem confortáveis em fornecer essa informação. Isso levanta questões sobre a relevância e a clareza dessas categorias, bem como sobre a sensibilização para a importância desses dados no planejamento de políticas públicas.

## CONCLUSÃO

O Brasil apresenta uma diversidade significativa de perfis raciais entre os docentes, com estados como Santa Catarina dominados por docentes brancos, enquanto Bahia e Acre possuem forte presença de docentes negros. A questão dos "não declarados" também varia substancialmente, com estados como o Acre apresentando mais da metade dos docentes sem identificação racial. Isso aponta para a necessidade de reflexões sobre a coleta de dados e a representatividade racial na educação, além de um maior esforço para sensibilizar os profissionais sobre a importância da declaração racial.

## ANÁLISE DE SÉRIE HISTÓRICA

Com base nos dados atualizados até 2020, aqui está a análise histórica dos percentuais de docentes por raça/cor, estendendo a análise até 2020:

Percentual de docentes por ano e raça/cor

Amarela Branca Indígena Parda Preta

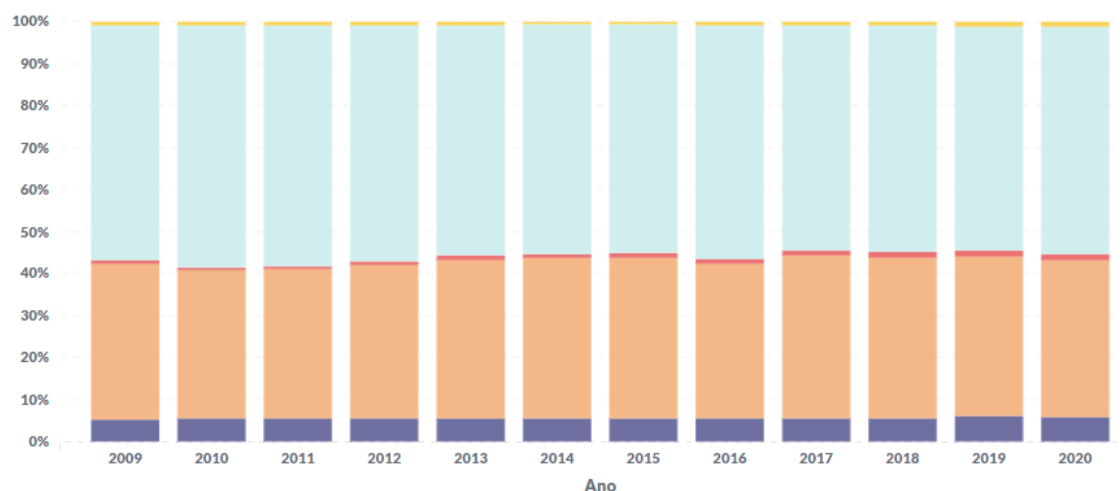


Gráfico 47- Percentual de docentes jovens por ano e raça/cor, Brasil, de 2009 a 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

**1. Variação dos docentes brancos (2009-2020):**

- 2009: 56,0%.
- 2020: 54,3%.

A proporção de docentes brancos oscilou, com pequena tendência de queda no período.

**2. Variação dos docentes negros (preto + pardo) (2009-2020):**

- 2009: 42,2%.
- 2020: 43,2%.

Os docentes negros oscilou, com pequena tendência de alta no período.

**3. Variação dos docentes de Indígenas e Amarelos (2009-2020):**

- 2009: 1,6%.
- 2020: 2%.

Houve um ligeiro aumento na presença de docentes indígenas e amarelos, embora permaneçam uma fração muito pequena. Esse crescimento modesto pode ser

explicado por iniciativas de inclusão desses grupos, mas a variação foi pequena ao longo dos anos.

## CONCLUSÃO

De 2009 a 2020, houve um leve aumento na proporção de jovens docentes que se declararam como negros, passando de 42,2% para 43,2%. Embora seja um aumento tímido, ele ocorreu ao mesmo tempo que houve uma diminuição da declaração dos jovens docentes brancos, que passou de 56% a 54,3%. Todavia, a categoria de "Não declarada" atingiu a cifra considerável de 28,5%, indicando que um número elevado de jovens docentes não estão se sentindo mais confortáveis ou incentivados a declarar sua raça/cor. A participação de docentes jovens classificados como "Outros" teve um pequeno aumento, refletindo uma maior, mas ainda limitada, inclusão de indígenas e amarelos no corpo docente.

## 4.7. JOVEM POR TIPO DE CONTRATO

### ANÁLISE NACIONAL

A análise do gráfico sobre o tipo de contrato entre os jovens docentes ao longo do tempo revela uma queda acentuada no percentual de concursados/efetivos. Em 2011, aproximadamente **55%** dos docentes jovens tinham contratos concursados ou estáveis, no entanto, esse número foi caindo gradualmente, chegando a **44%** em 2020.

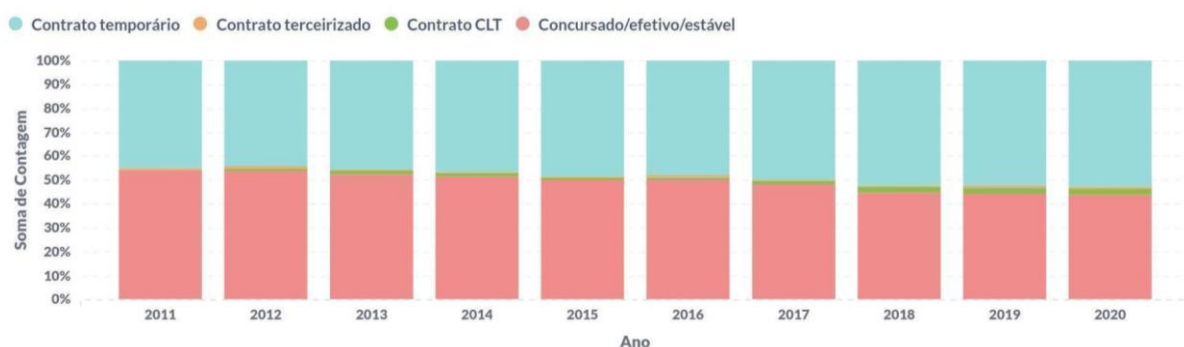


Gráfico 48- Docentes jovens por ano e tipo de contratação, Brasil, de 2011 a 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Essa queda não ocorre apenas entre os jovens, mas em toda a categoria docente. Contudo, o impacto é mais acentuado entre os professores jovens, indicando que as novas gerações de docentes estão cada vez mais sujeitas a contratos temporários, terceirizados ou CLT, em vez de conseguirem posições efetivas por meio de concursos.

Esse fenômeno pode ser explicado pela redução no número de concursos públicos oferecidos ao longo dos anos, o que impacta diretamente a capacidade de ingresso e efetivação na carreira pública. Além disso, o aumento das contratações temporárias e terceirizadas demonstra uma tendência de precarização das condições de trabalho, que afeta principalmente os jovens profissionais, tornando a carreira docente cada vez menos atrativa para as novas gerações.

Essa mudança no tipo de contrato também reflete a falta de oportunidades de estabilidade na profissão, que historicamente atraía muitos profissionais devido à segurança proporcionada pelos concursos públicos. A queda no número de concursados entre os jovens aponta para a necessidade de políticas que garantam mais oportunidades de efetivação e estabilidade, fundamentais para a valorização da carreira docente no Brasil.

A análise do panorama nacional da distribuição dos tipos de contrato do conjunto da categoria pela rede de ensino indicam que a rede municipal apresenta maior estabilidade para os docentes do que a rede estadual.

Docentes Jovens por Tipo de Contratação

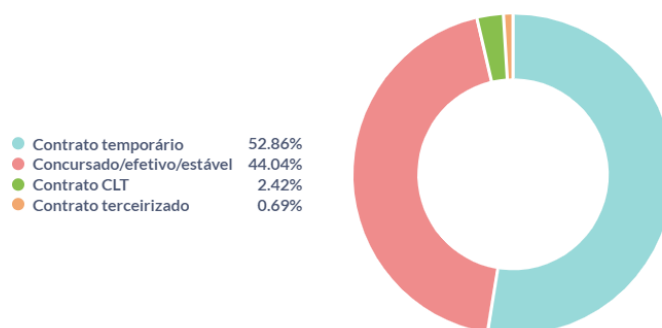


Gráfico 49 - Docentes jovens por tipo de contratação, Brasil, 2020.  
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

- Rede Estadual:
  - Efetivos: na rede estadual, conforme observado no gráfico, 44% dos docentes são concursados/efetivos;
  - Não Efetivos: a maior parte dos docentes estaduais, 51,6%, são temporários, o que evidencia uma alta dependência de contratações não permanentes nesta rede de ensino.
- Rede Municipal:
  - Efetivos: na rede municipal, 63,3% dos docentes são concursados/efetivos, indicando maior estabilidade em comparação com a rede estadual;
  - Não Efetivos: 36,7% dos docentes não são efetivos.
- Já na rede federal, 83,5% dos docentes são concursados/efetivos/estáveis, com apenas 13,5% em contratos temporários.

## Jovens docentes

A análise dos dados sobre a categoria docente na rede estadual e municipal (base da CNTE) revela uma diferença significativa entre os docentes efetivos e não efetivos quando comparados os jovens e os não jovens.

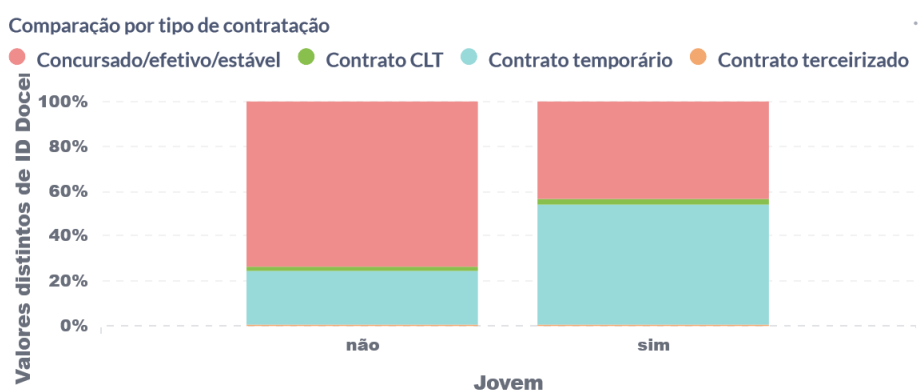


Gráfico 50- Docentes jovens por tipo de contratação, Brasil, 2020.  
 Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

No total, aproximadamente **70%** dos docentes são efetivos, ou seja, possuem estabilidade em seus cargos. No entanto, entre os jovens, essa taxa cai para cerca de **44%**. Essa discrepância sugere que o início da carreira docente é marcado por condições de trabalho mais precárias, uma vez que os jovens enfrentam maiores dificuldades para conseguir posições estáveis. Logo, as dificuldades para se organizar sindicalmente aparecem, ainda mais quando os sindicatos não organizam os trabalhadores que não são concursados.

Há algumas hipóteses que podem explicar essa diferença. Uma delas é a possível **redução na oferta de concursos públicos** nas redes estaduais e municipais de ensino nos últimos anos. A diminuição de concursos impacta diretamente a capacidade dos jovens docentes de se efetivarem, fazendo com que muitos ocupem cargos temporários ou em condições menos estáveis.

Outra hipótese é que a **concorrência nos concursos públicos** pode estar favorecendo os docentes mais experientes e capacitados. Docentes mais velhos, que já acumularam anos de experiência e qualificação, podem estar se saindo melhor nos processos seletivos, o que dificulta o acesso dos jovens docentes a essas vagas.

Essa situação evidencia um cenário em que o caminho para a estabilidade na carreira docente é mais desafiador para os profissionais mais jovens. Além de enfrentar um mercado de trabalho com menos oportunidades de concursos, eles também precisam competir com candidatos mais preparados, o que pode agravar ainda mais as condições de trabalho no início de suas carreiras.

## ANÁLISE POR REGIÃO

O gráfico 51 apresenta a proporção dos docentes jovens por estado, a partir do tipo de contratação. Ele revela uma discrepância entre estados quanto a esse ponto.

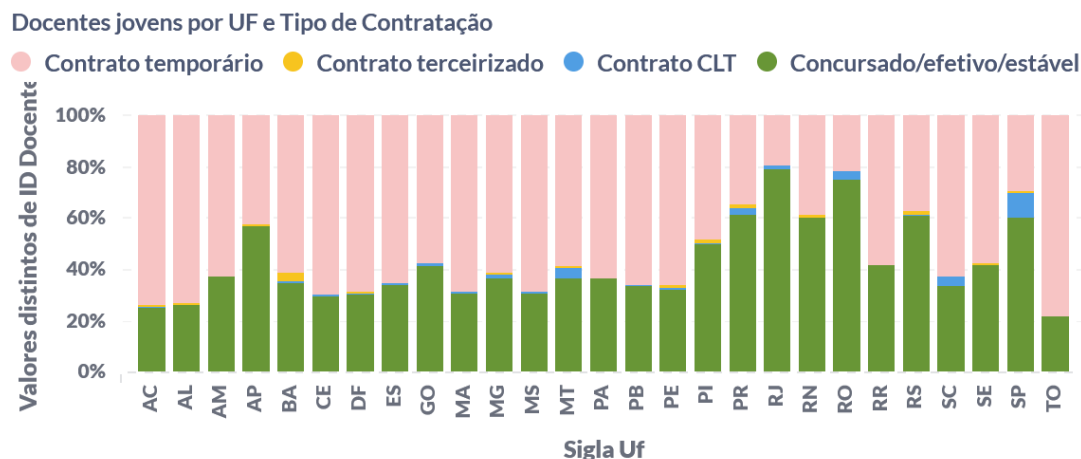


Gráfico 51 - Docentes jovens por tipo de contratação e UF, 2020.  
 Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

Ao analisar a distribuição de docentes jovens entre concursados e não concursados no Brasil, observamos que alguns estados possuem uma maioria de professores concursados, ou seja, mais de 50% dos seus docentes jovens são efetivos ou estáveis. Esses estados são:

- Rio de Janeiro: 79,4% de concursados;
- Rondônia: 75% de concursados;
- Paraná: 61,4% de concursados;
- Rio Grande do Sul: 60,7% de concursados;
- Rio Grande do Norte: 60,1% de concursados;
- São Paulo: 60,2% de concursados.

Esses estados demonstram uma predominância de professores com contratos estáveis e efetivos. Nesses lugares, o percentual de concursados supera o de docentes temporários, CLT ou terceirizados, o que contribui para uma maior estabilidade no setor educacional. Dos 6 estados com maior percentual de concursados, 4 são grandes estados. Sem isso, o quadro de estabilidade dentre os docentes seria ainda menor.

Com base na média nacional de **44% de professores concursados**, os estados podem ser divididos em dois grupos: **acima** e **abaixo** da média.

### Estados acima da média nacional de concursados (44%)

- **7 estados**, apresentando maior estabilidade entre os docentes: RJ, RO, PR, RS, SP, RN, PI.

Esses estados demonstram uma maior proporção de professores concursados, o que indica um cenário em que a maioria dos docentes possui contratos efetivos. Isso reflete uma oferta mais robusta de concursos públicos e políticas educacionais voltadas para a estabilidade no emprego dos profissionais da educação.

### Estados abaixo da média nacional de concursados (44%)

- **13 estados**, com maior prevalência de contratos temporários, CLT ou terceirizados: AC, AL, BA, CE, AM, MS, MT, PB, PE, ES, SC, TO, GO.

Nesses estados, a dependência de contratos temporários, CLT ou terceirizados é mais comum, o que reflete uma menor oferta de concursos públicos e, consequentemente, menor estabilidade para os docentes. Essa maior dependência de formas de contratação temporárias pode impactar a continuidade pedagógica e a qualidade da educação, além de influenciar a motivação e o compromisso dos profissionais.

Essa distribuição evidencia uma clara disparidade entre os estados brasileiros em relação à efetivação dos professores, com alguns estados oferecendo maior estabilidade ao corpo docente, enquanto outros dependem mais de formas de contratação precária.

## 4.8 JOVEM POR IES

A análise dos dados mostra que, ao considerarmos aproximadamente 800.000 jovens docentes formados em Instituições de Ensino Superior (IES), a distribuição é quase equilibrada entre as instituições públicas e privadas, sendo:

- 50,13% desses docentes formados em instituições privadas;

- 49,87% formados em instituições públicas.

Essas porcentagens indicam que as IES privadas ligeiramente superam as públicas em termos de formação de jovens docentes, mas a diferença é muito pequena. Isso demonstra que ambas as modalidades de Ensino Superior desempenham um papel quase igual na formação de profissionais da educação, refletindo um cenário de equilíbrio na contribuição para a qualificação da docência no país.

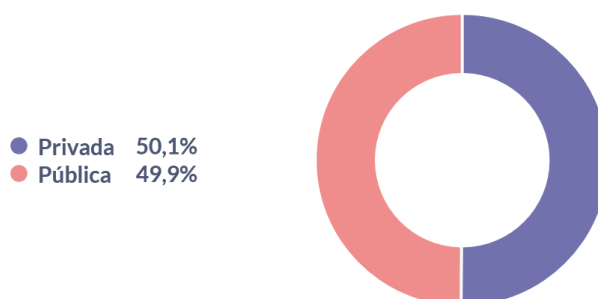


Gráfico 52- Docentes jovens por IES, Brasil, 2020.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).

De acordo com o artigo "A Educação a Distância e a Formação de Professores"<sup>3</sup>, as licenciaturas na área de Educação (incluindo Pedagogia e Normal Superior) oferecidas a distância cresceram significativamente, especialmente no setor privado. Em 2006, cerca de 76,4% das matrículas nesses cursos estavam vinculadas a instituições privadas, enquanto apenas 23,6% pertenciam a instituições públicas (federais e estaduais).

O artigo destaca que a educação a distância (EaD) no Brasil, inicialmente liderada pelas instituições públicas, foi rapidamente dominada pelo setor privado a partir de 2002. Esse setor se engajou agressivamente na oferta de cursos a distância, alterando o perfil imaginado pela legislação educacional brasileira. Inicialmente, a EaD era vista como uma forma complementar à educação presencial, especialmente em áreas onde o acesso físico às universidades era difícil. No entanto, as instituições privadas começaram a tratar a EaD como um mercado independente e concorrente à

<sup>3</sup> GIOLO, Jaime. *Educação e sociedade*. Campinas, vol. 29, set./dez. 2008.

educação presencial, oferecendo cursos com custos menores e maior flexibilidade em termos de tempo e espaço.

Os cursos mais oferecidos pelo setor privado na EaD foram os de Pedagogia, Normal Superior, Administração e Tecnologias de Gestão. O crescimento do setor privado foi notável, e, em 2006, mais de 74% das vagas oferecidas pela EaD estavam concentradas em instituições privadas. Essas instituições passaram a disputar diretamente o mercado educacional com a modalidade presencial, oferecendo preços mais baixos e vantagens práticas relacionadas ao tempo e espaço, tornando-se concorrentes diretas das universidades tradicionais. Essas transformações levaram a uma significativa mudança no setor de formação de professores, com as instituições privadas dominando a oferta de cursos de licenciatura a distância, em detrimento das instituições públicas, que anteriormente tinham maior controle sobre a formação docente.

Com base no Censo da Educação Superior mais recente (2023), alguns pontos importantes se destacam no que diz respeito à formação de professores em cursos de licenciatura, especialmente no contexto das instituições privadas e da educação a distância (EaD).

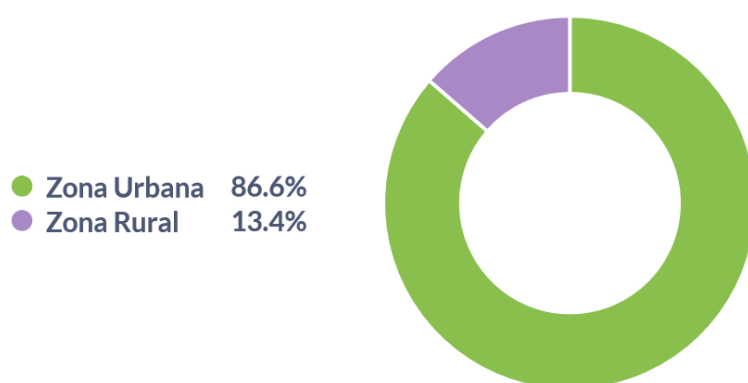
A modalidade EaD teve um crescimento significativo nos últimos anos. Entre 2011 e 2021, o número de ingressantes em cursos a distância aumentou em 474%, enquanto o ingresso em cursos presenciais caiu 23,4%. Esse aumento se reflete fortemente na rede privada, em que 70,5% dos novos alunos ingressaram em cursos EaD em 2021. Esse fenômeno foi impulsionado pela pandemia, mas a tendência de crescimento da EaD já era observada anteriormente.

As instituições de ensino privadas dominam a oferta de vagas no Ensino Superior. As licenciaturas, que formam professores, são fortemente concentradas nessas instituições, especialmente na modalidade EaD, que facilita o acesso à formação em diversas regiões do país.

## 4.9. JOVEM POR ZONA DE MORADIA

A análise dos dados revela que não há uma diferença significativa entre a distribuição de docentes no Brasil quando comparados os jovens com o total da categoria, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Entre os docentes no geral, cerca de 15% atuam na zona rural, enquanto 13% dos docentes jovens também estão nessa mesma área, uma diferença de apenas 2%. Da mesma forma, a maioria dos docentes jovens (84,3%) reside na zona urbana, o que está em linha com a distribuição total dos docentes brasileiros, onde a maioria também se concentra. Segue gráfico de distribuição de jovens por zona de moradia:



*Gráfico 53- Docentes jovens por zona de moradia, Brasil, 2020.*  
*Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar 2020 (INEP).*

Essa proximidade entre os percentuais sugere que, embora a concentração de docentes em áreas urbanas seja maior, o comportamento entre jovens e o total de docentes é bastante similar. Isso indica que não há uma diferença expressiva na distribuição por zona residencial entre as diferentes faixas etárias da categoria docente. Portanto, a dinâmica de distribuição entre zona urbana e rural é equilibrada tanto para docentes jovens quanto para o conjunto da categoria docente no Brasil.

Quando analisado o perfil dos docentes da zona rural é possível identificar diferenças significativas em relação ao perfil dos docentes na zona urbana. Em média, a escolaridade dos docentes é menor na zona rural e a quantidade de mulheres maior; além disso, a etapa de ensino do Ensino Médio é menor e a rede pública é maior.

Também não foi possível observar diferença significativa entre o local de residência e de trabalho dos jovens no que diz respeito à zona rural e urbana.

## 4.10. JOVEM POR DEFICIÊNCIA

Em 2020, o Brasil contava com aproximadamente 2.200.000 docentes na Educação Básica, mas apenas 7.342 desses profissionais, o equivalente a cerca de 0,33%, possuía algum tipo de deficiência. Esse percentual já reduzido entre os professores em geral se repete de forma proporcional entre os jovens docentes. Dos 760,2 mil jovens professores no país, apenas 1.820 (0,24%) possuíam algum tipo de deficiência.

Esses números refletem a baixa inclusão de pessoas com deficiência na carreira docente, tanto entre os professores mais experientes quanto entre os mais novos. A pouca representatividade de docentes com deficiência pode indicar barreiras de acessibilidade e falta de políticas públicas eficazes para promover a inclusão dessas pessoas no magistério. A presença reduzida de jovens com deficiência no corpo docente também sugere que as dificuldades de ingresso e permanência na carreira são sentidas desde os primeiros estágios da profissão, comprometendo a diversidade e a inclusão no setor educacional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 5.1. SÍNTESE DAS PRINCIPAIS DESCOBERTAS E TENDÊNCIAS.

1. **Retrato do Jovem Docente no Brasil:** o jovem docente no Brasil é predominantemente do sexo feminino, seguindo a tendência geral da categoria. Em termos de vínculo, os jovens docentes estão mais presentes na rede pública, especialmente na rede municipal, embora haja uma presença relativamente mais alta na rede privada do que o observado para os docentes de outras faixas etárias. **Esses** jovens têm uma escolaridade elevada, mas, em comparação com a média da categoria, são menos qualificados formalmente. A maioria dos jovens docentes é branca e não concursada, atuando principalmente no Ensino Fundamental, com um grande número situado na Educação Infantil. Geograficamente, eles estão concentrados na região Sudeste, em áreas urbanas, e grande parte foi formada em cursos de licenciatura oferecidos por faculdades particulares, muitas vezes na modalidade de educação a distância (EaD). Outro ponto importante é que a maioria desses docentes não apresenta deficiência.
2. **Faixa Etária e Representação dos Jovens na Categoria Docente:** ao analisar os dados da RAIS referentes ao mercado de trabalho em 2022, a maior parte dos trabalhadores brasileiros encontra-se na faixa etária de 30 a 39 anos, seguida pela faixa de 40 a 49 anos. No entanto, essa realidade é invertida no caso dos docentes, onde a maior parte dos docentes se encontra na faixa dos 40 a 49 anos, e a segunda faixa com maior presença é a de 30 a 39 anos. Os jovens docentes constituem aproximadamente 30% do total de professores no Brasil. Ou seja, a categoria docente é mais envelhecida do que a população brasileira que trabalha em empregos formais. Ainda segundo análise demográfica mais ampla, a partir do Censo do IBGE, revela-se que a idade mediana da população

brasileira aumentou de 29 para 35 anos entre 2010 e 2022, o que reflete o envelhecimento da população em geral. Contudo, o envelhecimento da categoria não é produto do envelhecimento da população e, sim, de outros fatores levantados no relatório.

3. **Tendência de Envelhecimento na Categoria Docente:** a análise de séries históricas mostra que a categoria docente está envelhecendo de maneira mais rápida do que a população geral. Entre 2009 e 2020, a participação de jovens na categoria caiu de 45% para 30%, ao passo que a categoria como um todo cresceu na mesma proporção. Isso significa que, mesmo com a expansão do corpo docente, a taxa de entrada de professores jovens diminuiu, o que contribui para o envelhecimento da categoria. Comparando com o conjunto da população e com o estoque de trabalhadores formais no Brasil, os docentes jovens são proporcionalmente menos representados, reforçando a tendência de envelhecimento progressivo na profissão.
4. **Concentração Geográfica dos Jovens Docentes:** a distribuição dos jovens professores pelo Brasil não é uniforme. Seis estados concentram mais da metade **dessa categoria**, evidenciando uma grande concentração geográfica. São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Ceará, Santa Catarina e Bahia, juntos, representam cerca de 54,17% do total de docentes jovens no país. Essa concentração revela a existência de pólos regionais que absorvem maior número de novos profissionais, em contraste com outras áreas que possuem uma menor inserção de jovens docentes no mercado de trabalho educacional.
5. **A Importância da Rede Privada para os Jovens Docentes:** embora, no cenário nacional, a rede privada ocupe o terceiro lugar como empregadora de docentes, ficando atrás das redes municipal e estadual, entre os jovens professores a situação é diferente. A rede privada emprega 31,35% dos docentes jovens, assumindo a segunda posição. Em alguns estados, como São Paulo, Sergipe e Rio de Janeiro, a rede privada é até mesmo a principal empregadora desses profissionais. Esses dados revelam uma tendência significativa de inserção dos jovens docentes no setor privado, possivelmente devido a condições de

contratação mais flexíveis e a maior facilidade de acesso às vagas nesse segmento.

6. **Distribuição dos Jovens nas Etapas de Ensino:** a distribuição dos jovens docentes nas diferentes etapas de ensino apresenta variações marcantes: a maioria está no Ensino Fundamental (46,6%), seguido da Educação Infantil (36,7%) e por último no Ensino Médio (16,7%). Quando comparamos essas proporções com a distribuição da categoria geral, notamos que a proporção de jovens na Educação Infantil (36,7%) é maior do que a proporção da categoria geral nessa etapa (25,9%); a proporção de jovens no Ensino Fundamental (46,6%) é menor do que a proporção de docentes geral (53,7%); no Ensino Médio, a proporção de jovens (16,7%) é ainda menor do que a categoria geral (20,4%). Em estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, os jovens professores têm uma maior presença na Educação Infantil, o que destoa da média nacional e sugere uma maior precarização das condições de trabalho nessa fase. A menor exigência de qualificação para atuar na Educação Infantil pode explicar essa maior concentração, ao mesmo tempo em que revela uma diferença em relação ao gênero, uma vez que essa etapa também é dominada por docentes mulheres.
7. **Discrepância no Ensino Médio:** a discrepância entre a presença de jovens docentes no Ensino Médio é ainda mais acentuada. Enquanto 20,4% do total de professores atua no Ensino Médio, apenas 16,7% dos jovens estão nessa etapa. Isso pode estar relacionado ao fato de que o Ensino Médio possui exigências curriculares mais complexas e, muitas vezes, os concursos públicos para essa etapa são mais concorridos, o que dificulta a entrada de novos profissionais. A concorrência e a estabilidade oferecida pelo Ensino Médio podem atrair profissionais mais experientes, afastando os jovens docentes.
8. **Estabilidade e Condições de Trabalho:** os dados revelam uma grande disparidade entre os docentes efetivos e não efetivos quando comparados os jovens e o conjunto da categoria. Enquanto 74% dos professores no Brasil têm estabilidade em seus cargos, esse percentual cai para 44% entre os jovens

docentes. Esse dado indica que os jovens enfrentam maiores dificuldades para obter posições estáveis, o que torna o início da carreira mais precário. A redução no número de jovens concursados é uma tendência preocupante: em 2011, 55% dos docentes jovens tinham contratos concursados ou estáveis, mas esse número caiu para 44% em 2020. Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná lideram em termos de jovens concursados, e, sem essa presença, o percentual de estabilidade seria ainda menor.

9. **Capacidade de luta e ganho real:** os dados da série histórica, em torno da remuneração, que analisam e comparam o salário dos docentes com Ensino Superior, a outros profissionais com nível superior, revelam que a categoria docente da Educação Básica conseguiu um ganho real. Por outro lado, a meta 17 do PNE que aponta para a equiparação do salário dos professores com mesmo “perfil” dos trabalhadores, está acontecendo por conta da queda da remuneração média do conjunto da classe trabalhadora. Esses dados apontam para a hipótese acerca das melhores condições de luta dessa categoria da classe trabalhadora, analisada em outros estudos também acerca da capacidade de luta do sindicalismo do serviço público nos últimos períodos (ver gráfico 20).
10. **Escolaridade dos Jovens Docentes:** a escolaridade dos jovens docentes é inferior à média da categoria, o que indica que muitos ingressam na carreira sem uma qualificação avançada e buscam se qualificar ao longo do tempo. No entanto, o nível de escolaridade dos docentes jovens, ainda que inferior ao da categoria como um todo, é significativamente superior à média da população brasileira e da classe trabalhadora formal. Isso demonstra que, apesar das limitações iniciais, o magistério continua atraindo pessoas com um nível relativamente alto de escolaridade.
11. **Formação em Instituições de Ensino Superior (IES):** entre os cerca de 800.000 jovens docentes formados em Instituições de Ensino Superior (IES), a divisão entre aqueles que se formaram em instituições públicas e privadas é quase equilibrada, com 50,13% formados em faculdades particulares. Embora esse

valor ainda não reflita a realidade nacional, em que 80% das matrículas estão na rede privada, ele é significativo. Esse equilíbrio é ainda mais notável diante do crescimento das matrículas em cursos a distância, especialmente na rede privada, onde 70,5% dos novos alunos ingressaram em cursos EaD em 2021.

12. **A representatividade de mulheres:** entre os docentes (79,5% para jovens) é muito maior do que na população brasileira (51,8%), o que indica uma super-representação feminina no setor da educação. Isso pode estar relacionado à associação histórica das profissões de ensino como "cuidado", tradicionalmente vistas como atribuições femininas. A proporção de mulheres entre os jovens docentes (79,5%) é muito próxima da categoria geral (79,4%), o que indica que, em termos de gênero, os jovens docentes refletem bem a composição da categoria como um todo.
13. **Diversidade Racial:** a representatividade de negros entre os jovens docentes ainda é ligeiramente menor do que a proporção de negros na população brasileira como um todo, mas essa diferença é relativamente pequena. Essa diferença é menor do que a que existe entre os docentes do Ensino Superior, uma categoria de alta escolarização. Isso revela que a Educação Básica apresenta uma diversidade racial mais próxima da realidade social do país. Destaca-se a presença elevada de dados não declarados.
14. **Remuneração Média em 2020:** em 2020, a remuneração média bruta dos docentes com carga horária de 40 horas semanais foi de R\$5.179,69 na rede estadual, R\$4.650,34 na rede municipal, e R\$3.118,90 na rede privada. Esses números demonstram uma significativa disparidade salarial entre as redes de ensino, com a rede privada oferecendo as menores remunerações, enquanto os docentes da rede estadual possuem os salários mais elevados.

## 5.2. REFLEXÕES PARA A AÇÃO SINDICAL

1. **Plano de Carreira (Carga Horária e Remuneração):** o pagamento do piso salarial e a melhoria salarial na entrada da carreira seria uma medida que contribuiria e muito para a atração de jovens docentes. Além disso, a modernização dos planos de carreira é fundamental para atrair e reter professores jovens. A inclusão de critérios como avaliação de desempenho e formação continuada pode incentivar esses docentes a investir em sua qualificação e crescimento profissional desde o início de suas carreiras, bem como a criação de políticas que favoreçam os docentes justamente nesse momento, com a oferta de condições mais vantajosas para os professores em início de carreira, o que contribuiria para a retenção de jovens profissionais. Essas políticas podem incluir gratificações específicas para professores que atuem em áreas de difícil acesso ou em regiões vulneráveis, além de incentivos para a qualificação continuada. Isso não apenas atrairia novos docentes, mas também aumentaria sua motivação, impactando positivamente os resultados educacionais a longo prazo. A construção de uma carreira clara e progressiva é essencial para dar estabilidade e perspectiva de futuro aos jovens docentes. É preciso enfrentar esse tema com seriedade para evitar que a realidade do apagão docente se concretize.
2. **Abertura de Concursos e Integração dos Novos Docentes:** os sindicatos devem se empenhar na luta pela abertura de novos concursos públicos, essenciais para garantir a entrada de mais jovens na profissão de maneira estável e formal. Além disso, é necessário desenvolver estratégias de recepção e acompanhamento para os novos docentes, assegurando que eles se sintam acolhidos e apoiados dentro da categoria. Esse processo de integração pode ajudar a fortalecer os laços com o sindicato desde o início de suas carreiras. É importante que o sindicato construa vínculos com os docentes desde antes de assumir a carreira.
3. **Sindicalização na Educação Infantil:** a sindicalização dos docentes da Educação Infantil precisa ser uma prioridade, já que as demandas dessa etapa de ensino

são bastante distintas das do Ensino Fundamental e Médio. É necessário que os sindicatos desenvolvam ações específicas para os jovens que atuam na Educação Infantil, reconhecendo suas particularidades e desafios. A criação de linhas de atuação sindical condizentes com a realidade de cada etapa de ensino pode fortalecer a representatividade desses profissionais e garantir que suas demandas sejam devidamente atendidas.

4. **Sindicalização dos Trabalhadores Não Concursados:** a grande diferença entre o percentual de efetivos entre a categoria geral e os jovens docentes nas redes estadual e municipal indica a urgência de sindicalizar os trabalhadores terceirizados. Com menos da metade dos jovens docentes ocupando cargos efetivos, os sindicatos devem reformular seus estatutos para permitir a filiação de profissionais temporários e terceirizados. Essa inclusão é essencial para organizar uma parcela significativa dos jovens, garantindo sua representatividade e condições de trabalho mais justas.
5. **Condições de Trabalho e Taxas de Sindicalização:** as condições de trabalho mais precárias enfrentadas pelos jovens docentes sugerem que taxas de sindicalização mais acessíveis, combinadas com a oferta de serviços relevantes para os jovens docentes, como cursos de qualificação **profissional** que possam atrair mais jovens para os sindicatos. A criação de programas de formação e desenvolvimento que foquem em habilidades pedagógicas, como também em oportunidades de mestrado e doutorado, pode ser um forte atrativo para a adesão sindical, ao mesmo tempo em que fortalece a qualificação profissional dos jovens professores.
6. **Participação Feminina e Igualdade de Gênero nos Sindicatos:** embora a maioria dos docentes seja formada por mulheres, a representação sindical ainda é predominantemente masculina. Para enfrentar essa disparidade, é crucial que os sindicatos avancem no debate feminista e adotem pautas que incentivem uma maior participação feminina nas lideranças sindicais. Uma estratégia eficaz seria a criação de espaços de cuidados, como creches e "cirandas" oferecidas pelos sindicatos, permitindo que mais mulheres possam participar

das atividades sindicais sem barreiras. A inclusão de pautas feministas nos sindicatos pode aumentar a representatividade das mulheres e atrair mais jovens do sexo feminino.

7. **Discussão Racial e Letramento Racial:** embora os dados sobre raça e etnia dos docentes jovens sejam limitados, há uma clara necessidade de aprofundar o debate sobre o letramento racial no ambiente escolar e sindical. A maior conscientização sobre questões raciais pode atrair jovens docentes de diferentes origens e promover um espaço mais inclusivo dentro dos sindicatos. O fortalecimento dessa pauta no sindicalismo poderia, inclusive, combater o racismo e discriminação estrutural, que ainda são desafios enfrentados por muitos docentes.
8. **Identidade de Gênero e Inclusão LGBTQIA +:** os sindicatos, como a CNTE, devem liderar a luta pela inclusão de dados sobre identidade de gênero nas pesquisas e censos educacionais, garantindo maior visibilidade e inclusão da diversidade de gênero dentro do corpo docente. A ampliação das categorias de gênero não apenas contribuiria para uma compreensão mais ampla da diversidade dos professores, mas também seria uma ferramenta poderosa no combate à lgbtfobia nas escolas. Ao adotar essa bandeira, os sindicatos reforçariam seu compromisso com um ambiente de trabalho mais inclusivo e seguro, promovendo igualdade e respeito para todos, independentemente de sua identidade de gênero.
9. **Qualificação Profissional e Formação Continuada:** para atrair jovens docentes, os sindicatos devem promover a qualificação profissional e a formação continuada como elementos centrais de sua agenda. Estabelecer parcerias com universidades e instituições de ensino para oferecer cursos de mestrado, doutorado e outras formas de capacitação pode ser um incentivo poderoso. Além disso, os sindicatos podem criar convênios e programas de apoio que facilitem o acesso a essas oportunidades, garantindo que os docentes jovens possam se qualificar e progredir em suas carreiras. As formações para jovens

precisam dar conta de um formato flexível e dinâmico. Isso porque, muitos jovens precisam acumular trabalhos para viabilizar uma renda mais qualificada.

**10. Definição de Estados e Regiões Estratégicas:** para aumentar a eficácia das ações sindicais, é importante identificar estados e regiões estratégicas onde há maior concentração de jovens docentes. A partir dessa análise, os sindicatos podem organizar campanhas direcionadas e desenvolver ações planejadas que atendam às necessidades específicas dos jovens em cada rede de ensino e etapa educacional. Isso permite uma abordagem mais focalizada e eficiente, aumentando o impacto das iniciativas sindicais.

**11. Qualificação das Estruturas Sindicais para a Renovação:** é fundamental que as estruturas sindicais estejam preparadas para a renovação, tanto em termos de lideranças quanto no uso de dados sobre seus membros. A coleta, análise e utilização dos dados dos sindicalizados devem ser aprimoradas, permitindo que os sindicatos desenvolvam estratégias mais eficazes para atrair e organizar jovens trabalhadores.

Com esse conjunto de reflexões concluímos o 1º relatório produzido pela Escola Nacional Paulo Freire para a pesquisa sobre os jovens trabalhadores da educação, a partir de dados existentes.

## 6. REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Censo Demográfico 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Básica 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. A remuneração média dos docentes em exercício na Educação Básica: pareamento das bases de dados do Censo da Educação Básica e da RAIS. 2020.

BRASIL. Lei 13.005/2014. Plano Nacional da Educação.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. 2022

GIOLO, Jaime. *Educação e sociedade*. Campinas, vol. 29, set./dez. 2008.